



Assembleia Municipal de Vila Real

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA REAL

Sessão de 26/06/2020

Deliberação Aprovada

por maioria
João João

João

ATA NÚMERO VINTE

SESSÃO ORDINÁRIA

DE

28 DE FEVEREIRO 2020

----- No dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Real, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Real, sob a presidência do seu Presidente, João Manuel Ferreira Gaspar (PS), coadjuvado por Henrique de Matos Morgado (PS) e Maria de Fátima Gonçalves Mouriz Correia (PS), respetivamente Primeiro e Segunda Secretários. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: Vítor Hugo Correia Mesquita (PSD), Carla Alexandra Ribeiro de Carvalho Martins (PS), Maria Elisabete Ferreira Correia de Matos (PSD), Rodrigo Silva Monteiro de Campos e Sá (PS), José Joaquim Abraão (PS), Eurico Vasco Ferreira Amorim (PSD), Zita Maria Lameirão Pires (PS), Gilberto Paulo Peixoto Igrejas (PS), José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo (PSD), Tiago José Rodrigues Monteiro (PS), Fátima Manuela dos Santos Duro Rodrigues (PSD), Fernando Manuel Silveira Lopes (PS), José Monteiro dos Santos (PS), Abílio de Mesquita Araújo Guedes (PSD), Sónia Isabel Esteves Cruz (PS), Patrique José Luís Alves (CDS-PP), Octávio Martins Salgueiro (PS), Fernando António Pádua Correia de Azevedo (PSD), João Paulo Gonçalves da Nóbrega (PS), Isabel Maria Clemente Matos (PSD), Cristiano da Silva Pereira Moreira (PS), Almiro Amaro Pereira Campos Ponteira (PS), Pedro Fernando Seixas Leite da Silva (PSD), Luís Filipe Borges Brigas (PS), Carlos Alberto Pitrez dos Santos (PS), Ivo Miguel Fernandes Moreira (Mais e Melhor), José Armando Ribeiro de Sousa (PS), Jorge Luís Jorge Maio (PS), Francisco José Moreiras Nogueira (PS), Manuel João Musqueira Pombal (PSD), Manuel Adolfo Salgueiro Libório (PS), Paulo Alexandre Portela Correia (PS), Francisco Alcino Varandas Coutinho (Sentir), Hélder Albertino Carneiro Afonso (PS), José Duarte de Carvalho Gomes (Amar Lordelo), Artur Ribeiro de Carvalho (PS), Félix Manuel Lourenço Salgado Touças (PS), Francisco José Ferreira da Rocha (PS), Daniel Francisco Simão Rosas de Carvalho (PSD), Maria Adília Barrias Clemente (PSD), Maria do Rosário Leite Moura (PS), Sandra Maria Guedes Teixeira Marcelino (PS). -----

----- **Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais.** -----

----- Luís Manuel Morais Leite Ramos (PSD), por Vítor Hugo Correia Mesquita (PSD). -----

----- Cristina Teixeira Peixoto (PSD), por Isabel Maria Clemente Matos (PSD). -----

----- José Maria Aires da Costa (Presidente da Junta de Torgueda), por Maria Rosário Leite Moura, (Secretária da Junta de Freguesia de Torgueda). -----

----- Jorge Manuel do Souto Alves (Presidente da Freguesia de Andrães), não se fez substituir. -----

----- Almerinda Maria Machado Coutinho (PS), não se fez substituir. -----

----- **Faltas injustificadas:** Não houve. -----

----- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos e pelos Senhores Vereadores do PS: Adriano António Pinto de Sousa, Eugénia Margarida Coutinho da Silva Almeida, Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, Ana Mafalda Vaz de Carvalho e Nuno Miguel Félix Pinto Augusto. Do PSD estiveram presentes os Senhores Vereadores, António Batista de Carvalho e Manuel Carlos Trindade Moreira. ---

----- **Hora de abertura:** Às vinte e uma horas, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária. -----

ORDEM DO DIA

1º. Ponto - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2º. Ponto - Aprovar a Delegação de Competências do domínio da Educação, nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas e nos Diretores das Escolas não Agrupadas, nos termos da alínea K) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro **(deliberações da Câmara Municipal de 23 de dezembro de 2019 e 10 de fevereiro de 2020).**

3º. Ponto- Aprovar a 1ª Revisão do Orçamento de 2020 e alteração do Mapa de Pessoal, referentes ao Processo de Descentralização no domínio da Educação, nos termos das alíneas a) e o) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro **(deliberações da Câmara Municipal de 13 de janeiro e 20 de fevereiro de 2020).**

4º. Ponto - Aprovar a 2ª Revisão do Orçamento de 2020 e das GOP's (Grandes Opções do Plano) para o período 2020-2023, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro **(deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2020).**

5º. Ponto - Tomar conhecimento da proposta de Redução de Tarifas nos Transportes Públicos, no âmbito do PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, nos termos da alínea K) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro **(deliberação da Câmara Municipal de 10 de fevereiro de 2020).**

6º. Ponto - Aprovar a alteração à Estrutura Orgânica Nuclear e Mapa de Pessoal do município, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, do nº 3 do artigo 4º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, e das alíneas m) e o) do n.º 1 do artigo 25 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro **(deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2020).**

7º. Ponto - Aprovar a celebração de Contrato-Programa com a Freguesias de Abaças, para apoiar a execução de investimentos na Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro **(deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2020).**

8º. Ponto - Aprovar a celebração de Contrato-Programa com a Freguesias de Lordelo, para apoiar a execução de investimentos na Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro **(deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2020).**



ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO GASPAR):-** No uso da palavra, disse: Muito boa noite, Senhoras e Senhores Deputados desta prestigiada Assembleia Municipal, a Mesa começa por cumprimentar todo o Executivo Municipal cumprimentar também todos os elementos da comunicação social aqui presentes, minhas Senhoras e meus Senhores, a todos aqueles que acompanham estes trabalhos através da UTADTV, a todos bem-vindos com votos de um ótimo trabalho. -----

---Começaríamos esta Assembleia informando a mobilidade entre Deputados desta Assembleia. Aceites as justificações, por sua vez, foram feitas as substituições conforme já referi. -----

--- De seguida, coloco à vossa consideração as atas de vinte e nove de novembro e dezassete de dezembro de dois mil e dezanove, às quais todos tiveram acesso e puderam fazer o seu estudo minucioso e puderam proceder a sugestões e correções. Cumpre-me perguntar se algum Deputado se quer pronunciar sobre estas atas. Postas à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: - As Atas de vinte e nove de novembro e dezassete de dezembro de 2019 foram aprovadas por unanimidade.** -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** acrescentou: Peço à Senhora Segunda Secretária para ler o expediente recebido. -----

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (FÁTIMA MOURIZ):** Disse: Passo a ler o expediente:

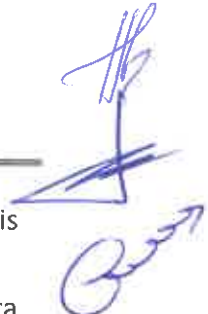
Da Câmara Municipal de Vila Real

Vários convites

- Do Presidente da Câmara de Vila Real para XXII Encontro de Cantares de Janeiras a realizar no Teatro Municipal de Vila Real, dia no 11 de Janeiro.
- Do Presidente da Câmara de Vila Real para a Inauguração da Exposição “ Entre o Urbano e o Rural, nos Claustros dos Paços do Concelho no dia 14 de Janeiro.
- Do Presidente da Câmara de Vila Real para o almoço Institucional do Município de Vila Real no dia 6 de Fevereiro em Espanha no âmbito da participação no Xantar 2020, no Salão de Gastronomia e Turismo de Ourense.
- Do Presidente da Câmara de Vila Real, para a Desfile de Carnaval das Escolas e das Freguesias nos dias 21, 23 e 24 de Fevereiro.
- Do Presidente da Câmara de Vila Real, (Grémio Literário) para participar na Jornada do Ciclo “Torga – Rota do Diário no dia 17 de Janeiro em Panoias e S. Martinho de Anta.

Vários convites de outras entidades

- De Joaquim Carlos Barreira Gonçalves, para a Sessão de apresentação do III Volume do Livro da História do Sport Clube de Vila Real (Paixão e Glória, 1950 – 1960, no dia 30 de Maio.
- Da Comissão Promotora da Homenagem aos Combatentes mortos no Ex-ultramar para a Cerimónia de homenagem aos militares falecidos no ex-ultramar no dia 1 de Dezembro.
- Do Presidente da Câmara de Bragança para as Comemorações dos 556 anos de Bragança Cidade a ter lugar no dia 20 de Fevereiro.
- Da Assembleia Municipal de Mangualde, uma Moção aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária de 20 de Dezembro de 2019, “Pela Abolição das Portagens na A25; A24 e na A23”.
- Da Assembleia Municipal de Viseu, uma Moção aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária de 16 de Dezembro de 2019, “Pela Abolição Imediata das Portagens nas ex- SCUT na A24; A25”.
- Do Município de Sabrosa e do Espaço Miguel Torga, para a Sessão Evocativa do 25º. Aniversário do Falecimento de Miguel Torga a realizar no dia 17 de Janeiro.
- Do Comando da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real – Cruz Branca para a comemorações do 123º. Aniversário a realizar no dia 6 de Janeiro.
- Da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real – Cruz Branca para a Ceia de Natal dos Bombeiros no dia 22 de Dezembro no Quartel Comandante Morães Serrão.
- Do Conselho de Administração do CHTMAD de Vila Real para a inauguração da Unidade Hospitalar no dia 17 de Janeiro às 16:00 horas
- Do Pároco e do Coro Litúrgico da Freguesia de Torgueda, para o 7º. Concerto de Música Sacra a realizar no dia 5 de Janeiro às 16:30, em Torgueda.
- Regimento de Infantaria Nº. 13 e do Presidente da Liga dos Combatentes – Núcleo de Vila Real para a Cerimónia do Dia dos Finados no dia 4 de Novembro no Cemitério de Santa Iria.
- Do Centro Cultural Lordelense, para as Comemorações do 40º. Aniversário do Centro Cultural Lordelense, no dia 29 de Fevereiro no referido Centro Cultural.
- Da Diocese de Vila Real, na pessoa de Sua Excelência Reverendíssima, o Senhor Bispo de Vila Real agradecendo a mensagem natalícia endereçada pelo Presidente da Assembleia Municipal e a desejar a todos os Membros da Assembleia Municipal um ano de 2020 próspero e feliz.
- Acrescentando as inúmeras retribuições no mesmo género e que enumerá-las individualmente não nos seria possível, pelo período de tempo que nos levaria, mas, aqui publicamente se agradece a todos.
- De SUGGESTUS – Inovação para o Desenvolvimento a dar conhecimento do Programa Integrado da Capacitação dos Profissionais das Artes e da Cultura, e comunicar a promoção em diversas cidades do País, durante o ano 2020



- Da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real a dar conhecimento dos Órgãos Sociais reeleitos em 12 de Dezembro de 2019 para o quadriénio 2020/2023.
- Da Newsletter/AEDREL, dando conhecimento dos prazos para renovação da assinatura anual e das várias Revistas, com interesse para a Assembleia Municipal e dos seus preços para possível aquisição.
- Da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), vários, a solicitar a colaboração no preenchimento de Inquéritos e Questionários endereçados ao Presidente da Assembleia Municipal e dando conhecimento da data a que terá lugar o 2º. Congresso Nacional da ANAM, no próximo dia 23 de Maio de 2020 na cidade de Braga.
- Da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), dando conhecimento de que irá enviar a esta Assembleia o Livro A – Valorização do Papel e da Eficácia das Assembleias Municipais: um Regimento-Tipo, da autoria de Paulo Trigo Pereira, Ana Fernanda Neves e de Luís Mota Almeida. Que foi aprovado sem votos conta no Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais presentes e que a subscreveram.
- Da Valorização do Território: Economia Circular na Economia Social – S. João da Pesqueira - Museu do Vinho, para as Jornadas a levar a efeito no dia 16 de Novembro em S. João da Pesqueira.
- Uma Exposição de Manuel Carlos Guerra Massa, na qualidade de sócio Gerente da PORTTABLE, Produtos Alimentares, Lda., solicitando que lhe seja dado conhecimento do local data e hora da Sessão Ordinária a realizar em Dezembro, e simultaneamente solicita a sua inscrição para usar da palavra de acordo com o Regulamento da AMVR.
- Uma Exposição de Magda Sofia Serrasqueiro Berta Lourenço, solicitando que lhe seja dado o uso da palavra para exposição oral e com utilização de suporte visual com projeção de PowerPoint sobre a Panificadora de Vila Real de acordo com o Regulamento da AMVR.
- Da Youth Academy – Vila Real à Mesa da Assembleia Municipal para a tomada de posse dos Órgãos Sociais – Triénio 2020-2022 no dia 14 de Dezembro no Auditório do Museu da Vila Velha
- Da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens a dar conhecimento do Relatório de Atividades da CPCJ do Ano de 2019 e a Ata Extraordinária n.º. 2/2020 de 04/02/2020.

Vários convites do Grémio Literário;

. Serviço de Difusão a pedido do Grémio (vários convites)

Expediente recebido/enviado

Relativo às atividades desenvolvidas sobre a preparação de **Reuniões das Comissões Especializadas.**

Representantes dos Grupos Parlamentares (20/02)

Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos; (26/02)

Comissão de Ordenamento do Território; (26/02);

Comissão de Educação; (10/02/2020)

Comissão do Ambiente; (27/02/2020)

○ Certidões da Câmara Municipal de Vila Real relativas a todos os Pontos da Ordem do Dia da Sessão Ordinárias de Fevereiro

. Convocatória para a Sessão de Fevereiro

. Vários Ofícios de pedidos de substituição nas Sessões desta AM.

. Ofícios enviados aos Representantes dos Grupos Parlamentares Municipais na A.M.V.R, remetendo atas da AM para conhecimento.

---- Toda a correspondência está sempre ao vosso dispor para consulta no gabinete de apoio à Assembleia Municipal, se assim o desejarem. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de intervenções dedicado aos interesses municipais. -----

---- Deram entrada na Mesa duas Moções promovidas e elaboradas pela Bancada Parlamentar do PS e PSD -----

Moção 1 – **“Pela Melhoria das Condições do Aterro Intermunicipal”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do PS e foi admitida com 43 votos a favor e 1 abstenção. -----

Moção 2 – **“Melhoria das Condições de Prestação de Serviços no Hospital de S. Pedro em Vila Real, para assegurar a Segurança Profissional e dos seus Utentes numa possível Pandemia pelo COVID-19”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do PSD que foi admitida por unanimidade”. -----

--- Iria então solicitar ao líder da bancada do PS para ler a Moção. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)**: No uso da palavra, disse: Muito boa noite, Senhor Presidente, cumprimento na sua pessoa a Mesa da Assembleia Municipal Presidente do Executivo e demais elementos do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

---- Passo a ler a Moção - **“Pela Melhoria das Condições do Aterro Intermunicipal”** -----

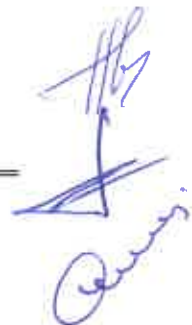
“Considerando que são cada vez mais frequentes as queixas de problemas relacionados com odores intensos, acima do normal, provenientes do Aterro Sanitário de Vila Real localizado em Mosteirô, freguesia de Andrães; -----

----Sabendo-se que foi recentemente divulgado um possível derrame de lixiviado proveniente do aterro sanitário, localizado na rede de águas pluviais da autoestrada A24 à entrada do acesso da EM313-1 para a A24, junto ao nó do aterro sanitário; -----

Atendendo a que esta situação, aliada aos odores intensos que provêm da atividade de deposição de resíduos no aterro, perturbam o normal desenvolvimento quotidiano da vida das populações envolventes ao aterro (Mosteirô, Andrães, Portela, Zona Industrial de Constantim); -----

----Relevando que, para além disso, poderemos estar perante graves incumprimentos da legislação ambiental a que está obrigada a Resinorte, entidade gestora do espaço; -----

Recordando que, esta situação se arrasta há vários anos e que foi alvo de denúncia atempada pelo Partido Socialista, afirmando que a solução de gestão em que foi se encontra este aterro, entregue à empresa privada Mota-Engil através da Resinorte, que o



Governo de Passos Coelho privatizou, impede que os Municípios tenham qualquer capacidade de intervenção. -----

----A Assembleia Municipal de Vila Real delibera, -----

- Fazer chegar às autoridades competentes o reforço da denúncia desta situação, aliando-se ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. -----

- Exigir a resolução imediata dos problemas que possam ter afetado o aterro intermunicipal, de forma a acabar com o surgimento de lixiviados anormais. -----

- Apelar à Resinorte que cumpra escrupulosamente todas as normas técnicas de gestão de aterro sanitários com estas características, que se devidamente cumpridas minimizarão os problemas sentidos ao longo dos anos pelas populações, nomeadamente os odores intensos, a presença de aves de grande porte, a infiltração de lixiviados nas linhas de água envolventes, que destroem todo o ambiente. -----

Vila Real, 28 de fevereiro de 2020”. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão sobre a Moção número um. Inscreveram os seguintes Deputados Municipais. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD):** - No uso da palavra, disse: Senhor Presidente na sua pessoa cumprimento toda Mesa, cumprimento também o Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, cumprimento todos os membros da Assembleia, os Senhores Presidentes de Junta, comunicação social, cidadãos que estão aqui assistir e todos os que nos estão a ver pela UTADTV. -----

---- Na verdade a Moção apresentada pelo Partido Socialista tem toda a pertinência, nós íamos apresentar questões e sugestões e elas são expressas aqui como Moção. -----

---- Estamos praticamente de acordo com todo o texto, exceto um parágrafo que se nós o aprovássemos também ficaria mal. Pedíamos ao Partido Socialista que retire este parágrafo que não acrescenta nada à resolução do problema. -----

---- Concordamos com toda a parte deliberativa, efetivamente, estamos convencidos que se está a violar a lei, que se estão a praticar atos que estão a por em causa a saúde das pessoas, para além do seu bem-estar, mas, alusão à privatização do seu Primeiro-ministro da altura, o Dr. Passos Coelho que, depois gera aqui um parágrafo de causa efeito a dizer que impede que os Municípios tenham qualquer capacidade de intervenção. -----

---- Na verdade já vai haver essa capacidade de intervenção com a denúncia às autoridades, se é que já não foi feito ou até já devia ter sido feito e, portanto, a intervenção que os Municípios têm é exigir o cumprimento da lei e, neste caso, há até uma autoridade pública que é a Agência Portuguesa do Ambiente que tem o dever de fiscalizar, de investigar, de exigir o cumprimento da lei. -----

---- Portanto, o que está aqui em causa é que há violação da lei, não é quem privatizou o quê, na última instância, quem privatiza, quem gera este problema, não é esse o problema. Na minha opinião, na opinião do nosso grupo parlamentar, esta alusão não beneficia o

texto e não aponta para a resolução, apenas vai surgir mais um ruído contra o antigo Senhor Primeiro-ministro. -----

--- Curiosamente, estávamos a chegar aqui e apercebemo-nos que há uma reportagem de hoje na comunicação social, que vai dar hoje à noite, que aponta para um problema ainda mais grave mas, que deve estar na base disto porque os problemas agravaram-se mas, certamente, por que tudo indica que há importação de lixo de outros países, já em adiantado estado de decomposição e que, estão a fazer negócio com os nossos aterros nacionais e que nós não temos conhecimento e, não foi para isso que os nossos aterros foram feitos. -----

--- Além do mais, os nossos aterros foram criados para serem utilizados pelas nossas populações e agora tudo indica que há um comércio internacional de lixo para o nosso país. Já foram anunciados onze aterros nacionais que estavam envolvidos, não sei se o de Vila Real está neste momento envolvido nisto ou se está em zona de trasfega e é por isso que estes lixos ainda cheiram pior e emitem mais odores. -----

--- Se é assim ainda é pior e nós estamos totalmente a favor da parte deliberativa, mas não concordamos que a raiz do problema seja a privatização, não é essa a raiz do problema. A raiz do problema neste momento é que existem entidades, neste caso, são privadas que muito provavelmente estão a desrespeitar a lei e deve haver ação imediata e aí estamos totalmente de acordo e não que a raiz do problema seja a privatização, nomeadamente o ex- Primeiro-ministro Dr. Passos Coelho. Muito obrigado. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Eu parece-me que o Senhor Deputado Vasco Amorim acaba por “por o dedo na ferida”, é precisamente o problema da privatização que nos leva hoje a estarmos nesta situação. -----

--- O Aterro Intermunicipal que surgiu da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte pertenceu depois a uma associação, uma empresa a Resinorte, no qual o Estado tinha cinquenta e um por cento e as Autarquias no seu conjunto quarenta e nove por cento, ou seja, o Estado Local e Nacional eram os responsáveis pelo Aterro. -----

--- Nós, população, podíamos e devíamos junto dos nossos governantes apelar que a situação fosse resolvida. -----

--- E o Senhor Deputado Vasco Amorim disse e muito bem, depois, precisamente, do Governo Passos Coelho porque foi ele, quer queiramos ou não, vendeu esta empresa, vendeu a empresa de fomento, vendeu à Mota-Engil, hoje de facto, faz-se negócio como disse e muito bem com os aterros e com os lixos. -----

--- E, portanto, nós em Vila Real temos um aterro que é um negócio e, muito que nós Governo Local, por muito até que, um Governo Nacional considere que isso não deve ser feito, de facto, a Mota-Engil detém setenta e cinco por cento da Resinorte, dona do aterro e faz o que entender. -----

--- Portanto, eu compreendo o desconforto, Senhor Deputado Vasco Amorim, em relação à alusão ao Primeiro-ministro da altura, Passos Coelho, que promoveu a privatização, mas



não há sequer um juízo de valor, é um facto, foi Passos Coelho que privatizou, hoje a empresa é setenta e cinco por cento privada, é um negócio e as nossas Freguesias, os nossos aquíferos, a nossa população, o nosso ambiente estão dependentes do lucro do negócio. Disse. -----

--- Dado tudo que acabei de dizer, é óbvio que não retiraremos o parágrafo que o PSD gostaria que retirássemos. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP):** No uso da palavra, disse: Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e em si cumprimentar toda a Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente de Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, trabalhadores do Município, representantes da comunicação social, as pessoas que acompanha esta Assembleia aqui presencialmente, aqueles que nos acompanham através da UTADTV, Minhas Senhoras e Meus Senhores. ----

---- Relativamente a esta Moção do Partido Socialista, seria muito mais confortável para nós ou para mim neste caso estar ali sentado e fazer de conta que isto nos passava ao lado, mas entendo que não o devo fazer, por dois motivos: -----

- Primeiro, relativamente à questão de fundo, entendo que é uma questão preocupante, é uma questão que já foi discutida variadíssimas vezes aqui nesta Assembleia, falando de lixiviados, falando de odores, variadíssimos problemas associados ao aterro e é efetivamente uma questão que eu julgo que deve preocupar os representantes partidários, os eleitos desta Assembleia, o Executivo Municipal e todos os residentes no nosso concelho. -----

--- Acho que não é admissível que nesta fase da nossa vivência, do nosso conhecimento que estes problemas se perpetuem, é importante que se resolvam. -----

--- Segundo, para nós CDS também não nos parece que seja absolutamente claro que a reboque de um problema que é do conhecimento de todos que se venha aqui fazer uma menção ao anterior governo, onde aliás, o CDS também tomou parte e onde o CDS também iniciou funções nesse governo, também tendo a pasta do ambiente. -----

--- Portanto, não nos escondemos de nada nem de ninguém, mas, como não nos escondemos de nada nem de ninguém, eu lançava um repto, permita-me Senhor Deputado Rodrigo Sá. Se querem, efetivamente falar da história eu proponha-lhe uma pequena adenda a este seu parágrafo que poderia dizer simplesmente o seguinte: o Governo Pedro Passos Coelho tomou a iniciativa de privatizar a EGF depois de ter recebido o país numa situação económico-financeira de pré-falência ou de pré-bancarrota após um Governo do partido Socialista. -----

--- E eu acho que, se fizermos este enquadramento, estamos a olhar para a história do nosso país, estamos a olhar para o que é que conduziu à privatização da EGF e deixaremos aqui esta reflexão histórica. E, depois, poderemos centrar-nos no que é efetivamente o problema e o problema não é novo, já existe há muitos anos. E, portanto, a empresa ser privada, ser pública, ser a algo a meio caminho não inviabiliza que nós nesta Assembleia ou

noutros fóruns nos debatemos para que, em primeira linha seja cumprida a legislação e em segunda linha seja utilizado o melhor estado da arte para resolver este problema. -----

---- Senhor Deputado, vocês já reverteram várias coisas, podem também reverter se acharem que o país tem condição económico-financeira para reverter também a privatização da EGF. Eu não acho que esse seja o caminho e não acho que esse seja o motivo. -----

--- Se vocês fizerem uma reflexão histórica de todo o caminho que levou à privatização da EGF o CDS votaremos a favor, se mantiverem apenas esta referência, obviamente votaremos contra. Muito obrigado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Descubro depois da apresentação da Moção do Partido Socialista, todos os Grupos Parlamentares estão preocupados com esta situação, não gostam da redação do texto, podiam ter apresentado as suas próprias Moções sobre este assunto, não apresentaram, uns que se sentem desconfortáveis, outros por que gostavam de” ir ao D. Afonso Henriques”. Da minha parte e da parte do Partido Socialista penso que não há razão de alterar o texto, ele corresponde à realidade. -----

---- De facto podia ser mais extenso, podíamos ir à decisão do então Executivo Municipal do PSD de aderir à Resinorte e duplicação do preço por tonelada da deposição de resíduos, mas acho que não vale a pena, acho que basta aquilo que ali dizemos porque é um facto real e que nos traz ao dia de hoje. Portanto, não alteraremos o texto, esta é a nossa Moção e toda a gente votará com certeza em consciência. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Pergunto se há mais alguma questão. Senhor Presidente faça favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RUI SANTOS)** agradeceu e disse: começo por cumprimentar Vossa Excelência e na sua pessoa os demais elementos da Mesa, cumprimento também as Senhoras e Senhores Vereadores, as Senhoras e Senhores Deputados Municipais, aqueles que nos acompanham aqui presencialmente nesta Assembleia Municipal e os que acompanham em casa através da UTADTV e obviamente aqueles que hoje estão aqui a trabalhar para que esta Assembleia possa ser transmitida e os funcionários da Câmara que nos ajudam na condução destes trabalhos. -----

---- Se há algo que me incomoda e me deixa profundamente perturbado e revoltado é exatamente este tema do Aterro Intermunicipal, porquê? Porque tudo isto foi uma grande mentira que contaram às populações, nomeadamente Andraes, Folhadela e em parte Constantim. -----

---- Uma grande mentira muito bem pensada e elaborada por quem na altura tinha responsabilidades nesta área. E por que é que é mentira? Por que é que isto foi sempre uma grande mentira? Primeiro porque enganaram as populações dizendo-lhes que o aterro em dois mil e dezasseis encerraria. Esqueceram-se de lhes dizer que o aterro encerraria se



a produção de lixo no Concelho de Vila Real fosse o dobro ou o triplo daquela que foi, esqueceram-se de lhes transmitir essa informação. -----

---- Depois aquele aterro foi, como se sabe, durante anos gerido por uma Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, eram sete Municípios. Bem ou mal os problemas eram bem inferiores àqueles que existem hoje. -----

---- Em dois mil e nove, vá-se lá saber porquê, eu estou à vontade porque votamos contra a decisão que na altura a Assembleia e a Câmara Municipal fizeram passar. Em dois mil e nove, vá-se lá saber porquê, resolveram entregar a gestão do Aterro Intermunicipal à Resinorte, uma empresa do Estado, uma empresa Central, uma empresa do Estado Central.

--- E, com essa habilidade, a Câmara Municipal de Vila Real e os restantes Municípios pagavam dezassete euros por tonelada pelo tratamento do lixo e imediatamente com essa habilidade de passarem o aterro para a Resinorte, passamos a pagar trinta e seis euros pelo tratamento por tonelada, passamos todos nós cidadãos a pagar porque isso reflete-se na fatura que a Emar enviada à época aos nossos concidadãos. -----

---- O argumento era de que o alvéolo que lá estava, estava lotado, não caberia lá nem mais um quilo do lixo, era uma situação de desespero e ali pelas férias do Natal esta Assembleia Municipal, na altura com certeza com outras pessoas, mas com alguns dos que hoje contestam presentes e votando a favor decidiram passar isso para a Resinorte. -----

---- E qual não é o nosso espanto quando em dois mil e doze, o Governo de então faz uma segunda habilidade que é privatizar o aterro. Curiosamente, só no último ano é que o segundo alvéolo começou a ser construído, isto é, o alvéolo onde não era possível depositar nem mais um quilo em dois mil e nove, durou quase mais dez anos. -----

---- E verificamos que, afinal, a Resinorte não fez os investimentos que devia, a Mota-Engil não fez os investimentos que devia e chegamos hoje a esta situação lamentável, enganando as populações porque tinham a expectativa que o aterro fosse encerrado em dois mil e dezasseis e prejudicando gravemente as populações porque não tendo feito os investimentos que deviam ter feito porque agora o objetivo é lucro, lucro, esse é o objetivo de quem hoje explora aquele aterro. Temos uma situação dramática em que os cheiros já chegam à Régia Douro Park. -----

---- E fico espantado, fico absolutamente surpreendido como é que há gente que tem medo de chamar o nome certo às coisas. A privatização foi um erro, há áreas do Estado que não devem ser privatizadas e quem defende que isso aconteça, depois sofre as consequências que aí temos. E esta é a consequência da privatização, esta a consequência da má condução deste processo por parte da Câmara Municipal de Vila Real, é esta a consequência de terem mentido durante anos e anos à população de Andrães, de Constantim e de Folhadela. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e concedeu a palavra ao Senhor Deputado. -----

----- O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD) agradeceu e disse: Agora pelo menos caiu a máscara, já se sabe por que é que o grupo parlamentar do PS fez esta Moção, não estão nada preocupados com o que está acontecer, queriam era atacar o PSD e o Doutor Pedro Passos Coelho e os outros que, entretanto estão por aqui e outros que já partiram. -----

---- E em relação à parte final diz: “é só lucro, é só lucro”, o lucro deve ser perseguido por todos, agora tem que ser acompanhado pelo cumprimento da lei, lucro, lucro, sim cumprindo a lei, não é lucro sem lei. -----

---- E, por isso, estamos em desacordo e mais uma vez, usando do magnífico tempo que têm, falam de tudo e mais alguma coisa, mas não explicam que a Resinorte visava gerir melhor os equipamentos intermunicipais, visava e por isso é que o alvéolo durou mais tempo. Houve um conjunto de infraestruturas que foram criadas e está nos relatórios da Resinorte e já falamos sobre isto, pelo menos duas vezes, há equipamentos que foram montados para separar o lixo e evitar ao máximo o aterro que se fazia, que era vai tudo para lá. -----

---- E, portanto, se durou mais dez anos quer dizer que a Resinorte fez um grande papel porque conseguiu tirar metais, conseguiu tirar materiais para compostagem que podiam estar noutros sítios e, portanto, só aquilo que necessariamente tinha que depositar é que o fez. -----

---- Esses investimentos não estavam à altura dos Municípios da altura e também era preciso aumentar a taxa porque era preciso fazer a preparação do orçamento para selar o alvéolo, como aliás, o Senhor Presidente sabe isso muito bem. -----

---- A questão que está aqui em causa é esta e podia ter usado o seu infinito tempo que tem ao seu dispor, em comparação com os nossos dezassete minutos, para dizer por que razão é que o Senhor Vereador Carlos Silva que representa no Conselho de Administração da Resinorte, e notem, estou a olhar para o *site* da Resinorte, que é Administrador não Executivo a representar a Associação de Municípios Vale do Douro Norte, por que é que não fez a intervenção, ou se a fez, o que é que fez, isso é que nós gostávamos de saber e, aí era bem usado o tempo. -----

---- Isto não é à sorte, entregar a privados e depois acabou – não – nós temos representação no Conselho de Administração através do Senhor Engenheiro Carlos Silva e tem como função fiscalizar, fazer perguntas. Nem que tivesse zero, virgula, zero, zero um de responsabilidade, tem obrigação de fazer perguntas, fazer a função de fiscalizar e quando alguma coisa está a violar a lei deve participar superiormente e avisar antes que surjam danos para as pessoas e o ambiente. -----

---- A gente já percebeu qual o objetivo da intervenção, não teve absolutamente nada a ver com o que está na deliberação que nós concordamos, é outra. É mais uma vez, até no período em que estamos, atacar mais uma vez o Doutor Pedro Passos Coelho, que não vos passa nem um bocadinho. -----



---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Pergunto se há mais alguma questão. Senhor Presidente faça favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado Vasco Amorim fica muito zangado com o tempo que nós temos, nunca ficou zangado durante trinta e oito anos com o tempo que o anterior Executivo tinha para responder às perguntas da oposição, a si é que lhe caiu a máscara, aliás, nunca cai porque a tem permanentemente colocada. -----

--- Sobre esta questão, eu percebo que lhe custe, sabe por que é que lhe custa? Porque nós votamos contra, porque eu e a Senhora Vereadora Eugénia Almeida que estamos aqui presentes e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra porque percebeu imediatamente aquilo que estava em jogo. -----

--- Aquilo que estava em jogo foi um grande negócio a favor de alguns e, neste caso, a favor da Mota-Engil e a favor de um processo muito pouco claro, o que onerou a carteira de todos os Vila-realenses em pelo menos o dobro naquilo que se referia ao tratamento dos seus resíduos. Isto custa-lhe admitir porque votou a favor. -----

--- A Associação do Vale Douro Norte tem cinco por cento deste processo, é sistematicamente vencida em qualquer proposta que faça e nós estamos cansados e isso não aconteceria se não tivéssemos nós Municípios comandados pela Câmara Municipal de Vila Real, com o seu apoio, termos entregues aquilo a quem não devíamos e aí sim, tínhamos a responsabilidade, tínhamos a responsabilidade de não só cumprir a lei e de respeitar os nossos cidadãos. E isso foi aquilo que vocês arranjaram, porque é a grande diferença, há áreas que não é para ter lucro, há áreas que não é para ter lucro, é para prestar um serviço e um serviço de qualidade aos nossos concidadãos. -----

--- Vou passar a palavra ao Senhor Vereador Carlos Silva. -----

---- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (CARLOS SILVA)** agradeceu e disse: começaria por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia da Assembleia, na sua pessoa cumprimento toda a Mesa, na pessoa do Senhor Presidente cumprimento todo o Executivo, Senhores Deputados, assistência aqui na sala, assistência que nos segue em casa através da UTADTV. -----

--- Respondendo ao Senhor Deputado Vasco Amorim, Senhor Deputado, de facto, eu represento a Associação de Municípios no Conselho de Administração da Resinorte. -----

--- Face à quota que nós temos e à posição social que temos na empresa a nossa opinião conta pouco. Aquilo que nós temos procurado fazer na empresa é sensibilizar sistematicamente a Administração para estes problemas e isso temos vindo a conseguir fazer e esse é o nosso trabalho. -----

--- Sempre que a gente deteta alguma coisa que está errada, a gente protesta, a gente reclama, a gente exige que seja cumprida a legislação. Neste momento detetamos uma situação que estava em incumprimento, sensibilizamos a Administração para a sua correção, não o fizeram, tivemos que adotar outras formas de intervenção, foi isso que

fizemos, dando pública nota do que estava acontecer e exigindo que as autoridades competentes intervissem naquela situação. -----

--- Esse é o papel que nós temos dentro do Conselho de Administração, esse papel é o que eu procuro fazer em nome de toda a Associação de Municípios, umas vezes com mais sucesso outras vezes com pouco sucesso porque também a minha quota não permite mais. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e concedeu a palavra aos Senhores Deputados. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Eu venho aqui esclarecer uma dúvida e gostava que o Partido Socialista me ajudasse a perceber, não sem antes refletir um pouco sobre aquilo que o Senhor Presidente disse. -----

----- O Senhor Presidente embora não queira, permita-me, assumir que o anterior Governo privatizou a EGF porque o Governo do seu partido deixou o país na falência, trouxe aqui algumas questões que são verdadeiras e fizeram-me refletir sobre aquele que foi o papel do CDS nesta mesma Assembleia Municipal com os meus antecessores. -----

---- Avisamos várias vezes dos perigos que existiam da entrega do aterro à Resinorte, eu não estava presente mas recordo-me perfeitamente disso, aliás, é nessa mesma linha que nós temos feito algumas críticas também, nomeadamente às Águas do Interior Norte, é na mesma linha de pensamento. O Senhor Presidente pode achar que é diferente que eu estou a falar de linhas de pensamento e visão sobre os temas. -----

---- Mas a questão que eu gostava de esclarecer com o Partido Socialista, se o quiserem fazer, é qual é o objetivo da Moção? Se o objetivo da Moção é efetivamente que esta Assembleia tome de uma forma alargada, eu sei que vocês têm uma maioria esmagadora, mais que esmagadora, mas será certamente diferente para quem ler este documento perceber que todos os partidos aqui presentes votaram favoravelmente ou não. -----

---- E aqui a diferença é uma diferença, para nós CDS, de enquadramento histórico, agora, eu gostaria muito de votar a favor, mas eu não posso aceitar que, para se fazer o enquadramento se esqueçam uma parte e só ouçam outra. -----

---- E não me posso esquecer que o meu partido, volto a dizer, era muito mais confortável que estivesse ali caladinho, mas não o faço, não o faço porque o meu partido tomou parte no Governo anterior e teve responsabilidade na área do ambiente, pelo menos uma parte do mandato e, portanto, não falo isso, não faz parte do meu ADN. -----

---- Eu gostaria efetivamente de votar a favor do que é essencial, e eu gostava de vos perguntar o que é, para vós, verdadeiramente essencial? Muito obrigado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Senhor Vereador Carlos Silva tenho um enorme respeito por si e peço desculpa por dizer isto, mas, dos muitos anos que já estou aqui, quero sempre olhar para trás, e ver que aquilo que eu disse continuo a rever-me o máximo possível por anos que ainda resista. -----



---- Assim, neste pequeno debate que tivemos, quisemos transmitir uma ideia que, por termos cinco por cento é possível que uma empresa, estando nós no Conselho de Administração com funções não executivas, alguém que tenha a maioria possa violar a lei e a gente não possa fazer nada, eu não posso concordar consigo. -----

---- Já denunciaram publicamente? Não enviaram uma carta com toda a fundamentação para a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e para o tribunal? E não se importam de enviar uma cópia? Já que tem aqui vários funcionários só para nós termos conhecimento? E qual foi a resposta da APA? E do tribunal? Continua tudo na mesma? **Interpelou o Senhor Presidente da Mesa**, peço desculpa, Senhores Deputados, não vamos entrar em diálogo. **Continuou o Senhor Deputado**, peço desculpa, eu sei que o debate estava a ser muito evocativo, mas, é assim a vida. -----

---- Eu quando uma vez entrei numa instituição e disse: “o que está bem, está bem e o que está mal está mal”, eu nunca pensei dizer isto tantas vezes e, portanto, podem vir os Tribunais da Relação de Lisboa, pode vir o Supremo Tribunal, podem vir os Tribunais todos, “o que está bem, está bem e o que está mal está mal”. E, se há uma prática legal, se o Senhor Vereador denunciou, se a APA tomou medidas, onde é que está a solução quando isto se agravou recentemente? -----

---- Este país está a ficar uma bandalheira e estão a destruir a democracia porque as pessoas vão deixar de acreditar. E vêm aí outros partidos que, vão começar a subir por aí acima e mais tarde vem aí o pau que nós gostamos da ditadura, no passado foi assim e depois gostamos de outros que põem as coisas na ordem e há aquelas pausas que vai tudo para o caos. -----

---- Eu não fujo nada àquilo que disse, o que está em causa não é a privatização e também não é fazer asneiras. As Câmaras Municipais fazem asneiras, as entidades públicas fazem asneiras, violam a lei e são condenadas em tribunal e as empresas privadas também fazem asneiras e também são punidas e, eu que sou funcionário público não admito que nenhum privado diga que é superior a um funcionário público e também não admito o contrário. ----

---- Em cada momento nós devemos fazer o nosso dever e se não o fazemos temos que sofrer as consequências e, o que está aqui em causa não é contra as privatizações, não há setores, tirando os setores estratégicos de defesa nacional e mais um ou dois, praticamente o Estado não precisa de estar nos outros setores. E, quem está a gerir tem de ser competente, público-privado tem que cumprir a lei e o que está aqui em causa é o cumprimento da lei, não é ser ou não privatizado. -----

---- Já está aqui provado que os Senhores têm capacidade para intervir e fazer queixas às autoridades e, agora resta saber se temos justiça ou se temos aquela que estamos habituados normalmente cinco, dez, ou vinte anos para tomar uma decisão. -----

---- Para parar o Túnel do Marão foi imediatamente uma providência cautelar, parou logo, com os prejuízos enormes que teve e, agora onde é que estão os problemas? Onde é que estão as consequências? -----

---- Uma situação que é evidente não se vê uma providência cautelar, continuam as coisas a agravar-se? E provavelmente com lixo importado do estrangeiro e amanhã, eventualmente, vamos saber isso melhor. -----

---- Peço imensa desculpa, mas o problema aqui é na forma de Vossas Excelências fazerem política, pois vão sempre com a “faca afiada com dois gumes”. O texto é: se nós aprovarmos vão andar aqui a gozar, a criticar, a espalhar a “semente do mal”, nós estivemos a votar contra o doutor Passos Coelho, se votamos contra é porque somos contra as populações de Andraes e somos a favor dos crimes que são feitos pela Resinorte e nós rejeitamos esta “faca de dois gumes”, nós percebemos muito bem o que os Senhores estão a fazer e rejeitamos, e é essa a nossa diferença. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente faça favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Agora é fácil ser contra, no momento em que teve que decidir votou a favor a entrega de um Aterro Intermunicipal gerido pela Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, a Câmara Municipal de Vila Real tinha quase quarenta por cento mas, na altura votaram a favor por que, achavam que era um grande negócio. -----

---- E como andam sempre à procura de um negócio votaram a favor da entrega do Aterro Intermunicipal à Resinorte. E quando chegaram ao Governo privatizaram o Aterro Intermunicipal. -----

---- E algumas práticas que nos são contadas pela população fazem realmente a gente perceber que há áreas que não devem ser privatizadas. -----

---- Aquilo que me foi dito pela população que diariamente convive com lixo, com o cheiro, com o mau estar, é que a empresa, por exemplo, utilizava contentores em cima de um trator para espalhar algumas águas que não tinham tratamento por que o tratamento custa muito dinheiro, para as ir espalhando ao longo de determinados percursos. -----

---- Aquilo que as populações me dizem é que, se a situação continuar, nós metemos lá uns camiões e deixam mesmo de por lá o lixo. Eu disse às populações, eu Rui Santos, cidadão, estarei com elas a fazer isso porque estamos cansados de ver aquela situação e faremos o que for necessário para que essa situação não se repita. -----

---- Sobre a justiça, o Senhor Deputado Vasco Amorim tem muita razão, olhe nós temos uma experiência, são mais de três anos e meio à espera que os transportes públicos urbanos pudessem ser uma realidade. Não gostamos destes transportes públicos urbanos, avançamos com uma solução melhor, servia mais gente, com novos e melhores autocarros. -----

---- Entrou uma providência cautelar, estamos há três anos à espera, são coisas deste país que afetam e que têm corresponsabilidade de todo o espectro político e há coisas que não se resolvem à espera da justiça, temos que agir e há coisas que não se resolvem “armando-nos em santinhos” votando a favor da entrega disto a privados e depois esperar que estas áreas não podem, não devem, não têm que ser lucrativas, os privados se tomaram conta

delas querem obviamente ter lucro e para terem lucro tratam as coisas que nós sabemos que têm de ser tratadas. Muito obrigado. -----

---- Passava a palavra ao Senhor Vereador Carlos Silva. -----

---- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (CARLOS SILVA)** agradeceu e disse: Senhor Deputado Vasco Amorim julgo que não está na sala, não sei se me está a ouvir, uma vez que foi o Senhor Deputado que me interpelou gostava que me ouvisse. -----

---- Quero agradecer a consideração que tem por mim, eu também tenho consideração por todos. -----

---- Deixe-me dar nota, desde a primeira hora que me interroguei, face à quota que os Municípios tinham na empresa, qual seria o meu papel na empresa porque ser simultaneamente cliente e ser também acionista é um papel muito complicado que fica aos Municípios. -----

---- E optei sempre ficar na empresa para tentar, por dentro, na estrutura de direção e gestão, influenciar a direção para perceber a importância que tinha que ser dada ao papel dos Municípios e à gestão correta, nomeadamente no caso de Vila Real, do aterro por que era muito relevante uma infraestrutura como esta que temos no nosso concelho fosse bem gerida. -----

---- Felizmente, as coisas estavam a correr muito bem, aconteceu um percalço que a Resinorte não conseguiu resolver e que nos levou imediatamente a intervir. E levou-nos imediatamente a intervir denunciando em primeiro lugar denunciar às autoridades SEPNA e APA (Agência Português do Ambiente), a partir daí entregamos o dossier às entidades competentes. Esses é que são entidades que têm que fiscalizar e aplicar a legislação. -----

---- E imediatamente essas entidades visitaram o local, levantaram os respetivos autos e intimar a Resinorte que rapidamente solucionasse o problema. Situação que está a decorrer e que algumas situações que nós sabemos que já foram corrigidas. -----

---- Portanto, este foi o nosso papel e não podemos fazer mais do que isto e denunciámos publicamente esta situação para que, rapidamente, a Resinorte perceba, se adotar os melhores critérios internacionais conhecidos na gestão do aterro, aquele aterro pode deixar de ser um problema para aquelas populações residentes que, ao longo dos anos, têm sofrido com má gestão do aterro que tem acontecido. -----

---- Repito, esse é o nosso papel, por dentro da estrutura para que a gestão seja uma gestão correta. Hoje não se compreende que, com o conhecimento técnico que se tem à escala global que não se adotem as melhores práticas naquele aterro para que os problemas não ocorram. -----

---- É isso que vamos continuar a fazer dentro do Conselho de Administração da Resinorte para que estas situações não ocorram. Tanto quanto sei, em breve, seremos convidados para visitar o aterro para verificar um conjunto de benfeitorias que já foram feitas. -----

---- Estamos aguardar esse convite para verificarmos se, de facto, foi feito e também para perguntarmos às respetivas entidades que fiscalizam isto, se, de facto, estão a ser cumpridas as obrigações legais a que a Resinorte está a cometer. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente só para terminar e não falarei mais sobre este assunto dizer o seguinte: -----

---- A mim não me preocupa nada votar contra o meu partido, já o fiz várias vezes. -----

---- Eu fui eleito pelos cidadãos de Vila Real e é aos cidadãos de Vila Real que tenho que prestar contas e é pelos cidadãos de Vila Real que tenho que lutar. -----

---- Portanto, não me preocupa nada votar contra o Partido Socialista quando tive que votar, por exemplo, no caso das portagens e votei sozinho na Assembleia da República ou quase e não me importei de votar várias vezes aqui, quer como Membro da Assembleia Municipal, quer como Membro do Executivo da Câmara Municipal, votar contra o meu partido. Eu voto sempre a favor das populações de Vila Real. -----

---- E, lamento muito que a vossa preocupação seja o PSD, Pedro Passos Coelho, o Guterres, seja quem for e não sejam as populações de Vila Real, porque a Moção não tem nenhuma mentira, tudo que ali diz são factos e, se estão de acordo com o essencial, deviam votar a favor dessa Moção. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Pergunto se há mais alguma questão. Dado que ninguém se manifesta, passemos de imediato à votação desta Moção. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Moção aprovada por maioria, “Pela Melhoria das Condições do Aterro Intermunicipal”**

Apuramento dos Votos:

Contra: 13 votos dos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP

Abstenções: 0 votos

A favor: 30 votos do Grupo Parlamentar Municipal PS

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Convidava o Senhor Deputado Vasco Amorim para ler a sua Moção -“**Melhoria das Condições de Prestação de Serviços no Hospital de S. Pedro em Vila Real, para assegurar a Segurança Profissional e dos seus Utentes numa possível Pandemia pelo COVID-19**”. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: “O Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro é das instituições que têm tempos de espera mais longos, e tem conhecidas carências e equipamentos, pessoal e material, em diversas especialidades, mas não está sozinho. Hoje foi conhecida uma das razões: a falta de investimento na Saúde. -----

---- Os dados divulgados pelo INE confirmam o desenvolvimento na Saúde em Portugal e o agravamento das despesas suportadas pelas famílias. Ficamos assim a conhecer que a despesa em Saúde teve uma redução de 1,1% relativamente ao crescimento do PIB. E na última década de 2019 a 2018 Portugal diminuiu 1,7 pontos percentuais do PIB com a despesa pública em saúde. Assim crescem os relatos locais de falta de almofadas, toalhas,

medicamentos e outros acessórios, obrigando os familiares dos doentes a sair do hospital para irem comprar o necessário para colmatar as deficiências. -----

---- A ameaça recente do CORONAVIRUS, designado COVID-19 torna ainda mais necessário reforçar o investimento na prevenção e proteção de todo o pessoal hospitalar e seus utentes e assegurar que existem todos os meios de tratamento. -----

---- A generosidade e resiliência dos Profissionais de Saúde não é suficiente para colmatar tais falhas do que é mais básico, e as consequências podem ser fatais para um elevado número de cidadãos, pelo que: -----

- Considerando que é responsabilidade do Estado zelar pelo Serviço Nacional de Saúde e garantir o Princípio da Equidade de Acesso a Todos; -----

- Considerando que cabe ao Ministério da Saúde propor a definição da política Nacional de Saúde, promover e vigiar a respetiva execução e coordenar a sua ação com a dos ministérios que tutelam áreas conexas. -----

Propõe-se que a Assembleia Municipal de Vila Real delibere: -----

---- Solicitar ao Governo, através da atuação conjunta dos Ministérios da Saúde, das Finanças e demais áreas conexas, apoio com todos os meios necessários, humanos e financeiros, para que os profissionais de saúde possam diminuir o risco de contágio no contacto com os utentes, num contexto de pandemia do COVID-19; -----

--- Diminuir com caráter de urgência as listas de espera nos hospitais; -----

--- Práticas com dignidade utilizando o material necessário para a prestação dos serviços hospitalares, nomeadamente, no hospital de S. Pedro em Vila Real, por forma a dar tratamento humano a milhares de cidadãos, dos cuidados médicos que necessitam e merecem”. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Estão abertas as inscrições para a discussão desta Moção. Inscreveram-se os seguintes Deputados. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ ABRAÃO (PS):** No uso da palavra, disse: Muito boa noite Senhor Presidente, em si cumprimento todos os Senhores Deputados, boa noite Senhor Presidente da Câmara em si cumprimento todos os Senhores Vereadores, público e órgãos da comunicação social. -----

---- Esta Moção é uma Moção que vai diretamente ao encontro àquilo que são os mínimos do PSD, pese embora considere que ela poderá eventualmente ser oportuna, mas merecia aqui meia culpa porque, nos últimos seis anos o investimento em saúde como em recursos humanos na saúde é de tal maneira significativo que é evidente, ainda não foi possível repor aquilo que foi ir para além da troika do Governo de Passos Coelho. -----

---- E, neste quadro, acho que, ficava bem ao PSD reconhecer que mais vinte e sete mil novos profissionais na área da saúde que, o investimento que tinha sido feito do Norte ao Sul do país mas seria algum reconhecimento e, mais até, que antes de tudo mais, foi repostos aos profissionais de saúde o horário de trinta e cinco horas de trabalho semanal, quando foi o Governo de Passos Coelho que nos impôs as quarenta horas. -----

---- E isto é valorizável, isto não merece que esta introdução, eventualmente, diga o que aqui diz, desvalorizando aquilo que tem sido o esforço dos portugueses, dos nossos impostos, em procurar melhor as condições de saúde, as condições dos hospitais e o melhor serviço prestado às populações, depois de termos batido no fundo em dois mil e quinze. -----

---- Justifica-se, portanto, que o Senhor Deputado que faça aqui meia culpa, e que, considerando apesar de tudo oportunidade a coberto por Coronavírus, pudesse pelo menos ter a sensibilidade para o PSD perceber que o problema do Coronavírus não é um problema só do hospital de Vila Real. -----

---- Por que é que o PSD se esqueceu dos Centros de Saúde? É a superficialidade com que tratam as questões de natureza política arrogantes e que tem a ver com as pessoas. -----

---- Ficaria bem que, nesta Moção, ficasse claramente contemplado aquilo que é o esforço que o próprio Hospital tem feito, que o próprio Estado tem feito no que diz respeito à prevenção, no que diz respeito aos profissionais porque a questão da prevenção nos estabelecimentos de saúde, aqui há provavelmente alguém que sabe mais do que eu, é um exercício permanente, é um exercício diário, não é só pela questão do Coronavírus. -----

---- E isso, provavelmente, o nosso hospital tê-lo-á feito como tem feito todos os outros. Agora, se é insuficiente é também muito importante que uma Moção como esta ficasse claro e o Senhor Deputado que aqui apresentou a Moção, na nossa cidade hoje existem alguns hospitais privados que servem também cidadãos. -----

---- Numa Moção desta natureza, manifestar alguma preocupação, para que todos, a sociedade em geral e todos nós estivéssemos melhor preparados para a eventualidade de se poder verificar esta pandemia pudesse aqui chegar, justificava-se outra sensibilidade, outra preocupação e não tão só ter em consideração a oportunidade mas, pelo menos, o oportunismo que é subjacente a esta questão. Muito obrigado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Na verdade gosto sempre de ouvir as objeções que o Partido Socialista tem a estas Moções que não falam em ninguém em específico, a nenhum Primeiro-ministro, que não personalizam em ninguém. -----

---- Vejo a vossa sensibilidade quando na Moção anterior falaram de Pedro Passos Coelho no período até que está a atravessar, ouvi muito bem a vossa sensibilidade, eu notei e vou registar para as minhas memórias. -----

---- Quando dizem vinte e sete mil funcionários que entram, no país, falta sempre dizer quantos é que saem e é por isso que, continuam a faltar pessoas por que todos os anos sempre entraram aos milhares, e são tantos que já devia-se estar com dificuldade entrar no hospital porque há tanta gente de “bata” a tentar receber-vos, a gente quer entrar e não consegue, o problema é que eles saem e, falta isso no seu discurso para sermos rigorosos. -

---- As Moções não são feitas para fazer meia culpa, as Moções são feitas para apelar, exatamente àquilo que queremos e o que nós queremos, exatamente é evitar mais notícias de falta de investimento em geral na sociedade, mas, em particular na saúde, os problemas

que já existem, que são-nos relatados diariamente, desde a almofada que falta e que põem esponjas, até pessoas que, estão com os filhos nas urgências e têm que sair do hospital, deixando os filhos sozinhos, para ir buscar um medicamento, tenham paciência, não tenho espaço para a meia culpa. Apenas tenho espaço para exigir aquilo que é necessário. -----

---- Mais uma vez, de forma não ideológica, nem sequer partidária, há-de reparar que a nossa Moção nem um símbolo do PSD tem, ao contrário da vossa. -----

---- Repare, uma parte do grande investimento que tiveram que fazer, das tais vinte e sete mil pessoas que entraram é porque passaram das quarenta para as trinta e cinco horas de trabalho semanal. Olhe eu digo-lhe já pessoalmente, e não é pelo PSD, bata palmas, bata e vou já dizer porquê: primeiro eu trabalho mais de trinta e cinco horas por semana, às vezes trabalho o dobro só para a universidade, fora o resto, em termos de serviço e cidadania, entenda-se. -----

---- Ao passar de quarenta para trinta e cinco horas estamos outra vez entre a desigualdade do privado e o público, eu não aceito isso, eu como funcionário público não aceito isso, eu bato-me e quero-me bater de igual para igual com os privados. -----

---- Não sei como o meu partido vai tomar as próximas iniciativas, mas eu sei que pessoalmente eu defendo isso, trabalho com horário semanal igual e é assim que tem de ser. -----

---- Por que é que só referimos o hospital de S. Pedro? Porque o problema de saúde está focado essencialmente nos hospitais. Quando existe um problema as pessoas vão a correr para os hospitais. Os hospitais são o “cancro” do sistema, uma pessoa tem um problema qualquer e corre imediatamente para o hospital. -----

---- Os nossos centros de saúde, as nossas unidades de saúde familiar aqui em Vila Real são um luxo em comparação com outros centros do país que eu conheço, uma categoria fantástica. E não conheço lá os problemas, nem uma centésima parte do que acontece no hospital. E nós precisamos de ajudar os profissionais de saúde. -----

---- Ainda a propósito das trinta e cinco horas, devo-lhe dizer uma coisa, não são as trinta e cinco horas de serviço público que me interessa, a mim, interessa-me saber as pessoas que lá trabalham, quantas horas trabalham no público e acumulam no privado? -----

---- É que não podem trabalhar quarenta, custa muito, mas, depois trabalham sessenta, sessenta e cinco, setenta, e o Senhor sabe que acontece. Os salários são baixos, é verdade, é um grande problema e eu respeito isso mas, não é por causa do número de horas, é sim por causa do vencimento. -----

---- Eu sou a favor da exclusividade e sou a favor que a gente se dedique a um senhor, quando a gente se dedica a dois senhores é um grande problema, sou eu defensor disso. Não sei o que o meu partido vai pretender fazer no futuro. -----

---- Portanto, bater no fundo foi quando nós estivemos que ter aqui a Troika e o deficit do orçamento do Estado eram onze por cento, onde é preciso meia culpa é a adenda de Vossas Excelências aqui a esta Moção. Obrigado. -----



---- **O DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ ABRAÃO (PS)** agradeceu e disse: Quero agradecer ao Senhor Deputado porque fez aqui uma meia culpa bem-feita, sabe porquê? Primeiro, se tivesse a noção quando questiona aqueles que foram embora porque é que foram embora, teria hoje presente que mais de sessenta mil trabalhadores foram reformados antecipadamente, cansados de apanhar com cortes de salários do Passos Coelho, que foram embora penalizados, em muitos casos com trinta e trinta e cinco por cento nas suas pensões, castigados por uma política de direita que foi para além da troika que esmagou os trabalhadores da Administração Pública exigindo o maior sacrifício que foi pedido neste país a qualquer tipo de trabalhadores e foi aos funcionários públicos, e, por isso, reconheço a sua meia culpa. -----

---- Depois dizer-lhe que fica para mim mais claro que nós tivemos as trinta e cinco horas porque houve um Governo do PS que repôs justiça àquilo que era pressuposto fazer-se, até porque, temos que ter em consideração que na altura havia argumentos que tinham a ver com a produtividade e a produtividade não tem nada a ver com o horário de trabalho. -----

---- Mas é para nós a melhor garantia que temos hoje as trinta e cinco, temos o Governo que temos. De que temos que nos defender é se amanhã voltar o PSD, voltarão as quarenta horas porque, a questão do tempo de trabalho não será porventura suficiente para cumprir os objetivos. É sim, ideológico de alguém que não tem muito a ver com preocupações sociais. Muito obrigado pelo seu reconhecimento e pela meia culpa que fez.

---- Depois dizer para acabar, Senhor Deputado, esteja descansado que, apesar de tudo, da nossa parte, porque não somos nem sectários e não vemos só em frente, vemos para os outros lados, a gente até vota a favor a sua Moção, fique descansado. Mas, sem que deixasse estas notas, seguramente, não dormia descansado, fique com elas, reconheço o seu contributo e espero que esta Moção seja até aprovada por unanimidade. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Pergunto se há mais alguma questão. Não. Dado que ninguém se manifesta, passemos de imediato à votação desta Moção. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Moção Aprovada por unanimidade**, “Melhoria das Condições de Prestação de Serviços no Hospital de S. Pedro em Vila Real, para assegurar a Segurança Profissional e dos seus Utentes numa possível Pandemia pelo COVID-19”. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Deram entrada também nesta Mesa da Assembleia Municipal dois votos de pesar, elaborados pela Mesa da Assembleia, com o consenso e acordo de todas as bancadas partidárias constituintes da mesma. -----

---- Primeiro voto de pesar, -----
“Esta Assembleia Municipal manifesta o seu mais profundo pesar, pelo falecimento da Excelentíssima Senhora Doutora Laura Maria Garcês Ferreira, esposa do Excelentíssimo



Senhor Doutor Pedro Passos Coelho, ex-presidente desta Assembleia Municipal de Vila Real, a quem endereçamos a nossa solidariedade e disponibilidade nesta hora de grande tristeza”. -----

---- Segundo voto de pesar, -----

“Manuel Agostinho Claro Pimenta ilustre Deputado desta Assembleia Municipal, nascido na Freguesia de Parada de Cunhos, em 31 de Agosto de 1954. Professor do Primeiro Ciclo, tendo iniciado a sua formação na Escola do Magistério Primário em 1975, terminando em 1979, com distinção. Em 1981 inicia a sua atividade pedagógica, passando por período de interrupção de atividade letiva para exercer Cargo Administrativo na Delegação Escolar de Vila Real. Retoma a atividade pedagógica após Licenciatura em 2004, pela Escola Superior de Educação de Viseu, até 2013, momento em que rescinde contrato com a Função Pública, para se dedicar de corpo e alma à política. -----

Outras atividade desenvolvidas: -----

- Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Cunhos desde 2009; -----
- Vice-presidente da Associação de Caça do Alvão Marão (cargo que exercia atualmente);
- Vice-presidente da Assembleia da Adega Cooperativa de Vila Real (cargo que exercia atualmente); -----
- Irmão da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. -----

Professor Agostinho, um exemplo de tenacidade, coerência, de grande altruísmo e resiliência na defesa dos interesses da comunidade que serviu. -----

Um Homem bom, de uma humildade e simplicidade ímpares, fora do comum, com uma maneira de estar, isto é, de uma educação que deverá servir de exemplo para todos. -----

Trabalhador nato, dotado de elevados princípios morais, amigo do seu amigo, sem guardar ressentimentos e muito menos rancores na sua vida diária, nas variadas vertentes.

Nosso colega nestas lides de política autárquica, respeitando todas as pessoas sem olhar às escolhas políticas de cada um, defendendo e assumindo sempre as boas práticas da empatia humana. -----

Pessoa amiga que embeleza os mais nobres quadros políticos, que empunhava o estandarte dos ideais e interesses da comunidade, que julgava serem os mais corretos, lutando pela sua defesa de uma forma intransigente. -----

Por tudo isto, Senhor Professor Agostinho, a nossa sincera e pública homenagem, a quem merecia muito mais”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal proclamou um minuto de silêncio. -----

---- E esta talvez seja a altura própria para darmos a conhecer a esta Assembleia e a todos, o continuador do cargo de Presidente que o Senhor professor Agostinho exercia na Junta de Freguesia de Parada de Cunhos, chamava o Senhor Daniel Francisco Simão Rosas de Carvalho, a quem nós de uma forma muito singela damos o conhecimento e a posse como Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Cunhos, muitas felicidades no cargo que vai ocupar. -----

--- Neste período relativo a assuntos de interesse para a autarquia, convido todos os Senhores Deputados a inscreverem-se para usar da palavra se assim o entenderem. -----

---- Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Neste período de antes da ordem do dia, decidimos trazer aqui três assuntos à Assembleia. -----

---- O primeiro dos quais é uma questão que nós já levantamos aqui várias vezes e eu gostava Senhor Presidente, se possível nos informasse, relativamente, ao aeródromo o ponto de situação daquela infraestrutura, que medidas é que já foram postas em prática e para quando está prevista a sua reabertura, se é que já tem essa informação. -----

---- Depois, à continuidade da carreira aérea que, tem sido em volta numa série de notícias destas últimas semanas, gostaríamos também de perceber quais é que são as garantias do seu governo, relativamente, à continuidade desta carreira e se possível, perceber também em que moldes, se isso já é conhecido, em que moldes funcionará a nova concessão. -----

---- Segundo assunto, Senhor Presidente, é uma questão que tem a ver com o território, tem a ver com Freguesia e é uma Freguesia em particular onde o CDS não tem representação e, portanto, decidimos trazer aqui o assunto dando nota dessa ressalva. -----

---- Senhor Presidente, muitos são os fatores de fixação das populações aos seus territórios, as infraestruturas, as oportunidades de emprego, a proximidade familiar e, até em alguns casos o facto de se poder visitar, ainda que, simbolicamente os seus entes queridos nelas ou neste territórios sepultados. -----

---- Existem no nosso concelho alguns lugares desprovidos de Cemitérios, Gache – União de Freguesias de Mouçós/Lamares, é um desses casos. -----

---- Ouvidos os anseios de populares, o CDS insta o Senhor Presidente de Câmara e o Senhor presidente de Junta de Freguesia que equacionem edificar naquele lugar de Gache o cemitério e a respetiva casa mortuária, de forma que os seus habitantes, que assim o entendam, possam encontrar naquela localidade também a sua última morada. -----

--- Terceira questão tem a ver com uma carta que, o Senhor Presidente endereçou a todos os titulares de contador de água, a carta que nos remeteu através da Emar, que recebemos recentemente, fomos surpreendidos com uma série de informações, uma série de argumentário político, permita-nos que lhe diga, já a fazer lembrar o aproximar de forma abrupta o ano de dois mil e vinte e um, como que abrindo de forma temporã a pré campanha eleitoral. -----

---- Confesso que esperávamos receber esta missiva com o timbre do Partido Socialista e não com o timbre do Município e da Emar. -----

---- Sobre o conteúdo muito poderíamos aqui argumentar e se bem me recordo, nunca em momento algum o CDS se opôs ao investimento em redes de saneamento básico, aliás, sempre fomos a favor do bom investimento público. Daí damos um exemplo, as reticências que aqui levantamos, as dúvidas que aqui colocamos, nomeadamente no que diz respeito ao caminho que decidiram trilhar, nomeadamente no negócio da Loja do Cidadão que nós entendemos que substancie um mau negócio para o erário público. -----

---- Assim, questionamos Vossa Excelência se os restantes partidos políticos, os que têm assento nesta Assembleia Municipal e todos os outros terão ao seu dispor os meios da

Emar para levar mensagem partidária a casa das pessoas. -----
---- Não desejamos que assim seja, mas não podemos aceitar que em democracia existam dualidade de oportunidades e dois pesos e duas medidas. -----
---- Portanto, decidimos aqui, cara a cara, na primeira oportunidade trazer este assunto e ouvir, certamente, os esclarecimentos que tem para nos dar sobre este assunto e que a nós não nos deixa nada confortáveis. -----
---- Seria muito mais fácil receber em nossas casas uma mensagem sua, eventualmente, como futuro candidato à Câmara Municipal de Vila Real, como alto dirigente do Partido Socialista do que recebermos mensagem que nós entendemos que é de cariz político-partidário através da correspondência da Emar. Aliás, última correspondência da empresa municipal que desenvolveu ao longo de muitos anos um serviço aos Vila-realenses. Muito obrigado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL HELDER AFONSO E PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS MOUÇOS/LAMARES (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente de Mesa, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, caros colegas, comunicação social e pessoas que nos visitam e nos acompanham. -----

---- Fiquei contente com a abordagem do Senhor Deputado, por ter lembrado a aldeia de Gache, relativamente ao cemitério. -----

---- Por acaso, nunca tinha pensado nisso em relação ao cemitério, mas já tinha pensado em relação à estrada que está bastante danificada, por momento até pensei que o Senhor Deputado ia falar sobre a estrada. -----

---- O caminho florestal que foi feito há sete, oito anos, que está bastante danificado, nas condições do campo de futebol que está bastante estragado. Recentemente a Associação de futebol reuniu com o Município e com a Junta para ser reparado. -----

---- Na iluminação pública que também está bastante danificada. -----

---- Agora, o cemitério, como sabe a aldeia de Gache pertence à paróquia de Lmares, é uma paróquia com cerca de quatrocentas pessoas, terá duzentas pessoas em Gache e duzentas em Lmares e, de facto, seria bom termos um cemitério em cada aldeia. Mas, de facto, só temos um cemitério em Mouços e em Sanguinhedo. -----

---- Em Sanguinhedo o cemitério já está bastante lotado e em Mouços tem quarenta sepulturas, esperamos não continuar a ocupá-las, contrariamente ao de Lmares que tem cerca de sessenta sepulturas livres. -----

---- Isto é uma situação bastante complicada e muito sensível, mas, de facto, quando vi o Senhor Deputado preocupado com a aldeia de Gache pensei que iria enumerar, porque recentemente a reunião pública do Município de Vila Real foi feita em Mouços, e pensei que iria falar dos investimentos que vão ser feitos em Mouços e Lmares e, se calhar, estaria preocupado que houvesse mais investimentos. -----

---- Tive oportunidade de manifestar essa minha preocupação ao Senhor Presidente de Câmara na reunião pública. Quando ouvi falar na aldeia de Gache pensei tudo menos no cemitério e na capela mortuária. -----

---- Recentemente foi benzida uma capela mortuária na paróquia de Lamares, é uma capela paroquial, julgo eu, que servirá as duas aldeias, Gache e Lamares. -----

---- Mas vou-lhe dar uma novidade, Senhor Deputado, nós preocupamo-nos muito com a aldeia de Gache, como todas as outras, mas já que referiu a de Gache, deixe-me dizer-lhe que a aldeia de Gache terá nas próximas eleições oportunidade de votar na sua aldeia, no próximo dia oito a aldeia de Gache realizará um jogo de futebol em colaboração com a associação, deixo-lhe estas duas novidades. -----

---- Não serão as melhores, se calhar para si, mas o nosso propósito e como Deputado da Assembleia Municipal tem essa vontade de ver a aldeia de Gache crescer. -----

---- E a nossa preocupação também é essa, que a aldeia de Gache nestes últimos anos se calhar ficou esquecida, os investimentos que foram feitos na A4 a aldeia de Gache foi a que se calhar ficou prejudicada. -----

---- A aldeia de Gache tem sido uma preocupação da Junta de Freguesia de Mouçós e Lamares. -----

---- Portanto, agradeço-lhe e foi com alegria que o vi a referir-se à aldeia de Gache, aldeia de Mouçós e Lamares e, desde já, está convidado quando quiser fazer uma visita guiada pelas nossas estradas, umas reparadas e outras nem tanto, mas é nosso propósito Junta de Freguesia de Mouçós e Lamares em colaboração com o Município de Vila Real poder contar com a pavimentação das estradas. -----

---- Senhor Deputado agradeço-lhe, mas se calhar deu o tiro errado relativamente às questões que abordou. Muito obrigado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Atendendo ao adiantado da hora terei que ser telegráfico, mas também pela grande quantidade de assuntos que nos trazem aqui, de facto, algo aconteceu neste período que refletindo, é de uma gravidade, tão lamentável que, enfim, quase fazia-mos mais cinco ou seis Assembleias Municipais só com estes temas. -----

----- O primeiro nós já fizemos uma Moção, já debatemos esta matéria e temos que constatar hoje que, a Avenida Carvalho Araújo está destruída, está naquele processo que nós já conhecemos e, provavelmente, já com mais algumas novidades que, vamos saber em breve se o Senhor Presidente se dignar anunciar alguns factos relacionados com a obra.

---- No ponto dois, nós apresentamos uma Moção e debatemos sobre a panificadora Panreal e tudo que, está implicado com essa atividade, neste caso, a destruição da Panreal, não vou gastar mais tempo, houve uma Assembleia Municipal que foi dedicada a esta matéria e, que está lá bem expressa a nossa opinião e o debate que tivemos. -----

---- Também anualmente foi-nos habituado, embora este ano tivemos sorte, não choveu tanto, a destruição dos jardins do Parque Corgo com uma prova desportiva. Até fizemos visionamento de imagens no passado, já expressamos a nossa opinião, os Senhores têm outra e, lá está a consequência, os jardins destruídos. -----

---- Vamos falar de coisas rápidas, mas que exigem uma ação do Executivo. Primeira, a quantidade verificada em Vila Real de atropelamentos nas passadeiras, no ano passado



tudo indica que foram dezoito, mas este ano já assisti a um, foi no dia quinze de janeiro, às vinte e uma horas. O segundo foi na rotunda da “MCoutinho”, na descida para o teatro, foi um impacto de baixa densidade, um rapaz de vinte anos, ainda foi com a cabeça ao solo e teve que ir ao hospital, uma colisão obrigou a isso. -----

--- E, algo se passa ali, naquela rotunda. Por todo o circuito que é uma pista, temos que nos lembrar que é uma pista oficial, com quatro faixas, curiosamente em ambos os sentidos desce e, portanto, promove a velocidade e, talvez até o indicador de velocidade lá colocado, nalguns casos, promova à aceleração para atingir o noventa e nove, uma brincadeira e ficam ofuscados com as luzes dos leds e, depois em vez de focarem atenção nos peões, estão a ver se vem algum carro da rotunda para poderem entrar de “lanço”. Aliás, a mesma coisa acontece na rotunda da UNICEF, sobe não a cinquenta mas a cento e tal e, vão sempre a olhar se vem alguém de torneiros. -----

---- Recentemente, aconteceu outro acidente, outro atropelamento agora, às catorze horas e vinte sete minutos, um estudante do Nervir, este caso, ainda mais grave, foi atropelamento e fuga. -----

---- Ora bem, na nossa opinião, o PSD entende que, tem que ser feito um estudo das condições de segurança de tráfego e se tiverem que ser implementados semáforos, terão que ser implementados semáforos como existem em todo lado. -----

---- Se entretanto forem colocadas câmaras de videovigilância, só com visionamento da autoridades e houver proteção de imagem e a segurança no acesso, que a lei da proteção de dados obriga, para de alguma maneira levar as pessoas a terem consciência que aquilo não é uma pista dos trezentos e sessenta e um dias do ano, só há pista em três ou quatro dias, algo tem que ser feito porque é excessivo e até aconselhamos agora as pessoas a passar fora da passadeira, pelo menos passam a fugir dos carros e o que é certo é que as pessoas não sentem confiança nas passadeiras. -----

---- Sobre isto merece um estudo, tem que ser estudado e encontrar uma solução, assim, não podemos continuar, um dia é um familiar vosso, um dia é um pai, um filho e vocês vão-se sentir com a consciência pesada, pode acontecer a qualquer um e, ao contrário do que eu já experimentei não é aquela conversa que “as pessoas metem-se”, isso é conversa para continuar tudo na mesma, não pode ser assim. -----

---- Outro assunto. ambiente, noutro dia eu próprio tive a experiência, fui atrás de um autocarro dos ZF’s, a gente a brincar chama-lhes o zeferinos, geridos pelos Transportes Urbanos de Vila Real, em plano, a baixa velocidade, quase sem ninguém, lançava nuvens de fumo negro. Não é preciso nenhum equipamento eletrónico, nem um centro de inspeção para ver que aquilo só faz mal à saúde, é um crime, é um perigo público. Tem que haver uma inspeção especial a estes autocarros, provavelmente está sem catalisador ou não está a fazer função absolutamente nenhuma, temos que intervir. -----

---- Outro assunto: a carta da Emar, que já foi referida aqui, que lamentamos e voltamos a referir aqui agora de uma forma formal pois, não se faz uma propaganda contra os outros adversários políticos, por que vem lá uma interpretação vossa sobre o nosso sentido de voto, mais uma vez, à vossa maneira. Podiam ter feito apenas uma descrição do que

pretendem fazer, já não era mau, mas juntavam uma fatura, não era um envio dedicado só para fazer propaganda. -----

---- Discordamos disso na altura, falamos disso publicamente e vai haver ação sobre isso, nós vamos esperar que, as autoridades exerçam o seu papel de fiscalização e, também, solicitem esclarecimentos a Vossas Excelências. -----

---- Outro assunto: Já tínhamos a destruição da Avenida, já tínhamos a destruição dos jardins do Parque Corgo, não é que estamos habituados, mas ainda se juntou outra destruição lamentável, incrível, como é que aqui em Vila Real se destrói o Jardim da Estação, com mais de cem anos e, não podem dizer que é o vento, houve vento durante mais de cem anos e rajadas bem fortes. -----

---- Agora, não podem fugir à responsabilidade, os Senhores devem informar aqui esta Assembleia e os cidadãos de Vila Real o que é que fizeram para inquirir o empreiteiro da destruição das raízes, ao longo de uma secção que provocou a cascata, ou melhor, a queda em dominó das árvores. -----

---- É, que cair uma ou outra que estivesse mais frágil ainda se admite, podia ter morrido alguém, tivemos uma sorte incrível, fomos abençoados mas, foram vinte e tal árvores, há quem tenha contado vinte e sete. Algumas já tinham sido cortadas por causa do projeto, outras tinham sido fragilizadas pelo corte das raízes, mas poucas terão sido por idade. -----

---- Relativamente ao jardim da Estação, é óbvio que a poda severa que andam aí a fazer, eu não sei por que é que não cortaram mais abaixo as árvores e faziam uma mesa para as pessoas fazerem piqueniques porque provavelmente o efeito era o mesmo, ainda vou ver se vai sair um galho dali, daquele corte, espero ter saúde para ver sair um galho destas árvores cortadas de forma radical. -----

---- Antes da obra ter sido iniciada, por precaução, na árvore devia ter sido feito uma poda pelo menos média ou em limite como aquela que fizeram depois, aí as árvores não caíam por que não pegava o vento. Se ficar na beira de um precipício o vento pode-o mandar a baixo, eu não o aconselho ir para a beira do precipício, embora pudessem algumas pessoas ficarem satisfeitas, eu não desejo mal a ninguém. -----

---- Desculpem lá, todos os postais de Vila Real foram para o lixo, agora já não é Vila Real, isto é outra coisa, vão ter que refazer todos os postais, comprem-se aqueles que ainda houver para ficar de memória. -----

---- Eu tenho uma gravura que foi distribuída na altura, nas histórias ao café, uma herança que nós também deixamos, que está num quadro, quando foram plantadas aquelas árvores, foi a quando da chegada do comboio a Vila Real e vejam o que ela cresceu e agora vejam como ele acabou, triste, triste. -----

---- Último assunto: nós temos muita pena mas, nós sabemos que o Senhor Presidente da Câmara é extremamente agressivo e há quem lhe chame até bom político por ser agressivo. -----

---- Eu acho que agressividade que chega a um ponto que nós não podemos ir mais além e, o Senhor Presidente gosta muito de ultrapassar essa linha e, fez isso, recentemente e, acho que deve um pedido de desculpas ao PSD público. -----



---- Por que, em várias sessões públicas, neste caso, numa entrevista na rádio afirmou que o PSD tinha votado contra algumas propostas que, estávamos sempre contra tudo, quis vender essa ideia, adora vender essas ideias e acho isso ilegítimo. -----

---- Acontece que, por acaso, nas propostas que referiu sobre betuminosos e dos cubos, quer os Senhores Vereadores do PSD na Câmara Municipal, e quer o PSD na Assembleia Municipal votamos a favor. E, hoje, quando foram aprovadas as atas, no caso a ata de dezassete de dezembro, está lá claramente que, nós votamos a favor dos betuminosos e dos cubos. -----

---- Por que é que é preciso, depois de ter mais de cinquenta milhões de euros para gastar, todo o poder do mundo e as grandes maiorias, ainda tem no fundo, de caluniar a oposição, alterando o seu sentido de voto, ainda é preciso isso? O Senhor Presidente está muito frágil, o Senhor está extremamente frágil por que, nestas matérias, votamos a favor, não votamos sempre contra e, esta Assembleia vai demonstrar Senhor Presidente que, só vamos votar contra um ponto. Se calhar para a comunicação social, daqui a pouco, O Sr. Presidente vai dizer que o “PSD vota sempre contra, vota tudo contra” e nós temos que aguentar. -----

---- Enquanto o Senhor Presidente conseguir convencer as pessoas que nós votamos contra e que, contraria as atas, o Senhor ainda vai alargar mais a sua votação e, enquanto conseguir convencer, ainda vai conseguir alargar mais. -----

---- Para além de conseguir gastar dinheiro como mais ninguém teve, cinquenta, sessenta milhões, ainda vai conseguir chegar mais além. Vai ter um bocado de dificuldade de chegar aos cem por cento, mas eu sei que, o Senhor vai tentar. -----

---- Assim nós terminamos, usei todo o meu tempo, não intervenho mais, a não ser quando for para fazer uma declaração de voto de apenas um ponto que, nós pretendemos, em princípio votar contra. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja intervir? Senhor Presidente convidava-o para fazer o encerramento deste período se fizer o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Depois de todas estas questões, vou tentar responder dentro daquilo que me é possível a cada uma delas e pedindo ajuda dos Senhores Vereadores se julgarem adequado, para complementar uma ou outra resposta. -----

---- Começava pelo Senhor Deputado Patrique Alves, não, não vamos construir vinte e quatro cemitérios em Mouços. Não, não vamos construir vinte e quatro casas mortuárias em Mouços, uma por aldeia. Nem em Mouços nem em lado nenhum, vamos poder construir cemitérios e casas mortuárias em cada uma das aldeias, aliás nem foi assunto que algum dia alguém me tenha colocado. -----

---- E, portanto, Senhor Deputado sobre isso estamos conversados. -----

--- Sobre a carta que a Emar enviou, enviamos e vamos enviar mais, vamos enviar sempre que julgarmos adequado e necessário e, não faremos como vocês faziam, não, o CDS nunca esteve na Câmara, aliás esteve em coligação, mas como o PSD fez quando estava na Câmara. -----

--- O PSD usava a Emar para fazer informação, para dar informação, para fazer campanha eleitoral, isso sim, campanha eleitoral que nada tinha a ver com a Emar. Nós, a carta que enviamos, foi a última carta da Emar anunciando um processo que levava a constituição das Águas do Interior Norte. -----

--- E aquilo que ali dissemos corresponde inteiramente à verdade, vocês não contestam o facto apenas contestam a carta. A carta foi para informar os cidadãos por que a partir daquele momento deixariam de receber faturas da Emar e passariam a receber faturas do Interior Norte. -----

--- Têm razão em uma coisa, houve um lapso, a empresa a quem tínhamos solicitado o envio da carta, tinha tido obrigação de juntar a fatura, infelizmente não o fez e a própria empresa assumindo o erro que não tinha feito. Apesar de nós o termos solicitado isso, perguntou-nos, então nós enviamos a carta há nossas pensas e nós pagamos, e nós sim senhor o erro foi vosso, corrijam o erro e paguem e eles fizeram exatamente isso e estamos à vontade para demonstrar isso onde quer que seja necessário. -----

--- E, portanto, vou-lhe dizer, sim, vamos voltar a fazer as cartas que julgarmos adequadas para informarmos os nossos concidadãos mas, com assuntos ligados à empresa de águas e resíduos e saneamento. Vamos continuar a fazê-lo, podem estar descansados, podem apresentar as queixas que quiserem, temos a consciência tranquila que estamos a fazer aquilo que devemos, informar os nossos concidadãos. -----

--- Eu sei que vos custa muito uma coisa é que, vocês foram contra a criação da empresa e, sabiam se não houvesse empresa não era possível haver investimento em saneamento. Havia uma relação de causa-efeito e sim foram contra são contra da expansão da rede de saneamento no concelho de Vila Real. Sempre foram contra, deixaram-nos o concelho com sessenta e três por cento quando a média nacional ultrapassava os oitenta e três e os sessenta e três por cento a esmagadora maioria foi feita por privados no âmbito dos loteamentos que tinham que fazer e, vocês sabem disso e, portanto, doí-vos a verdade. ----

--- Esqueci de dizer que, “Lisboa é linda mas Gache disse”, é o que me apetece dizer relativamente a esta questão. -----

--- Sobre o aeródromo, se olhou para a alteração orçamental vê lá que estão inscritos trezentos e setenta mil euros para a reparação da pista. Também verificará que está lá prevista um Centro de Proteção Civil, estamos a trabalhar com o Governo no sentido de estabelecer um protocolo que, permita fazer estas duas grandes intervenções, não só na pista mas, também complementando o aeródromo de Vila Real com um cais de embarque que, seja digno de uma Capital de Distrito e que tenha junto a Proteção Civil Municipal, a Proteção Civil Distrital. E, já agora, posso-lhes dizer que talvez tenhamos uma surpresa e possamos ter ali também a Proteção Civil Regional, isto é, a nível do Norte e isso sei que também para alguns, uma má notícia e para a generalidade dos Vila-realenses é uma

excelente notícia por que ficaremos a ter mais meios e mais serviços no Concelho de Vila Real. -----

--- Sobre o tempo, não lhe sei dizer porque há concurso público, há tribunal de contas, há um conjunto de factos que não dependem da Câmara Municipal e, portanto, aquilo que depende de mim ou de nós, nós dizemos e comprometemo-nos, aquilo que, não depende inteiramente de nós não nos podemos comprometer com prazos porque como disse não os controlamos. -----

---- Senhor Deputado Vasco Amorim, eu nem sei por onde hei-de começar por que as “barbaridades” são tantas que, tenho até dificuldade em falar. -----

---- Avenida Carvalho Araújo, a Avenida Carvalho Araújo até dois mil e treze era um grande projeto que o PSD tinha aplaudido com ambas as mãos, a partir de dois mil e treze passou a ser um péssimo projeto, passou a ser um projeto horrível, aliás, só era um bom projeto se acontecesse uma coisa, se fizéssemos um parque de estacionamento na Avenida Carvalho Araújo, provavelmente, encontraríamos lá questões de âmbito arqueológico e a obra pararia. -----

---- Esse é o grande tema de campanha de dois mil e vinte e um e, ai sim, vocês passavam a votar a favor a Avenida Carvalho Araújo, isso era o que vocês queriam mas, isso não se vai concretizar, esse era o vosso objetivo mas, nós não caímos nessa ratoeira, até por que nos lembramos do Cine Teatro Real que era para ser o Teatro Municipal de Vila Real mereceu um parecer negativo do IGESPAR pela proximidade ao monumento nacional que é a Sé. ----

--- E, posso-lhe enviar quando quiser documentação, aliás você deve-a ter documentação relativamente a essa possibilidade. Eu sei que isso vos dói, dói muito, queriam que nós cometêssemos um erro, não cometemos, isso chateia-vos. -----

--- A obra não parará, não haverá dificuldades, a obra decorrerá dentro da normalidade e, aquilo que, era um grande projeto passou a ser um mau projeto por que vocês não tiveram capacidade de o executar. -----

--- Panreal, a mesma coisa, uma coisa extraordinária, o PSD, no âmbito do Plano de Pormenor de Tourinhas, aprovou a destruição, a demolição da Panreal e a construção naquele local de um edifício de quatro andares mais um. -----

---- Fez uma carta o Dr. Manuel Martins, tenho-a aqui, posso-lha oferecer, onde dizia de forma clara que a panificadora ficava de fora do Plano de Pormenor de Tourinhas, no sentido que não seria necessário fazer as infraestruturas que estavam previstas nesse Plano de Pormenor, podiam-nas fazer de forma autónoma porque o proprietário cedeu o terreno para a construção da rotunda e para o alargamento daquela via. -----

---- Com é que é possível, como é que têm a “lata”, desculpem lá dizer isto, como é que têm a coragem, vou dizer-vos uma coisa, eu “pintava-me de preto” se tivesse a coragem de vir aqui dizer aquilo que vocês estão a dizer. Olhem que eu tenho coragem mas essa não tinha, sentia-me envergonhado, sentia-me profundamente envergonhado. -----

--- Portanto, Senhor Deputado, eu ouvi-o com todo o cuidado, com toda atenção, com toda a paciência, agora escute, custa não é? Escute, esta é a verdade. -----

--- Posso-lhe oferecer a carta onde o Doutor Manuel Martins escreve, eu até a posso ler

mas não quero maçar-vos, já o fiz uma vez, posso oferecer-lhe o Plano de Pormenor, também o tenho aqui onde isso é absolutamente claro. -----

--- E, também quero informar que, afinal realmente há mais do que um PSD porque os Senhores Vereadores votaram na Câmara, do nosso lado, favoravelmente, pela demolição da padaria Nadir Afonso e pela demolição do edifício onde hoje está uma superfície comercial, o Lidll. -----

---- Agora o Senhor Deputado vem aqui dizer uma coisa completamente diferente, entendam-se. Afinal quantos PSD's há? Deve haver três. Olhe há o PSD do Doutor Manuel Martins que tem uma carta é de dezoito do cinco de dois mil e nove a dizer que aquilo deve ser demolido, Vossa Excelência já era aqui Deputado. Depois há o PSD na Câmara Municipal, depois há o PSD da Assembleia Municipal, há três, cada um com a sua opinião. A opinião na Assembleia Municipal é em função dos interlocutores, de quem os ouve, gente que os ouve a dizer A, vocês dizem A, quando têm gente que aplaude o B, vocês dizem B, quando à gente que diz C, vocês aplaudem o C e, é assim. -----

---- Eu terei oportunidade de discutir mais à frente esta questão da Panreal mas, deixe-me dizer-lhe algo, para além da carta do Doutor Manuel Martins, para além do Plano de Pormenor, nós tivemos este processo em análise durante quase cinco anos. -----

---- O processo foi alvo de um pedido de classificação por um conjunto de cidadãos e bem que fez o pedido de classificação e esse pedido de classificação foi arquivado, consideraram que não deveria ser classificado em termos Imóvel de Interesse Nacional, esses concidadãos solicitaram à Câmara Municipal que fizesse a classificação desse imóvel como de Interesse Municipal, nós consideramos que não o devíamos fazer porque achávamos que se o fizéssemos tínhamos que ter uma consequência, essa consequência era intervir. –

---- Como aquilo custava no mínimo novecentos e cinquenta mil euros que foi o preço que o privado adquiriu aquele terreno, como havia compromissos anteriores, como depois ainda era necessário requalificar aquilo e gastaríamos ali pelo menos dois milhões e meio a três milhões de euros, julgamos que, não era adequado e, que não era uma prioridade, até por que, teríamos dificuldade em contrariar o parecer do Ministério da Cultura e de uma Comissão Especializada que, dizia exatamente que aquilo estava em ruínas. -----

--- Foi uma posição coerente, aliás, tenho até, uma imagem da campanha eleitoral de dois mil e treze onde apresentava alguns mamarrachos na cidade que era necessário resolver. E um deles, curiosamente, era aquele, estava num estado de degradação enorme, imenso e, portanto, só tinha duas alternativas: ou era classificado em termos Nacionais e, portanto o Estado a nível Nacional teria que encontrar meios financeiros para o recuperar ou a Câmara Municipal fazendo isso, tinha obrigação de encontrar meios financeiros para o fazer, como nós só de dívida já pagamos dez milhões de euros, avançamos com outras prioridades. -----

--- Sobre jardim e grama, como é possível o Senhor Deputado Vasco Amorim dizer que, no Parque Corgo aquilo que foi destruído ou que foi danificado e, que agora, está recuperado para a realização de uma prova internacional de bicicletas, de BTT, é um jardim e não é grama? Olhe que a sua imaginação. E, essa é uma discussão já aqui a tivemos, volto a dizer

o que disse na altura, vamos continuar a autorizar aquelas provas, nós consideramos que é importante para Vila Real e vamos continuar a fazê-lo. -----

----- Continuando a fazê-lo, você tem medo que nós tenhamos mais de sessenta e quatro, vírgula cinco por cento, olhe paciência, vamos continuar a fazê-lo. -----

--- Sobre os atropelamentos, claro que todos nós temos preocupação com os atropelamentos, aliás a nível nacional eles têm aumentado, basta ler os relatórios da autoridade nacional. -----

--- Mas, eu lembrava-lhe que, este problema não nasceu em dois mil e treze, a maior parte das passadeiras estão exatamente onde estavam e, nós até introduzimos algumas correções: -----

. Iluminação das passadeiras, naquelas que foi possível e temos uma candidatura para iluminar mais passadeiras; -----

. Colocamos umas coisas a que Vossa Excelência disse: “umas lombinhas, agora estreitam as ruas e agora colocam umas rampas”, como que, as rampas fossem algo negativo, as rampas é uma forma dissuasora de diminuir a velocidade e, de permitir que as pessoas que habitem no Centro Histórico e na Cidade de forma mais segura, você era contra as rampas;

. Introduzimos uma passadeira com semáforos, na Avenida Aureliano Barrigas e qual foi a vossa posição? Foi sistematicamente de grande desconfiança. Tudo isto é insuficiente? Vamos continuar a trabalhar, como já disse, já fizemos uma candidatura para eliminar mais passadeiras, vamos continuar a intervir no âmbito do PEDU, na requalificação de um conjunto de vias que levarão essas rampas que você tanto contestou, para tentar diminuir a velocidade e para tentar trazer mais segurança aos peões que transitam nas nossas vias.

-----Depois falou sobre os autocarros, sobre os autocarros tenho a dizer-lhe uma coisa, pressuponho que a entidade competente que os certifica analise, às condições que tal acontece. A Câmara Municipal não tem nos seus quadros, ninguém que faça essa certificação e nem sequer tem a competência para que tal venha acontecer. -----

--- Sobre o Jardim da Estação, não caíram trinta e tal árvores, caíram cento e vinte e sete árvores em todo o Concelho de Vila Real, voou o teto do Museu da Vila Real, tivemos problemas no Teatro de Vila Real, caíram árvores sobre a sede de escuteiros no Parque Florestal, tivemos imensos prejuízos, caíram árvores no Bairro São Vicente Paulo sobre a cadeia, portanto, tivemos problemas em vários sítios. -----

--- Sobre o Jardim da Estação estamos a fazer lá uma requalificação e, eu vi, andei lá até às quatro horas da manhã com os Bombeiros e, vi árvores caírem em locais onde não tinha havido nenhuma intervenção. Eu vi, é fácil falar e dar palpites de casa, se fosse lá via o que eu vi, ventos superiores a cento e vinte e quatro quilómetros hora que nunca tinham sido registados no Concelho de Vila Real. Perguntamos isso ao IPMA e, portanto, tal aconteceu.

--- Isso não significa que não considere também que, provavelmente algumas das árvores mais próximas do muro da Quinta conhecida como Quinta do Taveira da Mota, não tenha ali um ou outro problema, estamos analisar e a ver. Sobre o lado contrário ainda não tinha havido nenhuma intervenção e elas caíram como caíram. -----

--- Sobre as Podas, provavelmente e eu assumo essa responsabilidade, provavelmente



teríamos resolvido aquela situação se tivéssemos feito podas mais severas. As podas que você agora crítica, as podas que agora estamos a fazer que você crítica. -----

--- Eu tenho aqui fotografias dos nossos serviços, de árvores que só agora se descobriu que, estavam completamente ocas por dentro porque fizemos estas podas severas. -----

--- Dizer-lhe também que, estas podas não são exclusivas em Vila Real, tenho aqui fotografias da Camada Municipal de Faro, a Câmara Municipal de Faro é liderada por um Social-democrata, tem podas muito semelhantes àquelas que nós estamos a fazer, chego a Vila Pouca vejo podas muito semelhantes e, vejo isso um pouco por todo lado. -----

--- Há várias teorias relativamente às podas, está a falar com alguém que se licenciou em Engenharia Florestal o Senhor Vereador também se licenciou em Engenharia Florestal, há mais do que uma forma de abordagem a essa problemática, conheço e respeito aqueles que dizem que elas não devem ser feitas mas, também conheço alguns que, dizem que a forma mais acertada de fazer o tratamento do coberto arbóreo é este, sobretudo quando temos árvores desadequadas ao espaço urbano que é o caso de Vila Real, onde temos plátanos e temos tílias em alguns espaços muito pouco adequados porque arrebentam com as infraestruturas, danificam as infraestruturas no subsolo e colocam em perigo as pessoas. -----

Há uma coisa que eu lhe garanto, tem razão, tivemos sorte no dia dos cento e vinte e quatro quilómetros por hora de vento, não vamos voltar a ter por que na dúvida a segurança está sempre em primeiro lugar e na dúvida vou proteger as pessoas, na dúvida vou proteger sempre as pessoas. -----

--- Essa foi a prática, foi a prática que adotamos, temos consciência que há alterações climáticas e temos consciência que temos que nos adaptar a essas alterações no futuro. E vamos continuar a trabalhar nesse sentido. -----

--- Aquilo que, para terminar lhe digo é que não se preocupe que os Vila-realenses vão valorizar as intervenções que estão a ser feitas, pode ter a certeza que vão valorizar e daqui a bocadinho quando chegarmos ao ponto vou-lhe explicar por que é que digo que o PSD é contra tudo. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradecer e deu a palavra ao Senhor Deputado. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: é nisso que eu gosto nas intervenções do Senhor Presidente, não me faltam temas para vir aqui defender a honra. -----

--- E vou dizer só duas coisas muito simples: a primeira é que o Senhor para acusar o PSD tinha que olhar para o espelho e ver as vezes que mudou de opinião, nomeadamente, na Avenida Carvalho Araújo, mudou sim senhor, para a próxima reunião vou trazer um artigo de dois mil e cinco, o Senhor era contra a Avenida. -----

--- Disse publicamente, quando foi confrontado com esta situação, que evoluiu, os outros também viram as teses de doutoramento, já falamos sobre isto aqui mas, viram as teses de

doutoramento na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que viram os prémios que Vossas Excelências promoveram soluções para a panificadora, os Senhores deram esperança e havia alguma viabilidade de aproveitar o equipamento e, portanto era possível dar outro enquadramento, os Senhores optaram por não o fazer. Aquilo que nós não fizemos porque ouvimos a população no caso da Carvalho Araújo, os Senhores mais tarde que eram contra não o fizeram. -----

----- O Senhor tem a insistente e persistente intenção de estar sempre a meter-se na vida interna do PSD. O PSD é uma entidade à qual o Senhor não tem nada a ver no que se passa no seu interior, já disse a alguns camaradas seus que, quando quiserem participar no Partido Social Democrata, nós temos gentilmente a capacidade de dar uma ficha para tentarem serem militantes e, nunca tive da minha parte nenhuma palavra contra o Partido Socialista na sua função, nas suas atividades. O que existe é apenas uma tentativa, mais uma vez, e não me pediu desculpa, por isso é que eu fiquei triste, não me pediu desculpa por ter dito que nós tínhamos votado contra algumas atas e, na verdade, tínhamos votado a favor a alguns pontos dessa ata. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradecer e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradecer e disse: Eu sobre a desculpa guardo para o ponto imediatamente a seguir, quando discutirmos as GOP's, quarto ponto e, eu explicarei por que não pedi desculpa e explicarei minuciosamente essa questão. -----

--- Sobre a Panreal, nós fizemos um concurso de ideias com a AEP (Associação Empresarial Portuguesa), para quê? Para que algum privado pudesse aproveitar o que resultou daquele concurso de ideias e, infelizmente, ninguém pegou naquilo, ninguém. -----

----- Tentamos convencer o Lidll, no âmbito da intervenção que ali ia fazer a tentar olhar para a padaria, para a Panreal e tentar aproveitar o que fosse possível, também não aceitaram. -----

Esperamos que houvesse uma classificação, infelizmente não houve. -----

--- Dadas estas circunstâncias todas e, não tendo nós dinheiro para fazer aquela intervenção porque Vila Real é uma Câmara de boas contas, pagamos dez milhões de euros de dívida que herdamos e não queremos fazer mais dívida porque eu tenho o compromisso de não deixar um euro de dívida a mais, relativamente, aquela que herdei, apesar das obras que vamos fazer, não vou deixar nem um euro mais de dívida, esse é um compromisso que honraremos, por muito que lhes custe honrarei esse compromisso. Não quisemos fazer coisas que não tinham apoio de fundos comunitários e que não tínhamos capacidade com o nosso orçamento de as fazer até por que não tínhamos prometido. -----

----- Sobre a Panreal julgo que depois mais à frente continuamos a falar sobre isso e há boas surpresas. -----

--- Sobre a contradição, não tenho nada a ver com a vida do PSD é verdade mas, é verdade que estranho muito que os Senhores Vereadores votem de uma maneira e Senhores

Membros da Assembleia Municipal votem de outra e, no passado recente, não estamos a falar há vinte e tal anos ou há trinta tenham os documentos que comprovem exatamente que tinham outra opinião e que fariam de forma completamente diferente e, portanto há de facto três PSD's e isso custa-lhe mas é verdade, há três linhas completamente diferentes dentro do PSD. -----

---- Relativamente à Avenida, está enganado Senhor Deputado, vocês não ouviram a população, vocês não conseguiram fazer, não conseguiram realizar porque puseram o documento a votação e a votação a favor das alterações na Avenida, era em termos de votação superior à votação contra, não conseguiram foi fazer, basta consultar a documentação, você sabe disso, tem a certeza que isso é assim mas, na chiqueira política não assume esta realidade, basta olhar exatamente, como diz o Senhor Deputado Rodrigo Sá, para a taxa de execução do Polis. -----

-- Nós vamos cumprir o PEDU, é só para lhe garantir essa situação e, portanto, Senhor Deputado eu percebo a sua angústia, percebo as suas dificuldades na gestão do seu partido, como Presidente da Comissão Política, percebo as contradições permanentes, percebo que se dê mal com o passado porque não tem coragem de o assumir e que não perspetive o futuro mas, olhe, nós temos um caminho e vamos cumprir aquilo que prometemos aos Vila-realenses. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradecer e disse: dado que não há mais ninguém que queira usar da palavra, vamos entrar na Ordem do Dia da Convocatória. ----

ORDEM DO DIA

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** - Continuou e disse: Passemos ao, **PRIMEIRO PONTO**

Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, Senhor Presidente da Câmara Municipal a quem eu dava a oportunidade de usar a palavra neste o primeiro ponto, faça favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradecer e disse: Eu julgo que a informação é clara, é sucinto, é também absolutamente transparente, se houver alguma questão que queiram colocar e nós poderemos responder no momento, faremos com todo o gosto, caso contrário responderemos à posterior por escrito. Muito obrigado. -----

---- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Está aberto o período para discussão e apreciação deste ponto. Não se deslumbrando qualquer intenção, a deliberação é tomado conhecimento. -----

---- DELIBERAÇÃO: - Tomado conhecimento. -----

---- Nota: Anexa-se fotocópia da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real enviado a todos os Senhores Deputados, em devido tempo, que faz parte integrante da Ata. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: passemos ao
SEGUNDO PONTO

Aprovar a Delegação de Competências do domínio da Educação, nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas e nos Diretores das Escolas não Agrupadas, nos termos da alínea K) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (deliberações da Câmara Municipal de 23 de dezembro de 2019 e 10 de fevereiro de 2020

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal

---- «DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- CERTIFICO que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 23/12/2019, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação: -----

----- ASSUNTO: - Delegação de Competências nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas - Área da Educação -----

- Presente à reunião Proposta do Vereador José Maria Guedes Correia de Magalhães, do seguinte teor:

“Considerando que por aplicação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (diploma que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação) e por deliberação da Câmara Municipal de Vila Real de 11 de março de 2019, se operou a aceitação da descentralização de competências no domínio da educação;

Considerando que de acordo com informações do Ministério da Educação, mantêm-se no âmbito das competências próprias dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas,

nomeadamente competências relacionadas com os manuais escolares, a gestão da papelaria, o seguro escolar dos alunos, as bolsas de mérito, a gestão dos bufetes e apoios alimentares complementares (artigos 22º, 23º e 24º do DL 55/2009), etc.;

Considerando que com a redação dada pelo artigo 189º do Decreto-Lei 84/2019, de 28 de junho (Lei de execução do Orçamento do Estado para 2019) ao artigo 4º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro “todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal, com faculdade de delegação no diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada” ficou consagrada a possibilidade de delegação das competências em causa da Câmara Municipal nos Diretores de agrupamento de escolas ou escola não agrupada;

*Neste contexto, e considerando que o ano letivo 2019/2020 se encontra em curso, **PROPONHO** que a Câmara Municipal de Vila Real delibere, ao abrigo do artigo 4º do DL n.º 21/2019:*

I. Delegar nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas e nos Diretores das Escolas não agrupadas, as seguintes competências que lhe foram transferidas no âmbito do citado Decreto-Lei n.º 21/2019, nas áreas de:

a. O exercício do poder de direção, a fixação do horário de trabalho, a distribuição de serviço e o poder disciplinar de aplicação de pena inferior a multa, em relação ao pessoal não docente (Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais), incluindo no caso dos Agrupamentos de Escolas os Assistentes Operacionais do município afetos ao Ensino Pré-Escolar;

b. A avaliação do pessoal não docente em exercício de funções na escola, tendo em consideração os critérios de diferenciação de desempenho/quotas, fixados pelo município;

c. Aprovar o Mapa de Férias do Pessoal, de modo a assegurar o normal funcionamento do estabelecimento de educação ou de ensino;

d. O fornecimento de refeições em refeitórios escolares (2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário) e a arrecadação das respetivas receitas;

e. O fornecimento do Leite Escolar aos alunos que frequentam a educação Pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico;

f. A promoção e implementação das A.E.C.'s - Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico;



g. A contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos (eletricidade, combustível, água, outros fluidos, comunicações, assistências técnicas, etc.);

h. A contratação de circuitos especiais de transportes, para alunos NEE, nas escolas de referência para a inclusão de alunos com baixa visão;

i. A aquisição de bens e serviços necessários ao desenvolvimento das atividades escolares e extracurriculares (serviço de transportes de visitas de estudo, etc.);

j. A aquisição dos equipamentos e mobiliário escolar;

k. A gestão da utilização dos espaços que integram os estabelecimentos escolares fora do período das atividades escolares, de acordo com regulamentos aprovados pela Câmara Municipal, sendo que a utilização dos espaços desportivos fica condicionada à distribuição que a Câmara Municipal faz pelas Associações Desportivas e por outras entidades;

l. A arrecadação das receitas provenientes da utilização dos espaços referidos na alínea anterior, exceto as resultantes da utilização concedida pela Câmara Municipal.

m. A conservação e manutenção dos edifícios escolares.

II. Manter no município as seguintes competências específicas:

a. A elaboração da carta educativa;

b. A elaboração do plano de transportes escolares;

c. A organização e o controlo do funcionamento dos transportes escolares da área de residência dos alunos;

d. A construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, em execução do planeamento definido pela carta educativa respetiva;

e. A promoção e implementação de medidas de apoio à família que garantam a escola a tempo inteiro, com exceção das AEC's;

f. O recrutamento e seleção do pessoal não docente para exercer funções nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;

g. O processamento de remunerações e eventuais abonos do Pessoal não Docente, exceto os encargos com a ADSE que são da responsabilidade do Ministério da Educação;

h. A organização e atualização dos processos individuais do Pessoal não Docente.

III. Promover a transferência das verbas necessárias:

a. Ao exercício das competências delegadas, e processada por duodécimos, tendo como referência os valores recebidos do Ministério da Educação.

b. Ao financiamento da aquisição dos equipamentos e mobiliário escolar, de acordo com critérios da Portaria prevista no artigo 51º do DL 21/2019.

c. À aquisição de material escolar para alunos do 1º CEB, fornecimento de fotocópias e impressões para as crianças dos JI's e alunos do 1º CEB, apoio ao desenvolvimento de atividades de escolares e extracurriculares do Pré-Escolar e 1º/2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, que constarão do orçamento municipal.

IV. Aprovar os seguintes critérios, para cálculo das verbas referidas na alínea c) do ponto anterior:

- **Fornecimento de fotocópias e impressões para o Pré-escolar e 1º CEB** - 4 Fotocópias/dia/aluno (EB1) e 2 Fotocópias/dia/criança (JI), considerando-se o preço de 0,014€/fotocópia.

- **Material Escolar para o 1º CEB** – 5,75€ por aluno;

- **Atividades escolares e extracurriculares do Pré-Escolar e 1º CEB** - 5,75€ por criança/aluno;

- **Atividades escolares e extracurriculares do 2º/3º CEB e Ensino Secundário** - Dotação de 15 000€/ano, distribuída de acordo com a ponderação dos alunos Escalões A e B, NEE e restantes.

Os valores referidos poderão ser objeto de atualização, por deliberação da Câmara Municipal.

V. Aprovar a criação de uma comissão de acompanhamento das competências delegadas a quem compete elaborar um relatório semestral sobre o estado de adiantamento das competências e propor a adoção de medidas tendo em vista a sua concretização. A composição desta Comissão será aprovada pela Câmara Municipal.

Mais proponho que a CM, ao abrigo da alínea n) do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeta à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de Delegação de Competências nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas e nos Diretores das Escolas não Agrupadas, nos termos da alínea K) do nº 1 do artigo 25º da mesma Lei". -----



----- *DELIBERAÇÃO: Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Delegação de Competências na área da Educação, nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas e nos Diretores das escolas não Agrupadas, nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, conjugado com a alínea k) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.* -----

----- *Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município.* -----

----- *Câmara Municipal de Vila Real, 20 de fevereiro de 2020».*-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Convidava o representante da Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos da Assembleia Municipal a exhibir aqui o resultado no relatório da sua última reunião. Muito obrigado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL E SECRETÁRIO DA COMISSÃO ESPECIALIZADA DE FINANÇAS - TIAGO MONTEIRO (PS):** - No uso da palavra, disse: Início a minha intervenção cumprimentando esta digníssima Assembleia, Senhor Presidente da Assembleia, Doutor João Gaspar desejar-lhe uma continuação de boa condução dos trabalhos, em si cumprimentar toda a Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro Rui Santos, na sua pessoa saudar também o resto de todo Executivo, Senhores Deputados, quem nos assiste aqui e lá em casa. -----

---- *Passo à leitura da Ata da Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos.* -----

Ata número um de dois mil e vinte.-----

“Aos vinte e dois seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e dezanove com início as vinte e uma horas, reuniu a Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos na Câmara Municipal de Vila Real, estando presentes Artur Carvalho, Tiago Monteiro, José Gomes, Francisco Nogueira, Sónia Cruz, Cristiano Moreira, Vasco Amorim, Fernando Pádua em substituição de Abílio Guedes e Patrique Alves.

Nesta reunião esteve presente o Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Vila Real, o Dr. Eduardo Varela.

A ordem de trabalhos da reunião foi a apreciação na especialidade, nos termos da alínea a) do Artigo trigésimo quinto do Regimento, dos assuntos submetidos pelo executivo da Câmara Municipal para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sendo analisados os pontos dois a oito, que constam na ordem do dia da convocatória da sessão acima descrita.

O coordenador da Comissão Artur Carvalho deu início aos trabalhos passando de imediato a palavra ao Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro para que prestasse todos os esclarecimentos necessários sobre os pontos que constam na ordem de trabalhos.

Ponto dois – Aprovar a delegação de competências do domínio da educação.

O Director do DAF esclareceu que se trata de delegar nos Directores dos Agrupamentos de Escolas e nos Directores das Escolas não Agrupadas de competências em diversos domínios relacionados com o funcionamento das escolas, com algumas exceções que ficam na CM, como é o caso da elaboração da Carta Educativa, o recrutamento de Pessoal não Docente, o processamento de remunerações, a realização de investimentos, etc.

O deputado Vasco Amorim comentou que no contrato com a Escola de São Pedro, capítulo IV, clausula 8, pontos um e dois, a sua redacção poderia ser melhorada.

Ponto três – Aprovar a primeira revisão orçamental do ano de 2020.

O Director do DAF informou que se trata de aumentar o Orçamento no valor de 3 500 000€, tanto na Receita como na Despesa resultante do impacto da aceitação da Descentralização da Educação.

Sobre a alteração do Mapa de Pessoal, informou que se trata da aceitação de 213 trabalhadores não Docentes que passaram das escolas para o quadro de pessoal do município do pessoal.

Os valores de referência são os de 2018, pelo que esta dotação será atualizada em função dos valores executados em 2019.

Ponto quatro – Aprovar a segunda revisão do orçamento de 2020.

O Director do DAF informou que se trata de incorporar o saldo de 2019, no valor de 8 209 826,63 €, do reforço de 1 240 798€ das transferências do Orçamento de Estado para 2020, e de outras receitas. A contrapartida está refletida nos projetos constantes do PPI e PAM.

Ponto cinco: Tomar conhecimento da proposta de redução de tarifas nos transportes públicos.

O Director do DAF disse que se trata de uma proposta que abrange a redução dos valores a pagar na utilização dos transportes públicos e essencialmente os estudantes.

Ponto seis – Aprovar a alteração à estrutura orgânica nuclear e mapa de pessoal.

O Director do DAF esclareceu que se trata de refletir a realidade atual, criando-se à semelhança do que já existiu no passado o Departamento de Equipamentos e Infraestruturas (DEI), que tinha desaparecido na sequência de uma das leis do período da Troika, entretanto parcialmente revogada.

Pontos sete e oito – Nada há a referir.

E, nada mais havendo a tratar, o Coordenador da Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos deu a reunião por encerrada, eram vinte e duas horas, da qual se lavrou a presente ata". -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Passaríamos à Comissão de Ordenamento do Território. Peço ao representante desta Comissão para apresentar o seu relatório. -----

----- O DEPUTADO MUNICIPAL E COORDENADOR DA COMISSÃO DE ORDENAMENTO E DO TERRITÓRIO FERNANDO LOPES (PS): - No uso da palavra, disse: - Senhor Presidente, nós



não vamos apresentar a ata da última reunião, uma vez que a Senhora Secretária não conseguiu elaborar por completo. Depois faremos chegar ao Senhor Presidente para sua distribuição por todos os Membros da Assembleia Municipal. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passaríamos agora à Comissão de Ambiente, faça favor Senhor Deputado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL E COORDENADOR DA COMISSÃO DE AMBIENTE GILBERTO IGREJAS (PS):** - No uso da palavra, disse: - Boa noite Senhor Presidente, em si cumprimento toda a Mesa, Senhor Presidente da Câmara em si cumprimento todos os Senhores Vereadores, cumprimento também os Senhores Deputados, toda assistência que está aqui e em casa. -----

---- Iríamos então dar conta daquilo que foi a reunião da Comissão de Ambiente e dizer que reuniu no dia de ontem com dois pontos de trabalho. -----

---- Primeiro ponto de trabalho visava o vir auscultar o Senhor Vereador, Engenheiro Carlos Silva. -----

----- Segundo ponto de trabalho visava ouvir a Senhora Vereadora Mafalda Vaz de Carvalho, respetivamente com os assuntos que tinham a ver o Aterro Intermunicipal, no primeiro caso e no segundo caso com aquilo que tinham sido as quedas de árvores que tinham acontecido.

---- Daria então conta de uma forma muito sucinta quais foram as preocupações da Comissão de Ambiente, dos seus Deputados e daquilo que foram as resoluções e as medidas que foram preconizadas pelos Senhores Vereadores. -----

“O Sr. Vereador Carlos Silva esclareceu os Membros da Comissão sobre as anomalias verificadas no funcionamento do aterro sanitário gerido pela RESINORTE que, entretanto, foram resolvidas. As anomalias identificadas resultaram de:

Constrangimentos na gestão do sistema regional que implicou a deposição de resíduos de outras origens que não as previstas, agravado por um mais avançado estado de decomposição da componente orgânica desses resíduos em resultado de tempos de transporte mais longos e pelas limitações de rendimento do equipamento disponível.

Funcionamento deficiente do sistema de drenagem dos lixiviados cuja avaliação, para efeitos de reparação, foi efetuada pelos projetistas e dois peritos.

O Sr. Vereador afirmou ainda que:

Já não estão a ser depositados resíduos com outras origens;

Que estão a promover o reforço de investimento no aproveitamento do biogás e em queimadores para eliminação de odores;

Que se está a proceder à alteração da rede de recolha e condução de lixiviados.

No decurso do debate que se seguiu o Sr. Vereador esclareceu, ainda:

Que não é possível determinar a data limite para o fim da exploração do aterro sanitário uma vez que com a entrada em vigor de novas normas se prevê uma redução da deposição de resíduos em aterro e,

Que do funcionamento inadequado não existiu qualquer impacto financeiro para os municípios.

Por último informou que será promovida uma visita guiada ao aterro sanitário logo que estejam ultimados os trabalhos de reposição do sistema de drenagem de lixiviados.

A S.ra Vereadora Mafalda Vaz de Carvalho começou por dar conhecimento da publicação de um artigo científico sobre os invertebrados do Concelho de Vila Real na revista LUCANUS no âmbito da monitorização da biodiversidade e cuja responsabilidade é partilhada por dois investigadores da UTAD e dois técnicos da Câmara Municipal de Vila Real (?).

Seguidamente, passou a esclarecer algumas das ações concretizadas pelos serviços municipais de ambiente sobre as espécies arbóreas e arbustivas do concelho, afirmando que, essas ações, foram determinadas considerando como primeira prioridade foi garantir a segurança pública.

Afirmou que da ação excecional do vento ocorrido no passado mês de dezembro (?) resultou o derrube de um considerável número de árvores de grande dimensão, com especial incidência nos exemplares do jardim da estação. Ressalvou que, nessa zona, poderão também ter ocorrido derrubes, em resultado dos trabalhos aí em execução pela empresa de construção civil adjudicatária das obras de remodelação, que terão danificado o sistema radicular das árvores.

No seguimento deste fenómeno atmosférico adverso os serviços de ambiente procederam a uma avaliação alargada do estado de conservação das árvores e decidiram propor ações de abate imediato para aquelas que ameaçavam a segurança pública, medida que foi implementada de imediato. Simultaneamente foi definido um modelo de poda, designada de atarraque, com o objetivo de otimizar as condições de equilíbrio dos exemplares que se encontram em boas condições sanitárias. A S.ra Vereadora afirmou que a adoção desta solução, já em execução, foi tomada após consulta e debate técnico/científico com vários especialistas (Professores e Investigadores da UTAD). Afirmou ainda que nas conclusões desse debate também foram tidas em contas as propostas de ação contidas na carta aberta que alguns especialistas publicaram.

No debate que se seguiu informou que os serviços de ambiente têm mantido um diálogo muito próximo com a UTAD quanto à manutenção e conservação do parque arbóreo da cidade.

---- Muito obrigado, é tudo que nos apraze dizer. -----

---- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Passaríamos agora chamar a representante da Comissão de Educação, para ler o seu relatório, faça favor Senhora Deputada. -----

---- A DEPUTADA MUNICIPAL E COORDENADORA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO ELISABETE MATOS (PSD): - No uso da palavra, disse: - Meus desejos de boa noite e bom trabalho a todos. -----

-- A Comissão Especializada de Cultura, Educação, Ação Social, Saúde, Desporto, Juventude e Turismo da Assembleia Municipal de Vila Real apresenta o seu relatório de Comissão. -----

--- A Comissão Especializada da AMVR atrás designada, reuniu às dezoito horas do dia dez de fevereiro, numa das salas de reunião da Câmara Municipal. -----

--- Estiveram presentes os Membros que a integram, com exceção de Carla Alexandra Martins, em virtude de anomalia, já solucionada, na definição do seu contacto eletrónico. --

--- Cumpridos os termos da Lei e do Regimento da Assembleia Municipal, os Membros da Comissão Especializada da Cultura, Educação, Ação Social, Saúde, Desporto, Juventude e Turismo, sob a presidência da Coordenadora Elisabete Matos e contando com o secretariado de Sandra Marcelino, deu cumprimento à Ordem de Trabalhos, previamente estabelecida. ---

Apresentaram-se cumprimentos à Sra. Vereadora dos Pelouros da «Igualdade, Ação Social e Saúde», Dra. Eugénia Almeida, convidada antecipadamente para debater com a Comissão um conjunto de questões em devido tempo elencadas, em reunião da respetiva Comissão.---

A Coordenadora agradeceu a presença da Sra. Vereadora e, dirigindo-lhe a palavra, apelou ao debate e apreciação das questões enviadas juntamente com o Convite da Comissão.-----

A Sra. Vereadora devolveu os agradecimentos e prosseguiu, circunstanciando as perguntas suscitadas. -----

Designadamente, disse que: -----

1 - No que concerne à forma como são distribuídos os donativos a pessoas carenciadas, sobre o modo como se faz o controlo e articulação entre a autarquia e as instituições e quanto ao combate aos reconhecidos abusos sobre multiplicação de donativos a famílias beneficiadas, referiu que a Câmara Municipal não distribui donativos.-----

--- A distribuição é feita, mediante regulamento próprio, do Serviço Social municipal «Câmara Amiga». Referiu que não existe nenhuma plataforma para cruzamento de dados nem compete à Câmara Municipal providenciá-la ou dela fazer gestão.-----

-- A entidade com legitimidade para o fazer será a Segurança Social. Relembrou aos presentes que foram aprovados alguns regulamentos (Apoio à habitação, Fundo de Emergência Social...) em sede de Assembleia Municipal e que os critérios estão neles bem definidos. -----

--- A título de exemplo, citou o Regulamento de Apoio ao Arrendamento, informando, a esse propósito, terem mais de trezentos pedidos e cerca de cem pessoas já apoiadas. -----

2 - Interpelada sobre o funcionamento do CLAS (Conselho Local de Ação Social) respondeu não ser fácil estabelecer a desejada articulação uma vez que o CLAS é muito extenso e são muitas as instituições que nele se congregam, o que suscita problemas de eficácia no seu funcionamento. Foi decidido, em Núcleo Executivo do CLAS, condicionar novas entradas às instituições que não atuem no Concelho. -----

Acrescentou-se a ideia de que o único programa que dispõe de uma listagem de beneficiários é da inteira responsabilidade da Segurança Social - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas - não disponível nem partilhado – pois aquele Organismo nada pode revelar nem informar sobre os seus beneficiários, mesmo perante as instituições que têm acordos de cooperação com a Segurança Social. -----

--- No final do debate sobre esta matéria, a Sra. Vereadora prometeu procurar para perceber e partilhar, junto de empresas que atuem noutros territórios, como é feito o controle de donativos de modo a que os mesmos não sejam auferidos em duplicado. -----

3 – Questionada sobre a necessidade de um Diagnóstico Social atualizado, reconhecido instrumento de trabalho de base para as instituições que pretendam fazer candidaturas, a Sra. Vereadora esclareceu que, depois de adjudicarem esse trabalho a uma empresa, o relatório apresentado não foi aprovado em sede de CLAS por imprecisão das informações e dos respetivos resultados. -----

Acrescentou que, atualmente, se encontra uma equipa de cinco técnicos, da Câmara Municipal e da APC VR a produzir o diagnóstico social do Concelho. -----

Apontando como meta final de elaboração do citado documento o ano de dois mil e vinte, a Sra. Vereadora deixou a Comissão esclarecida, tendo-se vincado a ideia de que, sem diagnóstico social, não será possível, implementar políticas sociais. -----

Foi somada a ideia de que as instituições podem consultar a Carta Social do Concelho, atualizada anualmente até ao dia trinta e um de janeiro de cada ano pelas próprias instituições.-----

Foi, ainda, sublinhada a opinião de que, para levar a cabo os necessários projetos na área da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), é imprescindível a disponibilização de dados atualizados. -----

4 - A Sra. Vereadora foi inquirida sobre o número de pobres existentes no Concelho de Vila Real ao que respondeu não poder dar uma resposta por não existir uma tipificação, um conceito de “pobre”. Remeteu essa quantificação para a Segurança Social. -----

-A este respeito acrescentou-se não ser possível prosseguir o objetivo do combate à pobreza se não se sabe onde ela reside e quantos indivíduos se podem considerar como tal. -----

A Sra. Vereadora referiu que a Câmara Municipal possui medidas de redução e minimização da pobreza, complementares às da Segurança Social. -----

Não encerrou esta análise sem referir que o trabalho complementar das IPSS do Concelho e das Juntas de Freguesia é fundamental, num território que, na perspetiva social, se quer cada vez mais coeso. -----

5 - Chamou-se à colação a Unidade Móvel de Saúde pois a Comissão defende que a mesma deverá dispor de uma equipa multidisciplinar mais alargada que vá ao encontro das necessidades básicas das populações mais isoladas. Os Membros da Comissão consideram que, se existe protocolo com o ACES, este princípio deve estender-se a outras instituições, nomeadamente UTAD, CHTMAD, no sentido de se ver alargado esse atendimento de proximidade a outras áreas, tais como a da Psicologia e da Saúde Mental. -----

A Sra. Vereadora informou existir um protocolo entre a Câmara Municipal - que apoia na logística - e o ACES - que disponibiliza os recursos técnicos e humanos. -----

A final, a Sra. Vereadora comprometeu-se a auscultar as entidades sinalizadas pela Comissão, a fim de aferir da sua disponibilidade para colaborarem nesse projeto.-----

Ainda se abordaram questões relacionadas com o Banco de Voluntariado e o Espaço Memória. -----



A Sra. Vereadora brindou a Comissão com a informação de que vai dar início ao projeto de voluntariado “Dá-me 7 horas aos meus 7 dias”, em articulação com a Vila Real Social e a Associação Académica da UTAD, sendo que já se está a investir na formação dos voluntários que integram o Banco de Voluntariado. -----

Desafiada a promover a descentralização do projeto Espaço Memória, a Sra. Vereadora referiu que vai equacionar essa possibilidade. -----

Ainda se abordaram questões da área do Turismo. Todavia, porque esta matéria não cabe nas atribuições dos Pelouros que a Sra. Vereadora Eugénia Almeida representa, foram protelados para uma próxima reunião da Comissão. -----

A Comissão deixa um sentido agradecimento à Sra. Vereadora pela sua presença e pela prestação de valiosos esclarecimentos. -----

Deixa, também, um aplauso por todos os compromissos assumidos perante as sugestões da Comissão, ficando na expectativa da sua plena realização. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passaríamos agora à discussão do segundo ponto, convido o Senhor Presidente fazer alguma introdução, se o pretender. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu julgo que o ponto está bem explicitado, da certidão extraída da reunião da Câmara Municipal, temos sido inclusive elogiados quer por sindicatos, quer como exemplo a nível nacional de reuniões de Diretores de Agrupamentos e de Escolas e, portanto, parece-me que este é um caminho correto e é o caminho certo atendendo às características e às condições, quer das escolas quer dos Agrupamentos de Escolas quer ainda do território do Concelho de Vila Real. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Está aberto o período de discussão sobre este ponto. Inscreveram-se os seguintes Deputados. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Relativamente ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, devemos lembrar que muitas foram as críticas ao modelo de descentralização adotado pelo Governo Socialista, não será demais, contudo, não querendo repetir na integra tudo o que já dissemos sobre o processo, nunca será demais repetir aquilo que para nós são as imensas dúvidas no que confere aos meios, sobretudo ao que confere à estratégia que os Municípios podem ter em termos na efetiva intervenção nas novas áreas que receberam em pretexto da descentralização. -----

---- A somar a tudo isto, nenhuma reforma foi feita no sentido de alargar o carácter fiscalizador, interventor, nomeadamente as Assembleias Municipais, com os perigos que tal situação acarreta, especialmente os Municípios mais pequenos. -----

--- E é sobretudo com base nestes considerandos que nós definimos o sentido de voto, relativamente à vossa proposta. -----

---- Passando a uma análise mais fina da documentação que nos entregaram, há aqui algumas questões que eu gostava de colocar ao Senhor Presidente. -----

. Em termos financeiros sabendo que os cálculos foram feitos com base nos valores do orçamento de estado de dois mil e dezoito, que mecanismos foram encontrados para fazer face aos ajustamentos necessários, nomeadamente, aos recorrentes das alterações salariais que aqui hoje também já foram afloradas e que todos os dias nos “entram pela casa dentro” pela voz do Senhor Ministro das Finanças, com as ditas reposições salariais;

. Um dos ditos objetivos da descentralização será a melhor gestão dos recursos nomeadamente os recursos financeiros, que ganhos efetivos à escala conseguia, é possível desde logo, prever com este processo;

. Sobre as competências, porquê delegar a contratação de serviços externos, como por exemplo, a eletricidade, água, combustível e comunicações, será que, estes bens fossem adquiridos pelo Município em todo o seu universo, será que não se conseguiriam encontrar ganhos de escala se esse tivesse sido o procedimento;

. E por fim, se o Agrupamento de Escolas pode contratar combustíveis, pode contratualizar com a empresa de telecomunicações por que é que não poderá receber a competência de recrutamento de seleção de pessoal não docente, obviamente, garantindo as balizas de contratação impostas pela tutela. -----

---- Estas são as nossas dúvidas e para não voltar cá, até por que tenciono intervir em quase todos os pontos, que é para isso que cá estamos, para poupar tempo devo informar esta Assembleia e este Executivo Municipal que, face às dúvidas que nós mantemos relativamente ao processo de descentralização, votaremos contra este ponto da Ordem de Trabalhos. Muito obrigado. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ ABRAÃO (PS)** agradeceu e disse: Eu vou ser rápido, apenas para felicitar a Câmara Municipal e o Senhor Presidente por nos termos exatos que aqui está previsto, produzir esta delegação de competências nas Escolas. Por que também eu considero que é fundamental cumprir a proximidade dos serviços públicos e nomeadamente na área da Educação aos alunos, à comunidade educativa e aos cidadãos e, acho que, é bem preferível fazer este esforço no sentido de que para recrutar um assistente operacional não se tenha que se estar à espera autorização vinda de Lisboa e, ela possa ser feita na área do nosso concelho, cumprindo a proximidade, resolver estes problemas. -----

---- Há uma coisa que eu quero dizer aqui Senhores Deputados e Senhor Presidente, temos visto muitas escolas a fecharem os portões por falta de pessoal, por dificuldades de funcionamento, por dificuldades de meios até mas, não são aquelas que têm competências delegadas ou que têm contratos com as Câmaras Municipais. -----

---- E, se quiserem fazer esse exercício, concluirão simplesmente que aquelas que ainda fecham, que têm dificuldade de funcionamento, tantas vezes estão à espera de autorização das finanças para admitir dois ou três trabalhadores, para compor os vidros da escola ou para comprar quatro cadeiras, é tão simples muitas vezes como isso. -----

E, por isso, a minha felicitação vai nesse sentido mas, Senhor Presidente quero-lhe dizer mais, é que é preciso também ser coerente no discurso, se queremos serviços públicos de qualidade, seja na saúde, seja na educação, na segurança social, ou noutra qualquer área a proximidade é fundamental e para mim, proximidade é a área do concelho, no mínimo dos mínimos, se fosse no distrito também acho que é bem, se houvesse regionalização podia ser região mas, neste caso concreto só há ganhos de causa, só há benefícios no que diz respeito às competências que vierem da Administração Central para as Câmaras Municipais. -----

---- E é aí que me coloco, e coloco-me, fundamentalmente que, depois da instalação, do poder local democrático logo com o vinte e cinco de Abril, a maior revolução de proximidade dos serviços públicos que queremos para o nosso país é esta que está acontecer com a delegação de competências. -----

--- Vai demorar tempo, é preciso que se criem as condições para que isto possa ser melhor entendido mas, espero muito sinceramente que quer no nosso concelho possa ser dado um grande exemplo, para que esse exemplo sirva o país e sirva, fundamentalmente porque já não somos o primeiro a fazê-lo. -----

---- Eu próprio devo dizê-lo hoje, celebrei com o anterior Presidente da Câmara que por acaso hoje é Primeiro-ministro de Lisboa o maior contrato de delegação de competências para as Freguesias de Lisboa, por exemplo, em todas as áreas, onde houve mais de mil trabalhadores que foram transferidos do mapa de pessoal da Câmara para as Juntas de Freguesia. -----

---- Fez-se pacificamente, perguntem aos Lisboetas, perguntem aos trabalhadores, perguntem aos Presidentes de Junta se não houve ganhos de causa e se o serviço não melhorou. -----

---- Retirarei tudo o que disse se trouxerem de lá do Concelho de Lisboa uma nota negativa no que diz respeito à descentralização de competências mas, como não trarão, Senhor Presidente mais uma vez queria felicitar a Câmara queria felicitá-lo a si, continue, este é o caminho do futuro, se queremos melhores serviços públicos e de proximidade. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente quer responder, faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Tentarei responder rapidamente até em complemento à intervenção do Senhor Deputado José Joaquim Abraão. -----

---- Nós antes de aceitarmos a delegação de competências, tive o gosto de poder reunião com todos os concelhos gerais, repito com todos os concelhos gerais, explicitando quais era a estratégia da Câmara, as vantagens e as desvantagens desta possível delegação de competências, ouvindo e também obviamente aqui e ali outro compromisso. -----

- E por unanimidade, repito por unanimidade, todos os concelhos gerais dos dois

Agrupamentos de Escolas e das duas Escolas do Concelho de Vila Real, por unanimidade, aconselharam-me aceitar estas competências. -----

- E, foi por isso que a Câmara Municipal aceitou e, obviamente, tendo também em consideração aquilo que é a nossa filosofia, o nosso entendimento relativamente à forma como o Estado deve funcionar e o serviço público deve funcionar. -----

--- Acertamos em reunião com as Diretoras dos Agrupamentos de Escolas uma metodologia de trabalho, uma metodologia que não é obviamente perfeita, que está a ser testada mas, sobretudo, coresponsabiliza os Diretores da Escolas pelo trabalho que lá é desenvolvido, garantindo o Município os meios em função daquilo que são também os meios transferidos por parte do Estado Central para o Município. -----

- Julgo que o que está aqui plasmado é exatamente esta filosofia. Em concreto, ajustamentos salariais são automáticos, é o que prevê a lei, se houver ajustamentos salariais do Orçamento Geral do Estado para a Autarquia cresce ou diminuiu cumprindo aquilo que está determinado, os ganhos de gestão o Senhor Deputado José Joaquim Abraão explicitou os ganhos, já os anunciei várias vezes. -----

--- Sobre os bens, nós achamos que nesta fase, não havia um ganho imediato até por que, não tínhamos capacidade logística para rapidamente intervir. Na água com certeza não haverá problema nenhum, na área das comunicações e na área eletricidade estamos a conversar para que, no próximo ano, possamos fazer um concurso alargado. -----

--- Sobre o recrutamento dos funcionários, há um compromisso que, obviamente envolver as escolas nesse recrutamento, agora percebe-se que a escola não pode contratar porque os funcionários serão funcionários do Município. -----

---- E os novos funcionários poderão ainda a determinadas circunstâncias serem transferidos de uma escola para a outra em função das necessidades porque são funcionários do Município. -----

--- Acho que respondi às questões que nos foram colocadas. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja intervir? Dado que ninguém se manifesta, coloco ponto à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria** a Delegação de Competências do domínio da Educação, nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas e nos Diretores das Escolas não Agrupadas

Apuramento dos Votos:

Contra: 1 voto do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, Patrique José Luís Alves

Abstenções: 0 votos

A favor: 44 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PS e PSD. Do PSD: 12 votos e PS: 32 votos

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, agradeceu e disse: Senhores Deputados. Passemos para



TERCEIRO PONTO

Aprovar a 1ª Revisão do Orçamento de 2020 e alteração do Mapa de Pessoal, referentes ao Processo de Descentralização no domínio da Educação, nos termos das alíneas a) e o) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (deliberações da Câmara Municipal de 13 de janeiro e 20 de fevereiro de 2020).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 13/01/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação: -----

----- **ASSUNTO:** - *Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020 - 1ª Revisão Orçamental e Alteração ao Mapa de Pessoal do Município* -----

- *Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:*

“Considerando que por aplicação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (diploma que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação) e por deliberação da Câmara Municipal de Vila Real de 11 de março de 2019, se operou a aceitação da descentralização de competências no domínio da educação;

Considerando que foi publicado na 2ª Série do Diário da República, de 7 de janeiro, o Despacho nº 203-A/2020 do Ministro da Educação, que produz efeitos a 1 de janeiro de 2020, com a lista nominativa de trabalhadores com vínculo de emprego público das carreiras: Chefe de Serviços de Administração Escolar; Assistente Técnico e Assistente Operacional, que exercem funções nos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Ministério da Educação que transitam para o mapa de pessoal do Município de Vila Real;

Considerando que também transitam para o Mapa de Pessoal do Município os trabalhadores das carreiras de Assistente Técnico e Assistente Operacional que entretanto tenham celebrado contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo com os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas, bem como aqueles que venham a celebrar contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência dos procedimentos concursais de regularização no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP), na área da Educação.

Considerando que é necessário proceder à adequada inscrição no Orçamento Municipal para 2020 das dotações da Receita e da Despesa que permitam a operacionalização das competências aceites no domínio da educação, uma vez que, de acordo com recente correspondência da DGEstE, o Instituto de Gestão Financeira da Educação, IP, transferirá para o município, a partir de janeiro/2020 inclusive, as verbas que permitem a concretização das competências, nomeadamente o processamento de remunerações do pessoal não docente;

Considerando que as verbas comunicadas pelo Ministério da Educação são previsões de 2019, uma vez que ainda não está aprovado o Orçamento de Estado para 2020.

Considerando que, ao abrigo do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 21/2019, a CM na sua reunião de 29/11/2019, deliberou delegar nos Diretores de Agrupamento de Escolas ou Escola não Agrupada, uma série de competências previstas no referido Decreto-Lei referentes à gestão e funcionamento e manutenção dos estabelecimentos escolares, exceto o processamento de remunerações do Pessoal;

Considerando que no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019, DL 21/2019, as Residências para Estudantes passam para os município, sendo necessário criar nas GOP's do município um projeto no PAM nº 34/A/2020 – Gestão das Residências de Estudantes, que permita a concretização desta competência, no que se refere às despesas de funcionamento e manutenção, uma vez que o Pessoal pertence aos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas.

Nesta sequência, e em face da necessidade do município garantir o processamento dos vencimentos do mês de janeiro a 203 trabalhadores das Escolas, proponho que a Câmara Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro aprove e submeta à ratificação da Assembleia Municipal:

1. A 1ª Revisão do Orçamento, PAM para 2020, nos termos da alínea da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, através de:

a) Reforço das dotações das classificações económicas do Orçamento da Receita: “06.03.07.01 - Transferência de Competências” com o valor de 3 467 000€ e “07.02.09.99.09. – Outros” com o valor de 33 000€, provocando assim um aumento global do Orçamento no valor de 3 500 000€, tanto na Receita como na Despesa.

b) Reforço da Dotação de Pessoal com € 2 842 000 e de projetos no PAM relacionados com os trabalhadores da Escola Secundária /3 Camilo Castelo Branco, da Escola Secundária/3 São Pedro, do Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus e do Agrupamento de Escolas Diogo Cão, com a dotação global de € 568.000, por contrapartida do valor referido na alínea anterior.

c) Criação do Projeto no PAM nº 34/A/2020 – Gestão das Residências de Estudantes, com a dotação de 90 000€.

2. A alteração ao Mapa de Pessoal do município nos termos da alínea o) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 3 do artigo 5º da Lei nº 12-

A/2008, de 27 de fevereiro, resultante da integração do Pessoal do Ministério da Educação conforme Despacho do Ministro da Educação n.º 203-A/2020, de 7 de janeiro”.

----- DELIBERAÇÃO: Aprovar, submeter à aprovação da Assembleia Municipal:

1. - A proposta de 1ª Revisão do Orçamento de 2020, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2. A alteração ao Mapa de Pessoal do município nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 3 do artigo 5º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, resultante da integração do Pessoal do Ministério da Educação conforme Despacho do Ministro da Educação n.º 203-A/2020, de 7 de janeiro.

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município.

----- Câmara Municipal de Vila Real, 20 de fevereiro de 2020».

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Senhor Presidente quer acrescentar algo a este terceiro ponto, faça favor.

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Julgo que certidão é clara, qualquer dúvida, estaremos obviamente aqui para esclarecer. Muito obrigado.

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhores Deputados está aberto o período de discussão deste ponto. Dado que ninguém deseja usar da palavra, coloco de imediato à votação.

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria** a 1ª Revisão do Orçamento de 2020 e alteração do Mapa de Pessoal, referentes ao Processo de Descentralização no domínio da Educação

Apuramento dos Votos:

Contra: 0 votos

Abstenções: 1 voto do CDS-PP, Patrique José Luís Alves

A favor: 44 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PS e PSD. Do PSD: 12 votos e PS: 32 votos

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

QUARTO PONTO

Aprovar a 2ª Revisão do Orçamento de 2020 e das GOP's (Grandes Opções do Plano) para o período 2020-2023, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2020)

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- «DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- CERTIFICO, que da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 20/02/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----ASSUNTO: *Grandes Opções do Plano (2019-2022) e Orçamento de 2020 - 2ª Revisão Orçamental* -----

- Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:

1. Considerando que aquando da elaboração das GOP's e Orçamento para 2020, não ficou definida a dotação em vários projetos do PPI e do PAM, prevendo-se que alguns fossem financiados pela integração no Orçamento da receita do Saldo da Gerência de 2019;
2. Considerando que o município de Vila Real tem a necessidade urgente de executar um conjunto de investimentos públicos ao nível de infraestruturas, designadamente na área da Reabilitação e Conservação de Arruamentos e da Rede Viária Municipal, nas zonas rurais;
3. Considerando que a Câmara Municipal aprovou, nos termos da alínea i) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, e em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas, o Mapa de Fluxos de Caixa de 2019, que contém o Saldo de execução orçamental de 2019 no valor de **8 209 826,63 €**, não prejudicando o subsequente cumprimento de apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas na sessão de abril, conforme Lei n.º 75/2013;
4. Considerando que o Saldo de Gerência do ano anterior pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte, circunstância que implica a elaboração de uma revisão orçamental, conforme estabelecido no ponto 8.3.1.4 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, podendo ser utilizadas como contrapartidas outras receitas que a autarquia esteja autorizada a arrecadar;
5. Considerando que o SNC-AP, que revoga o POCAL, exceto nas matérias relacionadas com: Controlo interno (Ponto 2.9.); Regras previsionais (Ponto 3.3) e Modificações do

orçamento (Ponto 8.3.1.), introduz um novo conceito de alteração orçamental modificativa que deve ser harmonizado com o conceito de revisão orçamental, previsto no POCAL;

6. Considerando que o Orçamento de Estado para 2020, já aprovado na Assembleia da República, contempla um acréscimo de **1 240 798 €** nas suas transferências para o município de Vila Real: Fundo de Equilíbrio Financeiro (495 054€); Participação Fixa no IRS (116 880€); Artigo 35º da Lei 73/2013 (394 234€); Participação no IVA (234 630€);

7. Considerando que o Tribunal da Relação de Guimarães já decidiu sobre o valor que a empresa Águas do Norte, S.A vai pagar ao município de Vila Real pela utilização dos terrenos onde se encontra construída a ETAR de Vila Real, cerca de **350 000 €**;

8. Considerando que foi aprovado o Acordo de Revogação total do Contrato de Concessão dos Transportes Urbanos com a **Rodonorte-Transportes Portugueses, S.A.**, em que o município se obriga a ressarcir esta empresa dos investimentos realizados e já comprovados, no montante de **924 375 €**, valor que será assegurado com a entrada em vigor da Concessão que se pretende lançar em 2020;

9. Considerando a necessidade de se incluir no PPI 2020-2023, novos projetos:

- Nº 2020/I/25 - REABILITAÇÃO E EQUIPAMENTOS PARA A RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES;
- Nº 2020/I/26 - ROTUNDA DA RUA DE SANTA IRIA
- Nº 2020/I/27 - REABILITAÇÃO DO LARGO DO PIOLEDO
- Nº 2020/I/28 - RECOLHA SELETIVA DE BIORESÍDUOS
- Nº 2020/I/29 - SISTEMA DE TRANSPORTES URBANOS DE VILA REAL

10. Considerando a necessidade de se assegurar o cabimento das despesas com Pessoal decorrentes da ocupação dos Cargos de Dirigente da nova estrutura orgânica dos serviços e da criação de lugares no quadro de pessoal para a DEI;

11. Considerando a necessidade de se proceder ao reforço da dotação de alguns projetos do PAM e PPI tendo como contrapartida as receitas referidas nos pontos 3,4 e 5;

12. Considerando que com a Revisão Orçamental está garantido o Equilíbrio Orçamental previsto no artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para que esta delibere, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento de 2020 e das Grandes Opções 2020-2023, constantes nos mapas anexos, através de:

- d) *Incorporação do Saldo da Gerência de 2019, no valor de 8 209 826,63 €.*
- e) *Reforço das dotações das seguintes rúbricas do Orçamento da Receita:*
- *R5 (060301) – “Transferências Correntes da Administração Central”, no valor de 797 058 €*
 - *R8 (0901) – “Venda de Bens de Investimento”, no valor de 350 000,37 €*
 - *R9 (1003) - “Transferências de Capital da Administração Central”, no valor de 443 740 €*
 - *R10 (1301) “Outras Receitas de Capital”, no valor de – 924 375 €.*
- f) *Inclusão de 5 novos projetos no PPI.*
- g) *Reforço das dotações das classificações económicas da despesa com Pessoal e de diversos projetos do PAM e do PPI, tendo como contrapartida o aumento da receita”.-----*

-----*DELIBERAÇÃO: Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de 2ª Revisão do Orçamento de 2020, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.*

Os Vereadores do PSD votaram contra e apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Os Vereadores do Partido Social Democrata votam contra a proposta deste ponto da Ordem de Trabalhos, nas condições em que é proposta e de acordo com os considerandos que passam a enunciar:

A presente revisão orçamental inclui, no seu considerando nº 8 e no mapa de alterações orçamentais da despesa, o montante de € 924 375.00, envolvido e já assumido no Acordo de Revogação total do Contrato de Concessão dos Transportes Urbanos com a Rodonorte-Transportes Portugueses, S.A..

Este valor da despesa poderá ainda ser aumentado de € 216 247.00, ou mais, em função do que vier a ser a decisão judicial, no âmbito do Processo nº 515/15.6 BEMDL e outros com ele relacionados.

No que se refere à receita e ainda de acordo com o considerando nº 8, o valor de € 924 375.00 será assegurado com a entrada em vigor da nova Concessão, que se pretende lançar em 2020.

O mapa de alterações orçamentais da receita prevê o mesmo montante de € 924 375.00, presumivelmente resultante da entrada em vigor da nova Concessão.

Acontece que o Caderno de Encargos submetido à apreciação prévia da Câmara Municipal para a nova Concessão e enviado à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, para obtenção do parecer prévio vinculativo, prevê uma receita de € 1 000 000.00, que naturalmente deveria estar inscrita na totalidade no referido mapa de alterações da receita, em vez dos € 924 375.00.

Constata-se assim, que as verbas envolvidas no Acordo de Revogação com a Rodonorte não são afinal “meras operações contabilísticas”, mas sim, verdadeiras receitas e despesas orçamentais, que sendo do conhecimento do executivo, deveriam desde o início, constar como tal, das respetivas rubricas.

Passando às verbas envolvidas no processo de internalização de atividades da EMAR no Município de Vila Real e de acordo com o considerando nº 7 deste ponto da Ordem de Trabalhos, tomamos desta forma conhecimento, que o Tribunal da Relação de Guimarães, já decidiu sobre o valor que a empresa Águas do Norte, S.A vai pagar ao Município de Vila Real, pela utilização dos terrenos onde se encontra construída a ETAR de Vila Real, cerca de 350 000 €.

No referido processo de internalização consta para o efeito, um recurso da EMAR, com a petição de € 1 754 860.52, que como se percebe, o Tribunal da Relação de Guimarães considera totalmente desajustada.

A extinção da EMAR, que para além da internalização de algumas atividades, transferiu para o Município um conjunto de ações em contencioso de valor superior a € 6 000 000.00, sofre desta forma um pesado revés de € 1 404 860.52 e dá infelizmente razão, às oportunas preocupações por nós manifestadas.

Assim, esta revisão orçamental não reflete com fiabilidade as verbas descritas em documentos já aprovados, pelo que os Vereadores do PSD votam contra a sua aprovação”.-

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 24 fevereiro de 2020» -----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Senhor Presidente deseja usar da palavra? -----

----- Aqui há uma correção da certidão, em que, no primeiro paragrafo, onde se lê: “certifico que, da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 20/01/2020”, deverá ler-se: “certifico que, da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 20/02/2020”. -----

----- Senhor Presidente faça o favor se assim o pretender expressar alguma consideração cerca do quarto ponto. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Esta alteração orçamental permitirá à Câmara Municipal cumprir escrupulosamente todos os compromissos assumidos aquando da candidatura desta equipa que ganhou a Câmara Municipal. -----

--- Permite lançar durante o ano de dois mil e vinte, todos os concursos públicos que estão inscritos nas GOP’s. -----

----- Com perplexidade, mais uma vez, deparamo-nos com o voto contra, desta alteração

orçamental, como também do orçamento, por parte do PSD. -----

---- Ao decidir assim, dizendo que, de grosso modo as suas opções seriam outras mas, não explicitando que outras opções seriam, nem concretizando propostas em concreto e usando como álibi uma situação completamente caricata por que, não devem ter lido o que era a receita e a despesa associada e soma zero e estou-me a referir ao processo de concurso de transportes públicos urbanos, o PSD, como disse, votou contra. -----

----- E, não explicitando o porquê ou não concretizando alternativas, eu responderia agora ao Senhor Deputado Vasco Amorim, dizendo que, votou contra porque sim, porque está contra quase tudo. -----

. E está contra a Loja do Cidadão e neste orçamento e na revisão do orçamento estavam lá oitocentos e vinte mil euros para a Loja do Cidadão, no Centro Histórico;

. Está contra o Centro Escolar de Lordelo, é um milhão, cento e quinze mil euros;

. Está contra a requalificação da Escola Prado de Ferreiros, são seiscentos e vinte mil euros;

. Está contra a reabilitação dos edifícios para Habitação Social nos Bairros da Laverqueira e São Vicente Paula, são duzentos e quarenta e noventa e nove mil e seiscentos euros;

. Está contra da reabilitação energética do Bairro Social de Parada de Cunhos, são novecentos e sessenta e um mil euros;

. Está conta a reabilitação da Avenida Carvalho Araújo, já aqui o explicitou, são um milhão, novecentos e vinte e três mil euros;

. Está contra, neste caso, a Assembleia Municipal ou os representantes da Assembleia Municipal;

. Está conta a reabilitação da envolvente da Antiga Estação, são oitocentos e oitenta mil e quinhentos euros;

. Está contra a requalificação da Rua Cidade Espinho e a Rua vinte de Junho, são quatrocentos e dezoito mil euros;

. Está contra a requalificação da Rua Lobato de Sousa em Arroios, são trezentos e noventa e cinco mil euros;

. Está contra o alagamento da Rua de Acesso ao Centro de Saúde de Mateus, são noventa e nove mil e cem euros;

. Está contra o plano de reabilitação e conservação de arruamentos e obras complementares na cidade e estão aqui quatrocentos e sessenta e seis mil euros;

. Está contra o plano de reabilitação e conservação e arruamento de obras complementares nas zonas rurais, e estão aqui três milhões, trezentos e cinquenta mil euros;

. Está contra a qualificação da Rua de Montezelos, o que falta são duzentos e vinte e quatro mil euros;



- . Está contra a eficiência energética no edifício, por exemplo, da Biblioteca Municipal, são cento e vinte e quatro mil euros;
- . Está contra o avanço do projeto das piscinas e estão no orçamento trezentos e vinte e quatro mil euros;
- . Está contra, por exemplo, a reparação do Campo do Calvário, está no orçamento e que está também plasmado nestes documentos, são trezentos e seis mil e quinhentos euros;
- . Está contra a requalificação do eixo estruturante entre o Centro da Cidade e a UTAD e o eixo pedonal sobre o Rio Corgo, é um milhão de euros;
- . Está contra a construção, por exemplo, da rotunda de Panoias, na entrada de Constantim, são cento e trinta e oito mil e quinhentos euros;
- . Está contra a beneficiação da Estrada Andrães e São Cibrão, são duzentos mil euros;
- . Está contra a reparação da Estrada Municipal trezentos e treze e trezentos e treze um, são trezentos e setenta e três mil euros;
- . Está contra, por exemplo, um processo de promoção da acessibilidade com inclusive na Cidade de Vila Real, aquilo que nós chamamos dos passadiços nas escarpas do Corgo, são meio milhão de euros;
- . Está contra o avanço do parque gratuito de estacionamento, junto da residência de estudantes, perto da Escola Diogo Cão, são setenta mil e cem euros;
- . Está contra o parque de estacionamento junto à Biblioteca Municipal, são cento e sessenta e um mil euros;
- . Está contra o parque de estacionamento e alargamento da Rua junto ao Centro de saúde de Mateus, são cento e noventa mil e trezentos euros;
- . Está contra o parque de estacionamento no Bairro de Santa Maria, são duzentos e cinco mil euros;
- . Está contra a reabilitação do largo do Pioledo, são cento e noventa mil euros;
- . Está contra a rotunda de Santa Iria, em frente ao Cemitério de Santa Iria, são cento e cinquenta mil euros;
- . Está contra o processo de concessão de estacionamento, como sabe temos meio milhão de euros para avançar, pretendemos depois ser ressarcidos no âmbito da concessão para adquirir terrenos ao Seminário;
- . Está contra a concessão de Transportes Públicos que implicam mais linhas, mais autocarros, mais horários, alargamento da rede, claramente está contra isto que está plasmado no orçamento, não apresentaram alternativas;
- . Está contra a reabilitação do Mercado Municipal, mas vai ser feita, sei que estão contra;

. Estão contra a reparação do aeródromo, tanto falavam do aeródromo, temos inscritos trezentos e setenta mil euros para avançar com o processo;

. Está contra o Centro de Proteção Civil;

. Estão contra a reparação da Central do Biel,

. Estão contra o quartel da PSP;

--- Enfim, estão contra aquilo que se chama uma cidade em desenvolvimento e, por isso, é que eu não tenho que pedir desculpa e tenho que voltar a dizer que o PSD é contra tudo aquilo que se faz em Vila Real, porque, sem apresentar nenhuma alternativa, sistematicamente, vota contra os instrumentos que permitam a concretização de obras em concreto. -----

--- São contra a rede de saneamento porque votaram contra a constituição da empresa e sabiam que, sem a constituição da empresa do Interior Norte não podia alargamento da rede de saneamento. -----

--- Isto é a verdade, custa-vos ouvir a verdade mas, factos são factos e, é isto que de facto acontece por parte do PSD e a justificação que deram é surreal, é absolutamente extraordinário, dizem que há novecentos e vinte e quatro mil euros previstos para o pagamento da concessão de Transportes Públicos Urbanos, esquecendo-se que há novecentos e vinte e quatro mil euros que se recebem exatamente dessa concessão, portanto, há uma soma de zero. -----

--- Depois alegaram uma outra coisa que já nem me lembro porque era tão estranha que nem se quer a consigo explicitá-la. -----

--- Portanto, são contra cada uma destas obras e quero dizer aos Senhores Presidentes de Junta que, de facto, são contra a pavimentação de cada uma das áreas que aqui explicitiei porque votaram contra o orçamento e votaram contra a revisão orçamental que, permite lançar estas obras. E todas estas obras a partir do momento em que este orçamento seja aprovado podem imediatamente, desde que haja condições técnicas, há condições financeiras para imediatamente serem colocadas em concurso. -----

--- Portanto, Senhores Deputados, Senhor Deputado Vasco Amorim prepare-se que serão dois anos ou ano e meio de muita atividade e de muita obra, aquela que está lançada e aquela que irá ser lançada no futuro próximo. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão sobre este ponto da Ordem do Dia. Quem quiser usar da palavra, faça o favor de se inscrever. Inscreveram-se os seguintes Deputados. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, peço desculpa por esta pequena demora, mas são razões de ordem técnica, espero que compreendam. -----

--- Eu tencionava ouvir primeiro aquilo que tinha a dizer, nomeadamente o Senhor Deputado do PSD mas, depois da ameaça feita pelo Deputado Vasco Amorim de que não

faria nenhuma intervenção em mais nenhum ponto, limitando-se a ler uma declaração de voto, num ponto que não identificou, eu adivinhei que seria neste, adivinhei até porque a declaração de voto dos Senhores Vereadores deverá ser a base daquilo que será a declaração de voto do Grupo Parlamentar do PSD. -----

---- E aquilo que eu vou dizer vai um bocadinho ao encontro de algo que já foi aqui dito pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

---- Acabamos de ouvir um elenco de uma série de obras que serão lançadas durante este ano, obras que permitirão cumprir uma série de compromissos que esta equipa assumiu junto com os Vila-realenses e que o Grupo Parlamentar que eu represento suporta. -----

---- Esses compromissos são importantes, esses compromissos são valiosos, esses compromissos abrangem todo o território, no entanto, o PSD votou contra e votou contra porquê? Votou contra porquê, e, agora, adivinhando o que será a declaração de voto do PSD, por causa dos Transportes Públicos Urbanos. -----

---- O que é que disse o PSD o que disseram os Senhores Vereadores do PSD na Câmara sobre o seu voto contra desta revisão orçamental? Inclui, dizem eles, o seu considerando número oito, o mapa de alterações orçamentais da despesa no valor de novecentos e vinte e quatro mil, trezentos e trinta e cinco euros, envolvido e já assumido no acordo revogação total da concessão dos Transportes Públicos Urbanos com a Rodonorte, Transportes Portugueses, SA. -----

----Mas dizem mais, este valor da despesa ainda poderá ser aumentado em duzentos e dezasseis mil euros ou mais, em função do que vier ser decisão judicial no âmbito de um processo (não vou ler o nome do processo), poderá ser, poderá não ser, nunca se sabe. -----

---- No que se refere à receita, Senhor Presidente, peço desculpe de o corrigir, afinal os Senhores Vereadores descobriram a receita e descobriram a despesa, mas deve ser um valor diferente do outro. Não, eles descobriram que o valor também são novecentos e vinte e quatro mil trezentos e setenta e cinco que dizem que resultará da entrada em vigor da nova concessão. -----

---- Ora, novecentos e vinte e quatro mil euros na receita, novecentos e vinte e quatro mil euros na despesa. -----

---- Depois, acrescentam coisas, acrescentam que o caderno de encargos submetido à apreciação prévia na Câmara Municipal, bom, eu fiquei muito espantado porque não sabíamos que já tínhamos um caderno de encargos dos novos Transportes Públicos. -----

---- E depois, Senhor Presidente, fica já aqui a questão que eu gostaria de colocar a Vossa Excelência, se já existe de facto um caderno de encargos? Porque dizem eles que estão lá inscritos um milhão de euros e deveriam estar novecentos e vinte e quatro mil, trezentos e setenta e cinco e, portanto, se já existe um caderno de encargos eu particularmente gostaria de saber. -----

---- E depois, chegam à brilhante conclusão, constata-se assim que, as verbas envolvidas no acordo de revogação com a Rodonorte, não são afinal meras operações contabilísticas, mas sim verdadeiras receitas e despesas orçamentais, depois também gostaria de perceber o que é uma operação contabilística. -----

---- Que sendo do conhecimento do Executivo deveriam desde o início constar como tal nas respetivas rubricas, não referem, presumo que se refiram ao orçamento inicial que foi aprovado em dezembro, já devia lá constar. -----

---- Eu acho que esta situação já foi tantas vezes discutida, já foi tantas vezes explicada, eu estive presente em algumas, como por exemplo, o Senhor Deputado Vasco Amorim questionou diretamente o Senhor Diretor Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal que acho que lhe explicou cabalmente esta questão que, afinal, quanto é que vai custar? -----

---- Mas o PSD ainda não percebeu e, para mim, peço-vos desculpas, só resta uma solução que é fazer um desenho e, portanto, eu decidi fazer um desenho, um desenho digital, vamos ver se eu consigo explicar aquilo que estou, vamos ao desenho. -----

---- Afinal é que a Câmara Municipal vai pagar pela cessão da concessão dos Transportes Públicos? Esta é a versão ilustrada que é para toda a gente perceber, vamos ver se é desta, vamos voltar um bocadinho atrás. -----

---- O PSD há muitos anos atrás lançou um concurso de Transportes Públicos, um grande avanço para Vila Real e, a seguir, tentou fazer a renovação alterando completamente o contrato. O Tribunal de Contas disse: não pode ser, vocês não podem fazer isso, têm de lançar um novo concurso. -----

---- E, portanto, este Executivo Municipal acabado de chegar teve de fazer um novo contrato de concessão e lá lançam um novo contrato de concessão dos Transportes Públicos em março de dois mil e quinze e em setembro de dois mil e quinze assinam o contrato de concessão, espero que esteja toda a gente acompanhar até agora. -----

---- E a nova concessionária fartou-se de comprar material em dois mil e quinze, autocarros, peças, comprou uma série de coisas que eram importantes para prestar o serviço que estava concessionado pela Câmara Municipal. Eu compreendo que são muitos desenhos, para simplificar fazemos só um desenho de um autocarro, assim exemplifica melhor, é um autocarro. -----

---- E, então, vem o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, em Setembro de dois mil e dezasseis e diz: não, há uma providência cautelar da empresa que perdeu o concurso de dois mil e quinze e nós através dessa providência cautelar vamos parar a concessão, vocês não podem continuar a fazer os Transportes Públicos com aquele concurso. -----

---- E, portanto, o que teve que fazer a Câmara Municipal? Acabar com os Transportes Públicos. Não, não foi isso que aconteceu. Fez ajustes diretos e com aquele material, que agora é só este autocarro, conseguiu assegurar ao longo de todo este tempo os Transportes Públicos para os Vila-realenses. -----

---- Mas então, chegados agora a dois mil e vinte, a Câmara Municipal decide deixar lançar um novo contrato. Para lançar esse novo contrato, como é evidente, é preciso revogar o anterior e é preciso ressarcir quem tinha ganho em dois mil e quinze, até aqui estamos todos acompanhar. -----

---- Ora, o que é que acontece? É preciso atribuir um valor ao investimento que foi feito pela empresa em dois mil e quinze e, então, aquele material todo, concentrado naquele autocarro, uma consultora das maiores do mundo a PWC através de uma fórmula calcula

que aquilo vale novecentos e vinte e quatro mil trezentos e setenta e quatro euros, podiam ser novecentos ou um milhão ou podia ser só oitocentos e cinquenta mas de acordo com a fórmula dá isto, dá exatamente este valor. -----

---- E então o Município vai pagar novecentos e vinte e quatro mil trezentos e setenta e quatro euros pela revogação da concessão? É isso que motiva o voto contra dos Senhores Deputados do PSD? -----

---- Então, este é o desenho mais importante, então no dia da assinatura da nova concessão, os Senhores Vereadores é importante que vejam também, a Câmara Municipal ali no meio, no dia da assinatura da nova concessão o que é que vai acontecer? Aquele material circulante entra para a Câmara Municipal e sai para o novo concessionário que, entretanto pega em novecentos e vinte e quatro mil euros trezentos e setenta e quatro e faz entrar na Câmara Municipal que entrega ao concessionário antigo. -----

Agora vamos fazer umas contas que são complicadas, à Câmara Municipal mais um autocarro, menos um autocarro quanto é que dá? Dá zero. E dinheiro? Novecentos e vinte e quatro mil trezentos e setenta e quatro menos novecentos e vinte e quatro mil trezentos e setenta e quatro, quanto é que dá? Dá zero. Agora zero mais zero, quanto é que dará? Se calhar dá zero. -----

---- E, portanto, o que diz se calhar o PSD, as verbas envolvidas não são meras operações contabilísticas, são sim verdadeiras receitas e despesas. Mas, consultando o documento que nos foi distribuído, na despesa temos D10, outras despesas de capital, novecentos e vinte e quatro mil trezentos e setenta e quatro, receita R10, outras receitas de capital, novecentos e vinte e quatro mil trezentos e setenta e quatro, é espantoso, saldo da operação contabilística, dá zero e é curioso, verdadeiras receitas e despesas orçamentais que são do conhecimento do Executivo deveriam desde o início constar como tal nas respetivas rubricas. -----

---- Senhor Presidente, isto já devia estar no orçamento, só que acontece que o orçamento municipal foi aprovado numa reunião do dia trinta e um de outubro e o acordo de revogação foi aprovado numa reunião do dia onze de novembro. E, portanto, não era possível constar um valor que foi aprovado posteriormente no orçamento que foi aprovado anteriormente, da mesma forma por exemplo, que não constavam, foram agora corrigidos os valores provenientes do orçamento de estado por que, só foi aprovado posteriormente, quando isso acontece, para que percebam eu até escrevi, esqueci-me de sublinhar outubro é anterior a novembro, para que se perceba. -----

---- Zero, é o número de propostas que o PSD e acho que o Senhor Presidente demonstrou isso aqui bem, o número de propostas que o PSD apresentou sobre o que fazer com estes milhões de euros que entram agora, porque eu concordo que não concordem com o mercado, com a avenida mas, já agora, o que é que se vai fazer a esse dinheiro, era interessante que tivessem proposto, mas não, limitam-se a dizer que, vamos pagar muito dinheiro. -----

---- Mas, acrescentam ainda, uma segunda justificação a tal que o Senhor Presidente não se lembrava, uma segunda justificação para terem votado contra este documento. -----

--- E a justificação é que, dizia o PSD, que, passando às verbas envolvidas no processo de internalização de atividades da Emar no Município de Vila Real, de acordo com o considerando número sete da ordem de trabalhos, tomamos desta forma conhecimento que o Tribunal da Relação de Guimarães já decidiu sobre o valor que a empresa Águas do Norte, SA, vai pagar ao Município de Vila Real pela utilização dos terrenos onde se encontra construída a Etar de Vila Real, cerca de trezentos e cinquenta mil euros, é o PSD que o diz. ---

---- Dizem ainda uma coisa que é mais estranha, no referido processo de internalização consta para o efeito um recurso da Emar com a petição de um milhão setecentos e cinquenta e quatro mil euros, como se percebe, o Tribunal da Relação de Guimarães considera totalmente desajustado e, portanto, a extinção da Emar, para simplificar, aquilo que dizem é que levou desde já um rombo, dei um rombo à Câmara Municipal de um milhão e quatrocentos mil euros. -----

---- E o que é que eu fui fazer, fui buscar o documento que nos foi distribuído na altura com a avaliação dos efeitos financeiros da Emar decorrentes da internalização de atividades. -----

---- E fui à procura nomeadamente do quadro onde está o tal terreno da Etar de Vila Real que os Senhores Vereadores do PSD consideraram, consideraram não, foi o Tribunal de Guimarães que considerou que terá que ser a Câmara Municipal ressarcida em trezentos e cinquenta mil euros. -----

---- E, então qual é o valor que está aqui, um milhão e setecentos mil euros, não, o valor que está no terreno da Etar de Vila Real são duzentos e sessenta mil, oitocentos e um euros, ou seja, na verdade a expectativa foi diferente da realidade, a realidade foi superior em mais de cem mil euros na decisão do Tribunal de Guimarães que, apesar de tudo, foi abaixo daquilo que a Câmara Municipal consideraria injusto. -----

---- Para terminar, espero que tenha ficado claro da intervenção do Senhor Presidente que, de facto, o PSD está contra tudo. -----

---- E da minha intervenção que aquilo que o PSD pretende utilizar como justificação para estar contra tudo nem sequer corresponde à realidade e, portanto, seria importante estudar um pouco melhor estes dossiers para não se atirarem números ao ar e esperar ainda por ela. Disse. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Permita-me que, de uma forma muito sintética, questione o Senhor Deputado Rodrigo Sá se a apresentação que ele trouxe aqui é dirigida apenas ao PSD ou a toda a Assembleia? -----

---- É que se era a toda Assembleia e eu estiver incluído nessa sua apresentação deixe-me que lhe diga aqui cara a cara que fico profundamente triste porque eu não me considerando uma pessoa de QI demasiado elevado, infelizmente, acho que cada um dos que aqui está se colocará no patamar em que parece que estamos aqui a ser tratados como crianças de um ano, em que zero mais zero é zero, um menos um é zero. -----

----- Ó Senhor Deputado, eu percebo, mas eu digo-lhe uma coisa, gostava de ser muito mais inteligente do que aquilo que sou, palavra de honra gostava, mas acho que há mínimos,

temos todos pelo menos dezoito anos para estar aqui, fico um bocado triste, tenho que lhe dizer. -----

---- Depois, relativamente à substância, o Partido Socialista e o Executivo Municipal têm uma visão otimista, relativamente à questão dos Urbanos de Vila Real. Eu espero que, efetivamente, o vosso cenário se concretize, espero que, efetivamente, o concurso que estão a lançar ou que estará em curso esteja num bom caminho. -----

---- Gostava de perceber se o concurso que lançaram em três do doze de dois mil e dezanove para as linhas interurbanas em que ponto é que está? -----

---- Gostava de perceber em que ponto é que está o desenvolvimento da arquitetura do novo sistema de transportes? -----

---- E volto a dizer, gostava que o vosso cenário, estou a ser puramente franco consigo, se concretize e vou-lhe explicar porquê, porque se eventualmente no vosso cenário entrarem novecentos e vinte e quatro mil euros e voltarem a sair, exatamente da mesma forma se concretizar, ótimo. -----

---- Se a indemnização compensatória, duzentos e poucos mil euros ao atual concessionário por extinção do contrato se confirmar e ficar por aqui, tudo bem. -----

---- Se a “Rodonorte” voltar a ganhar o concurso, se calhar os que aqui estão e os Vila-realenses ficarão muito contentes porque é uma empresa da terra, obviamente isso não é controlável, mas assumir isso desta forma e colocar isto em caderno de encargos, até percebo que seja um exercício de lisura mas, se calhar, para as empresas que vão concorrer pode suar eventualmente alguma dúvida. -----

---- E eu acho que estas questões têm que ser muito bem acauteladas porque não nos podemos esquecer que da concessão não chega ao fim da sua vida útil precisamente por causa das questões legais que foram entrepostas por outras empresas que perderam o concurso e, portanto, eu acho que temos que tratar isto com alguma cautela. -----

---- Não me parece que seja, desculpe a franqueza e todo o respeito que tenho por si e toda a admiração que tenho por si, não me parece a fazer desenhos para “garotos” de um ano, desculpe Senhor Presidente usar esta expressão, que as coisas se resolvem. -----

---- Volto a dizer, não fica absolutamente claro e não estou a falar da questão contabilística, ó Senhor Deputado, pode-me colocar ao ponto de meio ano de idade, tudo bem, é a sua opinião e eu vou manter a minha, mas devo-lhe dizer o seguinte: para nós é absolutamente preocupante que o serviço se degrade e neste momento o serviço está-se a degradar. -----

---- Devo recordar aqui e, o CDS, não pela minha voz mas pela voz dos que me antecederam, levantou aqui sempre várias dúvidas sobre a questão dos transportes de Vila Real. E eu espero que este Executivo tome as devidas providências para que não voltemos a ser em Vila Real o depósito de sucata que fomos no passado recente, nomeadamente, quando recebíamos aqui sucata, os autocarros lá não serviam e cá servem. -----

---- E, portanto, eu continuo a ter muitas dúvidas e sobretudo gostava de perceber, gostava que o Senhor Presidente explicasse a esta Assembleia qual é o seu plano para os transportes em todo o nosso concelho e, poderemos, obviamente, dar sugestões, poderão ser tomadas em linha de conta sugestões de pessoas de meio ano, um ano, três anos, podem ser

colocadas no ponto que vocês entenderem, mas acho que é importante que esta questão seja tratada com a devida cautela face ao historial que já temos sobre esta matéria no nosso concelho. -----

---- Depois, ainda sobre a revisão orçamental, eu devo dizer-lhe Senhor Presidente que nós nos vamos abster e então devem estar a pensar, alto, que o CDS, não, o nosso caminho é diferente, é diferente Senhor Vereador e é legítimo, acho eu que é legítimo, é a sua opinião, sabe que a minha cultura democrática toma noutro sentido e devo dizer-lhe o seguinte: -----
. Vocês venceram as eleições por muito que nos custe, vocês têm o vosso plano e devem trilhá-lo, mas há aqui questões que nós, apesar da abstenção, que podem e devem ser levantadas. -----

---- Desde logo, vocês previnem nesta revisão orçamental, se eu bem entendi, um acréscimo de dotação financeira de setecentos e quarenta mil euros naquela que é a vossa paixão, o circuito de Vila Real, mas também seria interessante que trouxessem a esta casa umas contas para perceber de tudo aquilo que se investe aquilo que, efetivamente, se alavanca em termos económicos no nosso concelho, era importante que nós percebêssemos isto. -----

--- Mas também estava à espera de ver nesta revisão orçamental, Senhor Presidente, medidas de estímulo em ano especial, há uma série de obras a decorrer no Centro Histórico e, eu não vou discutir aqui o mérito das obras, o projeto, não era isso que queria ter aqui consigo, mas vou sobretudo discutir e tentar perceber que medidas é que o Senhor prevê nesta revisão orçamental, por exemplo, de incentivo e de estímulo ao comércio tradicional que sairá afetado, nomeadamente, pelas obras que estão a ser feitas, pelo menos, durante o período da obra, depois espera-se que as coisas melhorem. -----

---- Portanto, estas eram as questões que eu gostava de ver aqui esclarecidas, Senhor Presidente, dizer-lhe desde já de ante mão, independentemente dos seus esclarecimentos, que o caminho que nós defendemos e que apresentamos aos Vila-realenses teve os votos que teve, nós não somos democratas por pôr um cravo vermelho na lapela, somos democratas o ano todo e entendemos que o caminho era diferente, mas este é o vosso e sobre o vosso gostávamos de ter alguns esclarecimentos. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente tenho a informá-lo que o Senhor Vereador António Carvalho pretende usar da palavra, pelo que, pedimos autorização para o fazer. **Respondeu o Senhor Presidente da Câmara**, sim, Senhor Presidente, darei com todo o gosto autorização ao Senhor Vereador António Carvalho para usar da palavra, fomos interpelados, em concreto com questões, vamos responder e depois darei a palavra ao Senhor Vereador António Carvalho. -----

---- Pedirei ajuda ao Senhor Vereador Adriano Sousa para responder às questões relacionadas com os transportes e eu próprio darei duas ou três explicações relativamente à questão do orçamento que foi colocado pelo Senhor Deputado Patrique Alves. -----

---- Estímulo às obras de requalificação no Centro Histórico, olhe, a Loja do Cidadão é um grande estímulo. -----

---- A Loja do Cidadão no Centro Histórico, uma aposta do Município é um grande estímulo, eu sei que você é contra, já o manifestou, já disse que é contra. Para nós é um grande estímulo e vamos fazer a Loja do Cidadão no Centro Histórico, aliás cumprindo uma deliberação aprovada por unanimidade em anterior Executivo, ao qual, eu não pertencia, mas o PSD e CDS à época aprovaram por unanimidade que havendo uma Loja do Cidadão, ela devia ser no Centro Histórico e nós vamos cumprir, vamos conseguir fazer aquilo que não foi possível fazer à época, nós vamos cumprir. -----

---- Mas há mais estímulos, olhe a Unidade de Saúde Familiar Nuno Grande, uma coisa que estava abandonada é um bom estímulo para o Centro Histórico, como é um bom estímulo para o Centro Histórico o Hospital da Luz, e o sinal de que é um bom estímulo é que, se observar, há um conjunto bastante alargado, gostaríamos que fosse mais, de requalificações urbanas a correr no Centro Histórico, nós gostávamos que fossem mais, há muitas que estão aqui na Câmara que estão à espera de parecer da Direção Regional da Cultura do Norte, etc. que vão acontecer, mas é sinal que o investimento público tem por parte dos privados também uma adesão e que os privados seguem esse investimento público no Centro Histórico, isso é um bom sinal. -----

---- Falou sobre o Circuito, nós apresentamos várias vezes as contas do Circuito com várias empresas credenciadas, diziam que estavam sempre erradas, as únicas que não estavam erradas era quando eram apresentadas pelo Doutor Rui Rio no Circuito da Boavista. -----

---- Quando o Doutor Rui Rio apresentava dados do circuito da Boavista vocês diziam que estava correto feito pela mesma empresa, quando essa empresa apresenta resultados do impacto do Circuito Internacional de Vila Real, vocês já acham que estão erradas. -----

---- A novidade que eu lhe quero deixar é que nós comprometemo-nos com as corridas e vamos continuar a fazer corridas no Circuito Internacional de Vila Real, é uma grande bandeira, é uma paixão dos Vila-realenses. Eu percebo que você não sinta essa paixão, eu sinto. -----

---- Sobre as questões dos transportes, eu pedia ao Senhor Vereador Adriano Sousa que dê os esclarecimentos tidos como oportunos. Muito obrigado. -----

---- **O VEREADOR MUNICIPAL ADRIANO SOUSA** agradeceu e disse: antes de mais cumprimento toda a Assembleia. -----

---- Respondendo ao Senhor Deputado Patrique Alves, eu tentarei ser muito sintético até porque eu já começo a ter alguma dificuldade em que coisas que são relativamente simples de se compreender gerem tanta discussão e que, para mim, só tem um propósito que é confundir a opinião pública, são coisas tão simples que eu nem sei como explicar perante a apresentação que ouvi recentemente, eu fico com alguma dificuldade de tentar explicar. -----

---- Mas, para responder sinceramente ao Senhor Deputado que me pergunta como é que está o processo de transportes. Aquilo que eu posso explicar é que o processo de transportes entrou na AMT no prazo para obter o visto prévio como consta da lei. -----

---- Tivemos uma reunião presencial com a administração, trocamos várias ideias onde nos deram sugestões para melhoramos alguns dos aspetos ou clarificarmos alguns dos aspetos

dos documentos concursais, foi isso que já fizemos e foi presente lá em baixo para dar o visto e depois à Câmara Municipal e posterior à Assembleia Municipal. -----

--- Mas o Senhor Deputado pergunta como é que está os nossos transportes? O novo concurso de transportes que nós vamos lançar, vai ser pela primeira vez modelo que nunca vigorou no Concelho de Vila Real, que é integrarmos no mesmo concurso os transportes urbanos, os transportes interurbanos e os transportes flexíveis. -----

--- Eu recorro que a concessão que ainda neste momento vigora é apenas sobre os transportes urbanos, portanto, o objetivo do nosso novo concurso é servir a totalidade da população do Concelho de Vila Real, não só a que reside na cidade, mas também a que reside no meio rural. -----

--- Penso que isto já está esclarecido relativamente à pergunta como é que está o nosso processo dos transportes. -----

--- Quanto à questão Ativos, ora bem, a questão dos ativos já foi aqui explicada agora até à exaustão, aquilo que se ouve dizer ai é, e ainda há bocado ouvi dizer, quem paga? Quem paga são os concessionários. -----

--- Vamos lá ver uma coisa, quem se rir com isto, quem estiver a duvidar disto é porque se calhar não percebe rigorosamente nada de transportes porque, de facto, quando há uma transferência de ativos por força de algum material não estar totalmente amortizado é o concessionário. -----

--- Ainda ouço mais uma coisa muito interessante, é que esse ativo vai ser internalizado no valor da nova concessão e são os Municípios que vão pagar esse valor. Só um concessionário que fosse muito “totó” a que iria aumentar o preço da concessão para perder o concurso, é uma coisa tão estranha que eu tenho alguma dificuldade até de perceber como é que se consegue pensar nestes termos. Já se chegou à conclusão que há uma receita e uma despesa e depois se internalizasse isso na nova concessão, o concorrente sujeitava-se a perder o concurso. -----

--- E, portanto, eu penso que todos os concorrentes que se irão apresentar a concurso saberão, com certeza, aquilo que estão a trabalhar, os cenários que estão a trabalhar e a vontade de querer ganhar a concessão. -----

--- Portanto, não acredito que nenhum futuro concessionário vá aceitar uma proposta tão absurda como aquela que, muitas vezes, se diz que se vai internalizar isso no valor da concessão que é para o cidadão ser penalizado, portanto, isso era mau demais para uma pessoa a trabalhar no ramo dos transportes. -----

--- E depois, conforme se fala também nos ativos em termos de material circulante, fala-se também nos funcionários das concessões, porque, não se esqueçam da anterior concessão para esta já ocorreu isso. -----

--- Portanto, não desapareceram funcionários, nem apareceram funcionários, os funcionários ficaram da anterior concessão para a nova concessão e o material circulante também. -----

--- Já há antecedentes disso e pergunta-se quem é que pagou? É só perguntarem quem é que pagou. Muito obrigado. -----

---- **Acrescentou o Senhor Presidente da Câmara Municipal**, Senhor Presidente, só uma questão, obviamente que no lançamento de um concurso com esta complexidade eu não posso garantir que não haja nenhuma empresa que meta isto em tribunal e que os tribunais dêem razão ou não deem, isso é o normal. Se a gente tem medo disso então não lança obra nenhuma, não faz nada, não lança o concurso para esta obra como não lança para os Transportes Públicos Urbanos. -----

---- Aquilo que a gente espera é que o processo decorra dentro da normalidade e que o júri funcione bem, e que o júri atribua a quem de direito a concessão em função do caderno de encargos e, que esta Assembleia há-de aprovar porque o caderno de encargos ainda não existe, apareceu um projeto de caderno de encargos e, agora, há-de vir o caderno de encargos com parecer que o Senhor Vereador Adriano Sousa aqui explicitou. -----

---- Eu não vejo, palavra de honra que não vejo qual é a confusão, não consigo entender mas, se calhar, a limitação de facto é minha e o Senhor Deputado Rodrigo Sá explicou aquilo que foi para mim, se eu já não tinha dúvidas agora fiquei com a certeza que não estou enganado na minha reflexão. Muito obrigado. -----

---- **O VEREADOR MUNICIPAL ANTÓNIO CARVALHO** agradeceu e disse: Senhor Presidente da Assembleia muito obrigado por o Senhor Presidente da Câmara me ter dado o consentimento de usar da palavra. -----

--- A todos cumprimento, Senhores Deputados, a toda a comunicação social e a todos que nos ouvem aqui e também através da Utadtv. -----

--- Eu resolvi pedir para fazer esta intervenção porque o Senhor Presidente fez questão, até nem foi pela intervenção do Senhor Deputado Rodrigo Sá, foi pela intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Elencou um conjunto de obras, obras para as quais, nós podemos dizer Deputados do PSD, nem tudo que ele elencou, posso dizer sem margem de erro que em oitenta por cento daquelas obras votamos favoravelmente, quando esses projetos foram à Câmara Municipal.

---- E, portanto, não pode o Senhor Presidente usar retórica para dizer porque votamos contra o orçamento que é um instrumento de estratégia de implementação de uma atividade e de um plano de atividades que é do Executivo Socialista e, como tal, votamos contra aquele plano porque tínhamos um outro plano. -----

--- Mas podem dizer, não apresentam contrapartidas, nós temos muitas e eu posso dar aqui dois ou três exemplos de situações que, para aquela situação, tínhamos posições totalmente diferentes. -----

---- Mas, para dizer isto o Senhor Presidente podia querer dizer novamente que ao votarmos esta revisão orçamental ou seu orçamento, o PSD como ele diz, três ou quatro PSD's, ele queria ter esse argumento e, portanto, como não tinha esse argumento arranjou exatamente o argumento contrário para dizer porque votamos aquele plano e orçamento, votamos todos os projetos contra. -----

- É falso, é completamente falso até porque, eu pegava só num exemplo concreto, a Loja do Cidadão, exatamente porque no passado todos votaram favoravelmente, no presente

também todos os Vereadores da Câmara Municipal votaram favoravelmente a localização e a necessidade de se fazer inclusivamente até naquele local. -----

--- A questão que se levantou posteriormente e que o PSD votou contra, no momento em que a Câmara Municipal pode fazer o direito de opção sobre o imóvel e, quando pode fazer o direito de preferência sobre o imóvel, foi a sessão da Câmara para que a Câmara exercesse o direito de preferência sobre o imóvel que, custou oitocentos e vinte e seis mil euros e qualquer coisa. -----

--- E logicamente que a Câmara poderia na altura exercer o direito de preferência, usar não só o direito à expropriação como também à negociação com o proprietário e, eventualmente chegar a um milhão de euros e dar algum lucro ao proprietário que tinha adquirido naquela altura. -----

--- E só as contas são extremamente simples de fazer, qualquer cidadão Vila-realense ou deste país ou do mundo que faz um investimento de oitocentos e vinte e seis mil euros, vai à banca recorrer a esse empréstimo e consegue a uma taxa de juro de dois por cento e a Câmara tem negociado abaixo de um, já estou a por a dois por cento, teria durante vinte anos um encargo cerca de quatro mil euros. -----

--- A Câmara Municipal assume pagar onze mil euros, a Câmara Municipal abdicando deste seu direito de preferência, assume pagar onze mil por mês por um imóvel que nunca será seu nem daqui a vinte anos, nem a trinta, nem a quarenta e os encargos irão continuar daqui para a frente. -----

--- A preocupação do PSD nesta situação é dizer assim: está acima de tudo a defender os interesses dos cidadãos. -----

--- O que é que está aqui, estamos a poupar mais de um milhão de euros porque a seguir, a Câmara Municipal vai fazer obras de adaptação ao edifício que custam um milhão de euros e, portanto, vamos outra vez investir num edifício que não é da Câmara Municipal e que poderia ser ao fim de vinte anos com um custo de quatro mil euros por mês. -----

--- E logicamente que já estamos a pagar esse empréstimo há um ano, já passa de um ano. A resposta que o Senhor Presidente nos deu a nós Vereadores, na altura em que quisemos exercer e dissemos que a Câmara deveria comprá-lo, foi que, naquele momento não era possível comprar porque não foi comprado por uma locação financeira, não seria possível a Câmara adquiri-lo. Quando foi possível adquiri-lo foi aí que a gente mudou de opinião e dizer, vamos lutar pelos interesses dos Vila-realenses. -----

--- Com base nisto, eu diria, votamos a favor, sim, votamos contra isto que é gastar dinheiro de uma forma desmedida, sem necessidade e que isto vai causar mais encargos aos Vila-realenses. -----

--- Eu não vou fazer aqui desenhos porque a pessoa que fazia desenhos para mim já não está cá, mas vou explicar e vocês vão perceber perfeitamente sobre algumas coisas que tenho a dizer sobre isto. -----

--- Relativamente a cortes também me parece que não perceberam muito bem uma coisa quando disseram assim: “onde é que está um milhão de euros?” Um milhão de euros está no caderno de encargos que foi submetida à Autoridade de Mobilidades e Transportes, o

caderno de encargos, o prévio, para ser prévio para a Autoridade de Transportes se pronunciar sobre o assunto que foi enviado, e, nesse de caderno de encargos diz claramente que a empresa que ganhar a concessão vai pagar à cabeça um milhão de euros. -----

---- Claro que, na revisão orçamental que aqui está, uma vez que sabem esses valores, está-se assumir que o valor da indemnização são novecentos e vinte e quatro mil, trezentos e setenta e cinco e a receita será também um valor idêntico ou exatamente igual. -----

---- Agora, eu pergunto: então a empresa que vai concorrer, que não sabemos quem é, ou a empresa que vai ganhar, que vai ter que pagar à cabeça vinte e quatro mil euros e trezentos e setenta e cinco vai pagar isso, não vai ela diluir nas suas receitas a necessidade ao longo da concessão. Se eu concorrer, eu, para recuperar aquilo, pelo menos, que dei de início vou ter que imputar ao meu contrato ou à proposta que vou fazer cem mil euros por ano, já não pensando sequer em juros desse dinheiro. -----

---- O que é que isso significa? Claramente, que a Câmara Municipal não tem uma despesa porque tem uma entrada de uma receita e de uma saída de uma despesa mas, logicamente que, quem vai ganhar o concurso vai imputar esse valor e significa claramente que a Câmara vai ter que pagar ao longo dos dez anos esse valor que pagou ao ressarcir nesse valor. -----

--- Estava a querer dizer a todos que a questão é simplesmente esta e, eu gostava que as pessoas que quisessem ouvir e não estivessem preocupadas com a questão do seu partido ou quem votou e se não vota ou no partido A, B ou C, é desta forma, porque nós poderíamos dizer uma outra coisa mais importante, sabem o que é? É que são os ativos que a empresa está a pagar. Agora eu pergunto, sabem quanto foram os ativos, qual o valor dos ativos que a Rodonorte pagou quando entrou no início da concessão? Pagou cinquenta mil euros ou seja, estavam amortizados e o valor real dos ativos eram de cinquenta mil euros, neste momento são cerca de um milhão de euros ou novecentos e vinte e quatro mil. -----

---- O que é que isto quer dizer? Eu acho que as pessoas estão a confundir uma coisa, que é assim, qualquer empresário que vai concorrer a um concurso, eu vou gastar neste concurso X, seja no que for e, neste caso concreto, é numa indemnização imediata, que entrega cerca de um milhão de euros vai ter que ir recuperar esse dinheiro para além do que vai recuperar daí para a frente, portanto, alguém vai pagar isto, e quem é que vai pagar, exatamente o cidadão. -----

---- E vou-me dispensar de fazer mais qualquer citação sobre este aspeto porque quem quis entender, entendeu, quem quer fazer desenhos, pode continuar a fazer com pinturas ou como quiser e, portanto, sobre este aspeto estamos esclarecidos. -----

Sobre os restantes que diria mais, há um conjunto de obras e muito bem e quando da reunião de Mondrões, o que é que ele resolveu fazer? Foi dizer, o PSD quando quis fazer na sua fase final, quis dizer aos cidadãos que havia cerca de setecentos e tal mil euros para pavimentação em cubos sensivelmente ou mais em betuminoso e quis dizer o Senhor Presidente que o PSD tinha votado contra. -----

---- E, eu fiz questão de lhe dizer no final da reunião, ó Senhor Presidente desculpe lá corrija lá, até nem falei para ninguém, foi só para ele, porque nós votamos favoravelmente na sessão de Câmara as pavimentações em betuminoso e em cubos e, ele só me respondeu

assim: não foi, foi na Assembleia e eu tive a preocupação de contactar e de verificar as deliberações da Assembleia Municipal e num programa de rádio tive oportunidade de dizer qual era a deliberação, a deliberação tinha sido a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade essas pavimentações. -----

--- O Senhor Presidente joga com isto para dizer o seguinte: como nós a seguir não votamos o orçamento, como nós não votamos favoravelmente o seu orçamento e o plano de ação ou a sua revisão, logicamente que, estamos a votar contra tudo, estamos até a votar contra até podia falar de outras coisas, podia dizer assim, estamos a votar contra os funcionários receberem o seu salário porquê? Porque não estamos a votar contra o orçamento, os funcionários não vão receber salário porque o PSD votou contra, só falta dizer isto, que na prática esta a dizer que nós votamos contra tudo porque efetivamente votamos contra o seu orçamento que, é aquele que, entende que deve fazer, foi aquele que foi sufragado nas eleições e que tem toda a razão dizer, é isto que eu quero fazer, é com isto votem favoravelmente ou não. -----

---- O Presidente já disse muitas vezes, vocês votam contra, nós votamos a favor e pronto ganha a votação, tudo bem, temos que aceitar estas coisas exatamente como elas são e chegar aqui dar uma sensação de que afinal estamos cada um a votar para seu lado. -----

---- Relativamente à votação já tive oportunidade de dizer assim: é que muitas das vezes, o Senhor Presidente sabe disso, muitas das vezes nós temos muita documentação para analisar e temos que votar e acredito que, em muitas circunstâncias o próprio PSD na sua Assembleia quando faz esta análise possa divergir nalguma votação relativamente a estas situações, porque, analisou melhor aquilo e, logicamente, nós temos que dar a mão à palmatória se eventualmente até não vir, verificamos todas as situações exatamente como o contrário. -----

---- Não há um PSD a duas nem a três velocidades, há um PSD que perdeu as eleições, que assume e assume sempre como sempre assumi as minhas responsabilidades até ao fim, até ao momento em que estou e gosto muito bem de ser muito sério, dizer o que penso perante seja qualquer tipo de pressão e dizer, lamento, é o desenho que consigo ver, é este, se outros veem outro desenho agradecia que a população de Vila Real olhasse para este desenho e percebesse o que é melhor para si. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** disse: faça favor Senhor Presidente. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: eu tentarei novamente explicar o óbvio. Num concurso passam os funcionários e há o circulante, há três autocarros novos, então a nova concessionária ia receber três autocarros novos sem pagar nada? Então a nova concessionária assumia os funcionários, assumia os autocarros e não pagava nada e a concessionária oferecia esse material à Câmara ou ao novo concessionário, isso cabe na cabeça de alguém? Isso é razoável? Alguém imagina que num caderno de encargos isso poderia estar explicitado? Senhor Vereador, por amor de deus, vamos ser sérios e coerentes.

----- Uma coisa é dizer, não valem novecentos, valem quinhentos, valem trezentos, valem um milhão, valem dois milhões, eu sobre isso, sobre caixas de velocidades, sobre amortecedores, eu não percebo nada disso. -----

----- Houve uma empresa que fez essa avaliação e, houve um contrato que foi assinado pela empresa hoje detentora desse material que aceitamos a avaliação, aceitaram depois a negociação depois de tudo isto ser tratado, porque, inicialmente, queriam um valor maior e a empresa que nos assessorou, uma das maiores empresas do mundo chegou a um valor, esse valor será contemplado no caderno de encargos e o processo decorrerá com naturalidade. -----

---- Aquilo que é importante dizer é que pelo resgate, ao contrário daquilo que foi dito, a Câmara Municipal não pagará nada, não pagará mais nada, se quiser. -----

---- Aliás, lembro-lhe que com esta concessão nós pagamos duzentos mil euros por ano de compensação indemnizatória, quando chegamos a pagar mil. -----

---- E sobre isso não quero dizer mais nada e porque nem vale a pena. -----

---- Sobre os projetos, vamos lá ver, a pergunta que eu faço é, algum projeto pode ir à Câmara sem cabimento? Pode ser aprovado na Câmara sem cabimento? Claro que não. Então se eu voto contra a possibilidade de cabimento depois do projeto e voto a favor? Há qualquer coisa que a mim me ultrapassa e, portanto, quando eu digo que são contra os projetos em concreto, são, porque não aprovaram a cabimentação que dá sustentabilidade a esses projetos. Nós devemos ser coerentes e levar as coisas até ao fim. -----

---- Mais, não fizeram nenhuma proposta alternativa, diziam-me assim: em vez de compor, em vez de fazer a intervenção na Rua Lobato Sousa quero fazer na Rua XPTO, com orçamento. -----

---- Eu sempre tive a humildade de quando não sei, dou o benefício da dúvida a quem sabe e a quem está a fazer as coisas e, portanto, pratico essa humildade. -----

---- E, já agora, deixem-me e porque eu não gosto de levar recados para casa e gosto de esclarecer tudo até ao pormenor, deixem-me falar um bocadinho da Loja do Cidadão. -----

---- Primeiro, vai-se por aí dizendo e quero dizer isto aqui de forma clara para que não haja dúvidas, vai-se por aí dizendo que a Câmara Municipal vai pagar onze mil euros por mês, é mentira, é mentira, a conta é como um desenho que o Deputado Rodrigo aqui fez. -----

---- A Câmara Municipal vai receber do IRN (Instituto de Registo e Notariado), e vai receber das Finanças o valor de nove mil euros do valor que vai pagar de renda, portanto, a Câmara Municipal paga onze mil e recebe nove mil. E porque é que não recebe os onze mil? Porque também terá lá serviços e haverá uma permissão em função da ocupação daquele espaço. -----

---- Depois, a Câmara Municipal podia exercer o direito de opção, numa primeira fase não podíamos exercer o direito de opção porque o edifício escolhido pela AMA e só há Loja do Cidadão, se a AMA assinar o protocolo e apresentaram-nos mais de dez alternativas, oito delas foram apresentadas pelo anterior Executivo do PSD e todas foram rejeitadas, a AMA escolheu aquele edifício, escolheu aquele edifício para instalar lá a Loja do Cidadão. -----

--- E, quando fomos ver em concreto, o que havia era um contrato de locação financeira, isto

é, o edifício era do banco e havia alguém que tinha alugado o edifício e que até já tinha projetos, dois ou três apartamentos, instalar ali um conjunto de coisas. -----

--- Ora, entretanto, há uma abertura de fundos comunitários, há possibilidade de a Câmara Municipal se candidatar a fundos comunitários para as obras que eram necessárias lá realizar. -----

--- E nós, para termos essa candidatura, tínhamos que ter uma autorização do dono do imóvel de que o imóvel estaria arrendado durante não sei quantos anos. O imóvel para estar arrendado durante não sei quantos anos, para essa declaração ser passada, o banco que era o dono do imóvel não a podia passar porque ao fim de x anos podia adquirir o edifício, e, portanto, o banco não podia passar essa declaração. -----

--- E nós vamos pedir ao locatário dizer, se vocês nos ajudassem, quitassem a locação, podiam passar essa declaração e isso fez com que a Câmara pudesse ir buscar esse dinheiro, trezentos e cinquenta mil euros a fundos comunitários. -----

--- Que moral é que eu tinha ou que alguém tinha de pedir a alguém que nos vai fazer um favor e depois traiçoa-lo pelas costas. Eu nunca faria isso a ninguém e acrescento uma coisa, pedimos um parecer jurídico e eu acredito nos profissionais que trabalham nesta casa e não fui eu que aqui coloquei, na maior parte dos casos, portanto, acredito neles, pedimos um parecer jurídico que nos dizia, vocês não podem exercer o direito de opção assim. -----

--- O direito de opção só pode ser exercida se a transação for feita inferior, claramente inferior aos preços de mercado e se o imóvel estiver em estado de degradação e houver necessidade e perceção que a Câmara o pode reconstruir e depois é preciso explicar se, avançarem para a expropriação, porque essa era a segunda alternativa, é preciso explicar muito bem, não há mais nenhum imóvel na cidade, não é no centro histórico, é na cidade que sirva os requisitos que a AMA se pré dispõe assinar. -----

--- E quem é que fez esse parecer, até foi uma militante do PSD e eu até digo quem foi se for necessário e, portanto, estamos à vontade para esclarecer isso. -----

--- Portanto, esta ideia de tentar passar aqui uma coisa estranha de que a Câmara Municipal está, isso não aceito a ninguém, comigo as coisas são transparentes, são claras e, estou disponível para as provar em qualquer sítio e discuto política e opções à vontade e discuto factos também à vontade. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Além do tempo que já se esgotou algum tempo, proponho que a Assembleia se pronunciasse para podermos avançar ou não. **Interveio o Senhor Deputado Vasco Amorim** dizendo, Senhor Presidente desde sempre que em termos regimentais, o Senhor Presidente da Câmara não tem limite de tempo mas, obviamente que está inerente o bom senso a utilização desse tempo. -----

----- E depois o Senhor Presidente da Câmara que depois estimula outras pessoas a falar porque faz invenções pessoais e as pessoas sentem-se atingidas, têm que falar. -----

--- Quando fala também o Senhor Vereador acaba por gerar aqui um tempo brutal, nós só temos dezassete minutos e estamos dispostos dentro do prazo previsto que faltam dos

pontos que faltam, cumprindo os tempos que estão ali e depois encerramos a sessão devidamente. -----

---- Agora, se estivermos aqui a falar dois ou três minutos e o Senhor Presidente estiver a falar mais de duas horas, nós não sabemos, peço desculpa, o Senhor Presidente quer explicar muito e muitos assuntos e alguns não relacionados com estas matérias e, às vezes, julgar o passado e pessoas que até já faleceram. -----

---- Sinceramente, nós já estamos a fazer muita contenção nesta matéria, não é por nossa causa que nós não terminamos hoje aqui. **Deu o seu contributo o Senhor Deputado Rodrigo Sá** dizendo que, por respeito aos cidadãos que decidiram inscrever-se para o período após a ordem do dia, é nossa opinião que devemos continuar a sessão e mesmo gastando um bocadinho mais de tempo do que aquilo o que é o habitual e o previsto no regimento. -----

---- **O Senhor Presidente da Câmara** também deu o seu ponto de vista dizendo, jamais imaginei que a oposição tentasse coartar o meu direito de me explicar, é isso que tentam, tentam-me condicionar para que eu não possa explicar convenientemente aos Senhor Deputados e aos Cidadãos aquilo que eu julgo importante e dizer também que eu estive muitos anos na oposição, nunca tive autorização para falar o tempo que, por exemplo, o Senhor Vereador aqui falou e muito bem, dava-lhe este tempo e outro qualquer. -----

---- Quando fui oposição e fui Vereador, vão ver às atas o tempo que tive para me explicar, coitado, como muito bem disse aqui o Senhor Vereador Carlos Silva. -----

---- **Interpelou de novo o Senhor Deputado Rodrigo Sá** dizendo, foi discutida aqui, exaustivamente, e que tem a ver com os tempos gastos pelo Executivo e pelo Presidente que eu quero de uma vez por todas desmistificar. É que, se eu chegar aqui e perguntar ao Senhor Presidente, Senhor Presidente como é que está o assunto do aeródromo, como está o assunto dos transportes públicos e como é que está o assunto da Loja do Cidadão? Acabei de gastar cinco segundos e, agora Senhor Presidente, desafio-o que responda em cinco segundos a estas três perguntas que eu lhe perguntei. -----

---- **Continuou o Senhor Presidente da Assembleia** dizendo, alguém tem a dizer mais sobre o quarto ponto? Faça favor Senhor Deputado Pedro Seixas. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL PEDRO SEIXAS (PSD)** agradeceu e disse: Senhor Presidente na sua pessoa cumprimento toda a Mesa, Senhor Presidente da Câmara na sua pessoa cumprimento o todo o Executivo Municipal, Senhores Deputados e demais presentes. -----

---- A minha vinda aqui suscitou apenas porque na apresentação que o Deputado Rodrigo fez do powerpoint, provavelmente, esqueceu-se de lá colocar o estado em que estaria o processo judicial que corre contra a Câmara Municipal intentado pela Corporation Espanhola, transportes SA. -----

---- E a questão que lhe colocava, Senhor Presidente, era e, já várias vezes a fiz, e estou à espera do e-mail recorrente que nunca chega, era se esta ação administrativa especial está em primeira instância, está em fase de recurso. -----

---- Aqui diz ação administrativa, o que eu quero saber é se houve alguma decisão e se já está em recurso. -----

----- É pena que não tenhamos o relatório da Comissão de Ordenamento que era para comparar com o que o Senhor Vereador disse ontem, que aquilo já estava em fase de recurso. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado Vasco Amorim faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Eu só venho aqui porque fui convocado, por que, o Senhor Presidente infelizmente, peço desculpa se tiver que intervir outra vez depois do que vou dizer mas, a verdade é esta, em vez de pedir desculpa como há bocado já referi, em que afirmou que, nós tínhamos votado de uma maneira e o Senhor Presidente por que não quer pedir desculpa, eu todas as coisas que estão dentro de umas GOP's e se nós votamos contra o orçamento e das GOP's, somos contra tudo e isso é uma falsidade. É até difamação, perante os cidadãos de Vila Real é difamação e eu tenho pena que o Senhor Presidente não perceba isso. -----

----- O que eu quero é que, o Senhor Presidente diga a verdade em todo o momento e não procure de alguma maneira, para além de todos os recursos que, tem ao seu dispor, ainda alterar o sentido de voto que, nós tomamos, quer sejam os Vereadores, quer seja o grupo parlamentar da Assembleia Municipal. -----

---- Aliás está mais que claro pela exposição que fez, fez a demonstração por absurdo que o Presidente está completamente errado por que, quando vamos comprar um carro se por a caso não gostamos do espelho retrovisor ou da caixa de velocidades como o Senhor gosta muito de falar que não percebe, pode não gostar da caixa de velocidades e não quer dizer que não compre, não faz sentido nenhum, é tudo um absurdo. -----

----- Como se, por exemplo, não gostar de uma árvore está a queimar a floresta toda, isso é tudo absurdo, aliás é uma falácia que toda a gente que está aqui entende, as pessoas que estão lá fora talvez não entendam e vão ficando enganadas, até ao dia que vão perceber que foram profundamente enganadas mas, as coisas mudam. -----

----- Só para dar um exemplo, nós somos contra a intervenção do mercado porque temos uma proposta melhor, que resolvia problemas de estacionamento, um mercado novo. -----

----- Aliás, no dia vinte e quatro de outubro apresentamos vinte propostas para as GOP's. O Senhor Presidente, já falamos aqui, exige que apresente um projeto, que apresente um estudo, os planos, as especialidades, por que, julga que, nós temos cinquenta milhões de euros para gastar, trezentos e tal funcionários e ainda empresas de consultoria para trabalhar para nós. -----

---- E, isso é injusto, é injusto não é para nós, é para as pessoas que trabalham na política, é mais uma difamação e uma falácia, o Senhor sabe que não é assim e o Senhor na oposição também não fez assim. -----

----- Mas, isto não é para nós porque todos nós sabemos isso mas para as pessoas que estão lá fora e que não sabem. -----

---- Na verdade, isto não é preto e branco, há coisas que somos contra, mas somos a favor na generalidade, viu-se o que agora no período de antes da ordem do dia, que estivemos a discutir, por vezes, há um parágrafo que nós não podemos aceitar e, depois, temos que, ser contra a proposta toda e ela fazia todo o sentido se estivesse expurgada num outro sentido que lhe queriam dar e, que aliás, exploraram hoje. -----

---- Portanto, nós não somos crianças apesar de gostarmos de desenhos, não somos muito inteligentes por que se não, não convivíamos com algumas pessoas, fugíamos, pessoa inteligente não faz masoquismo, mas como somos suficientemente inteligentes para sermos cidadãos intervenientes, queremos o melhor para a nossa cidade, senão nós não estaríamos aqui e, temos que aturar isto. -----

---- O socialismo pensa que, pode fazer obras, pode dar subsídios, pode fazer contratos-programa e não paga nada por que, de facto, toda a gente sabe que existe um lado da receita e outro da despesa, não gasta nada, é como aqui nos autocarros, foi clarinho, desde o início foi clarinho, não pagamos nada, é verdade não pagamos nada, só que, tem lá uma rubrica que é despesa que tem um número e tem outra da receita que tem um número. -----

---- E, quando é que nós nos manifestamos contra? Manifestamo-nos contra o bónus porque o Senhor Presidente não percebe de embraiagens e confia muito numa empresa que, ganha dinheiro para fazer uma avaliação, qualquer valor está bom, não sofre nada com isso, a outra empresa que recebe, pede dois milhões, espera aí, só ficas lá com novecentos e tal, também está contente, (atenção estou a brincar agora por que não pediram dois milhões). -----

---- E, agora a empresa que vai ganhar a concessão é que é capaz de não gostar muito do preço porque os autocarros não são novos e não valem novecentos e tal mil euros e, aí é que, pode haver problemas mas, mesmo assim, não são eles que pagam, quem vai pagar são os utentes e são os contribuintes, pagam da mesma maneira que vós, em limite quem paga mais uma vez e é por isso que o país está no estado em que está, **interpelou o Senhor Presidente da Mesa**, dizendo que, evitem o diálogo, respeitem o tempo de intervenção de cada um, quando quiserem usar da palavra, inscrevem-se e a palavra ser-vos-á dada, como sempre, conclua se fizer o favor, **continuou o Deputado Vasco Amorim**, assim, vocês acham normal dizer que a Câmara Municipal não paga nada, acham normal? E até acham que é uma operação contabilística. -----

---- Eu acho que, quando existe um orçamento, tem um lado das despesas e tem outro lado das receitas, alguém tem que cobrar as receitas e alguém tem que fazer os pagamentos e os Senhores acham que isso é zero, não, não é zero, mas vocês acham isso porque é o socialismo. -----

---- Portanto, o problema de base dos autocarros, tem dois problemas, um é logo na avaliação a mais, trezentos e tal mil euros dos novecentos e tal mil, tragam aqui as documentações, ponham em cima da mesa, mostrem, não é dizer: não chegávamos acordo se puséssemos lá oitocentos ou seiscentos euros, os outros não assinavam, tivemos que pôr novecentos para assinarem, isso não é desculpa, eu sei que essa é a verdadeira desculpa, mas não é a desculpa, é uma avaliação só que não é justa, mas os Senhores acham isso, está

tudo bem, **interpelou o Senhor Presidente da Mesa** mais uma vez dizendo que vamos acabar com o diálogo, se não fica uma discussão aberta, toda a gente fala ao mesmo tempo a exijo isso, continue Senhor Deputado e desculpe e conclua. -----

---- **Continuou o Senhor Deputado Vasco Amorim** dizendo, para mim é mais trezentos menos trezentos mas, há aqui uma coisa que é muito pior que é o facto do projeto do caderno de encargos, que eu, tive a oportunidade de trabalhar com os Senhores Vereadores, aquele dossier é fraquinho na minha opinião, não é, suficientemente bom para Vila Real e, devia ter havido discussão e devia ter sido propostas alternativas mas, isso não foi possível aqui e isto está profundamente entranhado nas GOP's para Vila Real mas, nós temos que ter um serviço de transportes públicos que não caia nos mesmos erros que este já tem, tem méritos nalguns casos, mas tem lá defeitos que é preciso resolver mas, os Senhores não ouvem a oposição, não aceitam a oposição, não aceitam discutir e fazem tudo à última da hora porque fizeram à última da hora ou tiveram a fazer caixilha durante muito tempo e podiam dar uma cópia ao CDS para que, pelo menos se possa inteirar-se do que se está a passar, pelo menos isso. -----

---- Quando vier da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e estiver tudo aprovado, os Senhores vão usar só o carimbo com as vossas maiorias na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal e vamos ter como resultado uma rede de transportes que não é aquela que nós defendemos para Vila Real. -----

---- E, mesmo que, tivéssemos que gastar mais dinheiro era bem gasto, porque nós fizemos isso no tempo de gestão do PSD, gastamos seiscentos mil euros quando ninguém queria concorrer, quando não se sabia que os cidadãos iam aderir da forma que o fizeram, já falamos nisto várias vezes, foi um ato de coragem do PSD na altura e rapidamente se multiplicaram os serviços, e cada vez mais houve maior adesão e, agora com os subsídios à utilização dos autocarros e o que está acontecer em Vila Real é uma vergonha de serviço. --

--- Terminando, eu sobre a Loja do Cidadão, é o caso mais gritante de má utilização de dinheiros públicos que eu vi até hoje, gastar seis milhões de euros e não ficar com o edifício é um crime. Se tivessem oportunidade de multiplicar por mil milhões como Sócrates teve iam pelo mesmo caminho, talvez um dia venham a conseguir. -----

---- Mas, para mim, o pensamento é o mesmo, o pensamento socialista, eu não tenho que pagar, só pago três mil, depois paga a AMA mais um e depois paga as finanças mais outro e nós nunca dissemos, paga-se se receber primeiro dos outros mas, na verdade, quem paga é outra vez o contribuinte e, eventualmente uma pequena parte o utente. -----

---- Mas, não era a maneira correta de fazer, todos vós sabeis disso, vocês fizeram tudo que estava ao vosso alcance, tudo para pagar uma renda, fizeram tudo, não houve nada que vocês não tivessem feito para não dar uma renda elevada, tudo, mas, rigorosamente tudo e a história vai provar isso, tudo, tudinho, fora aquilo que eu não sei, só do que eu sei, do que eu não sei um dia poderá ser apurado. -----

---- E, portanto, é nessa matéria que nós debatemos, envergonhamo-nos disso e, por isso, somos contra estas GOP's, por isso somos contra este orçamento, não porque somos contra tudo, somos a favor mais de oitenta por cento do que foi aqui dito pelo Sr. Vereador António

Carvalho mas, aquilo está mal e está muito mal e seis milhões faziam bem a esta cidade e gastávamos só um milhão e pouco ou cerca de dois milhões, na pior das hipóteses com as obras e vamos gastar mais de seis milhões. -----

---- Já sabemos que, no passado a nível do Governo os gastos foram muito superiores e fomos para a troika, assim, se vai construir o futuro de Portugal para voltarmos outra vez a ir para a chamada de uma nova troika, já fomos três vezes, havemos de ir à quarta porque o pensamento é o mesmo, o pensamento é rigorosamente o mesmo. -----

---- E, agora, os países do Norte da Europa já não estão com vontade nenhuma de nos dar dinheiro, cada vez têm menos vontade e acham que nós desgovernamos, gastamos mal o dinheiro e estes pequeninos exemplos multiplicados por duzentos e tal Municípios mais o Governo que ainda é muito pior do que todos os Municípios juntos, é por isso, que estamos no estado em que estamos e, que temos vencimentos miseráveis, e há pessoas que trabalham em dois e três empregos para fazerem a sua vida. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja usar da palavra? Senhor Presidente faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Sim Senhor Deputado Vasco Amorim, eu não sou igual logo numa coisa, não faço insinuações sem as provar. -----

---- E aquilo que Vossa Excelência faz é insinuações. É tão especialista nos transportes, Professor Doutor sabe tanto de avaliações que diz que são trezentos e tal mil a menos quinhentos mil, não sei o que é. -----

---- Se são públicas, os Senhores Vereadores têm as contas todas, tivemos o especialista responsável pela empresa numa reunião a explicar, todos os documentos são públicos, não há segredo rigorosamente nenhum. -----

---- A pergunta que eu lhe faço é se tem alguma avaliação diferente mostre-a, já que é um Professor Doutor brilhante explique lá isso, não insinue, explique, diga, prove. -----

---- Eu admito a minha ignorância, já lhe disse que, sobre os autocarros eu não sei avaliar, você sabe tudo, prove. -----

---- Dizer-lhe que, quando pagavam seiscentos mil euros de compensação indemnizatória era um negócio brilhante, agora que, pagamos duzentos mil é um fraco negócio. Quando tinham vinte e dois mil euros de dívida era uma gestão magnífica, agora que temos doze milhões é uma péssima gestão, agora que temos doze milhões de euros de dívida conta os vinte e dois milhões que recebi quando entrei na Câmara, agora estamos a gerir mal. -----

---- Depois dizer Senhor Deputado queria uma extensão orbital, queria um circuito de fórmula I, posso pedir um circuito de fórmula I, acho que Vila Real merecia um circuito de fórmula I, queria destruir o mercado e fazer um completamente novo, queria fazer centenas de coisas, é fácil dizer, responsabilidade é dizer que se faz, quanto custa e dizer como se faz essa é a responsabilidade. -----

---- E, aquilo que eu lhe apelo é, por favor, imagine que eu lhe vou dizer que você falsifica as notas, atribui as notas aos seus alunos em função do gosto pessoal, você ficava contente que

alguém lhe dissesse isso? Não, não, gostava? Disse, disse, disse pior, disse que as avaliações que eram feitas Ad hoc e que nos aceitávamos aquilo Ad hoc, se fosse você avaliar provava que o preço era outro e que nos forçamos para a avaliação ser alta e coisas que eu sei, fará aquilo que eu não sei e que se venha aprovar. -----

----- Ó Senhor Deputado, eu tive grandes discussões com o anterior Presidente de Câmara, fui líder da Bancada Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal, fui Vereador da oposição, nunca, nunca o tratei assim e nunca insinuei sem provar aquilo que você insinua, tenha por amor de deus algum pudor. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Coloco este quarto ponto à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria** a 2ª Revisão do Orçamento de 2020 e das GOP's (Grandes Opções do Plano) para o período 2020-2023

Apuramento dos Votos:

Contra: 9 votos do Grupo Parlamentar do PSD: Vítor Hugo Correia Mesquita, Maria Elisabete Ferreira Correia de Matos, Eurico Vasco Ferreira Amorim, José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo, Fátima Manuela dos Santos Duro Rodrigues, Abílio de Mesquita Araújo Guedes, Fernando António Pádua Correia de Azevedo, Isabel Maria Clemente Matos, Pedro Fernando Seixas Leite da Silva.

Abstenções: 1 voto do CDS-PP, Patrique José Luís Alves

A favor: 35 votos: 32 do Grupo Parlamentar Municipal do PS e 3 votos PSD, Juntas de Freguesia.

Apresentou declaração de voto o representante do PSD,

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD),** Disse: Para efeitos de Declaração de voto. O Partido Social Democrata vota contra a proposta deste ponto da ordem de trabalhos nas condições que a proposta e de acordo com os considerandos, na documentação entregue e que foi apresentada pelos Senhores Vereadores do PSD. -----

----- É óbvio neste momento que a posição do Partido Socialista é totalmente diferente do PSD na maneira como interpreta o exercício dos Orçamentos e das Grandes Opções do Plano para o futuro de Vila Real. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

QUINTO PONTO

Tomar conhecimento da proposta de Redução de Tarifas nos Transportes Públicos, no âmbito do PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, nos termos da alínea K) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro **(deliberação da Câmara Municipal de 10 de fevereiro de 2020)**



Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- «DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- CERTIFICO que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 10/02/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação: -----

-----ASSUNTO: - Programa de Apoio à Redução do Tarifário nos Transportes Públicos (PART) 2020 -----

- Presente à reunião informação do Chefe dos Serviços de Planeamento e Mobilidade do seguinte teor:

“1. Introdução

O Decreto-Lei nº 1-A/2020 de 3 de janeiro dá continuidade em 2020 ao Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos aplicado em 2019. Tal como no ano anterior, o Governo Português reconheceu as alterações climáticas como um dos desafios estratégicos da sua ação governativa, assumindo o compromisso de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em 55% até 2030. Para esse efeito, e para o ano de 2020, foi também disponibilizada uma verba do Fundo Ambiental para as medidas de apoio à redução tarifária a aplicar pelo Município de Vila Real.

2. Antecedentes

O Município de Vila Real aprovou na sua reunião de 25 de março de 2019, a redução da tarifa do passe mensal dos transportes Urbanos de Vila Real, até a um teto máximo de **110.367,90€** para o ano de 2019. Para além desta redução tarifária dos transportes urbanos, o PART incluía também a redução em 50 % da comparticipação dos alunos não abrangidos pelo transporte escolar gratuito nos termos do D.L. 299/84 de 5 de setembro, na sua redação atual. O valor para esta redução ficou estimado em **33.096,58€** para o ano de 2019. Ao todo, para o município de Vila Real foi estimada uma verba de **143.464,48€**, sendo **139.965,35€** proveniente do Fundo Ambiental e os restantes **3.499,13€**, comparticipados pelo Município. No entanto as verbas atribuídas ao Município de Vila Real ficaram ligeiramente abaixo do valor inicialmente estimado na candidatura, tendo sido considerada uma verba de **142.373,53€**, sendo **138.901,00€** do Fundo Ambiental e a comparticipação do Município (2,5% do FA) em **3.472,53€**.

A Autoridade de Transportes da CIMDouro, como gestora do PART procedeu à transferência da totalidade do Fundo Ambiental destinado ao Município de Vila Real, dividindo o pagamento em quatro tranches iguais. Esta situação decorre do mesmo procedimento efetuado pelo Fundo Ambiental na transferência de verbas para as CIM.

Como era de esperar, como resultado dessa redução tarifária, a aplicação desta medida começou a atrair mais passageiros a utilizar o passe mensal.

À data da aprovação do PART por parte do município, e face ao histórico disponibilizado pela empresa, entre os diversos passes utilizados pelos passageiros dos transportes urbanos, tínhamos uma média mensal de 1157 passes vendidos por mês em 2018, sendo a sua repartição anual representada no quadro que se segue:

De 1 a 30 de cada mês

Nome dos passes vendidos	jan-18	fev-18	mar-18	abr-18	mai-18	jun-18	jul-18	ago-18	set-18	out-18	nov-18	dez-18	TOTAL
Passes Mensal	594	479	450	493	533	405	383	285	482	517	482	460	5563
Passes 4.18 Esc.A	111	90	73	106	61	50	11	11	74	94	94	89	884
Passes 4.18 Social+	2	1	2	1	1	0	1	0	0	0	0	0	8
Passes 4.18 Esc.B	90	37	34	45	33	21	5	6	35	73	60	56	449
Passes Sub23 ASE	952	632	368	715	482	215	22	11	115	316	371	349	3943
Passes Sub.23 Social+	145	200	160	269	171	53	2	3	228	718	676	406	3031
TOTAL PASSES MENSAIS	1254	1439	1087	1629	1301	744	424	311	934	1718	1683	1354	13878

Quadro.1 – Venda de passes mensais por tipologias durante o ano de 2018 (dados Urb. VR)

Com a implementação do PART, em maio de 2019, e face aos dados já disponíveis, podemos aferir que houve um aumento significativo da venda de passes mensais, tendo-se registado o maior aumento, em termos de unidade vendidas, durante o mês de novembro de 2019, com um acréscimo de 1113 passes relativamente ao período homólogo do ano anterior.

Nome dos passes vendidos	mai/19		jun/19		jul/19		ago/19		set/19		out/19		nov/19		dez/19	
	Número de passes	Valor	Número de passes	Valor	Número de passes	Valor	Número de passes	Valor	Número de passes	Valor	Número de passes	Valor	Número de passes	Valor	Número de passes	Valor
Passes Mensal	672	5 510,40 €	690	5 658,00 €	636	5 215,20 €	536	4 395,20 €	708	5 805,60 €	815	6 683,00 €	821	6 782,20 €	773	6 338,60 €
Passes 4.18 Esc.A	92	754,40 €	83	672,80 €	28	229,60 €	14	114,80 €	77	631,40 €	106	869,20 €	111	910,20 €	94	770,80 €
Passes 4.18 Social+	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	1	8,20 €	1	8,20 €	3	24,60 €	6	49,20 €
Passes 4.18 Esc.B	71	582,20 €	63	516,80 €	25	205,00 €	12	98,40 €	63	516,60 €	154	1 262,80 €	160	1 312,00 €	145	1 172,60 €
Passes Sub23 ASE	575	4 715,60 €	382	3 132,40 €	30	246,00 €	16	131,20 €	152	1 246,40 €	389	3 189,80 €	465	3 813,00 €	544	4 460,80 €
Passes Sub.23 Social+	314	2 574,80 €	133	1 090,60 €	19	155,80 €	8	65,60 €	265	2 173,00 €	1172	9 610,40 €	1085	8 897,00 €	907	7 437,40 €
TOTAL PASSES MENSAIS	1724	€ 14 136,80	1350	€ 11 070,80	738	€ 6 051,60	586	€ 4 895,20	1266	€ 10 381,20	2637	€ 21 623,40	2645	€ 21 689,80	2467	€ 20 229,40

Quadro. 2 – Venda dos passes por tipologia desde do início do PART até à data

Em termos de valores globais, desde do início da implementação do PART (maio de 2019), o município de Vila Real, como autoridade de transportes, transferiu para a empresa Urbanos de Vila Real, o valor de **109.986,60€**.

Em termos de aplicação da 2ª medida, (redução em 50 % da comparticipação dos alunos não abrangidos pelo transporte escolar gratuito nos termos do D.L. 299/84 de 5 de setembro, na sua redação atual), e considerando os valores disponibilizados pela Divisão de Educação, Desporto e Juventude, no período de aplicação do PART, foram abrangidos entre uma a duas centenas de alunos para essa medida, correspondendo a 955 validações durante a execução do PART, tendo sido pagos **57.653,64€** repartidos conforme descrita no quadro seguinte:

Comparticipação CMVR (50%)	28 821,82 €
Comparticipação Alunos (25%)	14 410,91 €
Comparticipação PART (25%)	14 410,91 €
Total	57 643,64 €

Quadro.3 – Aplicação da 2ª medida entre maio e dezembro de 2019

3. Plano de aplicação da dotação do PART 2020

De acordo com o Decreto-Lei 1-A/2020 de 3 de janeiro, que dá continuidade em 2020 ao Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos, cada Área Metropolitana (AM) e cada Comunidade Intermunicipal (CIM) devem submeter o plano de aplicação das dotações do PART para o ano seguinte. Compete às AM e CIM proceder à repartição das

dotações pelas autoridades de transporte existentes no seu espaço territorial, tendo em consideração a oferta em lugares.km produzidos pelos serviços de transportes por estas geridas. Nesse âmbito recebemos por parte da CIMDouro a informação abaixo transcrita, dando conta dos valores estimados para o PART 2020. Assim, apesar de se tratarem ainda de valores estimados, há um acréscimo nas verbas transferidas para a CIMDouro, comparativamente a 2019, pelo que também as verbas a transferir para o Município de Vila Real foram alteradas.

Deste modo, mantendo as regras utilizadas no ano transato, as verbas a transferir para os municípios que não delegaram competências na CIMDouro são as seguintes:

Valores em Euros	Dotação OE Transferência Fundo Ambiental	Comparticipação Mínima dos Municípios	TOTAL PART
FREIXO DE ESPADA À CINTA	5 539,80	553,98	6 093,78
LAMEGO	90 915,39	9 091,54	100 006,93
MOIMENTA DA BEIRA	27 371,02	2 737,10	30 108,12
VILA REAL	173 229,25	17 322,92	190 552,17
CIMDouro (total)	619 861,91	61 986,19	681 848,10
CIMDouro (15 mun.)	322 806,45	32 280,64	355 087,09

Quadro. 4 – Verbas a distribuir pelas diversas Autoridades de Transportes (informação da CIMDouro)

Também de acordo com nova informação enviada pela CIMDouro, e dando cumprimento à alínea a) do nº 4 do artigo 4º do Decreto-Lei 1-A/2020 de 3 de janeiro, em 2020, a participação mínima de cada Autoridade de Transportes é de 10% da verba transferida pelo Estado. Considerando a afetação ao município de Vila Real da verba correspondente a **173.229,25€**, proveniente do Fundo Ambiental, a participação mínima será de **17.322,92€**.

4. Proposta

Considerando que o PART prevê, como apoio à redução tarifária, as ações que envolvam uma ou mais das seguintes tipologias:

- a) Apoio à redução tarifária a todos os utilizadores;
- b) Apoio à redução tarifária ou à gratuitidade para grupos alvo específicos, incluindo pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, certificada por Atestado Médico de Incapacidade Multiusos;
- c) Apoio à criação de «passes família»;
- d) Apoio às alterações tarifárias decorrentes do redesenho das redes de transporte e da alteração de sistemas tarifários.

Considerando a importância que o histórico da utilização dos transportes público tem na escolha das tipologias e do tipo de utentes a abranger pelo PART, de modo a evitar desvios significativos relativamente ao montante global concedido.

Considerando os dados conhecidos relativamente aos transportes escolares e aos transportes Urbanos, e particularmente aos números conhecidos do PART 2019.

Submeto à consideração superior a aprovação da seguinte proposta:

1. Que a verba a disponibilizar pelo Fundo Ambiental seja direcionada para a tipologia referida nas alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei 1-A/2020 de 3 de janeiro e aplicada em concreto:

a) Redução em 100 % da comparticipação dos alunos não abrangidos pelo transporte escolar gratuito, nos termos do D.L. 299/84 de 5 de setembro, com a redação atual.

b) Redução da tarifa do passe mensal dos Transportes Urbanos, atualmente fixado em 28,20€ que, assim, passará a custar 22,00€.

2. Que seja dado conhecimento, da deliberação tomada, à Assembleia Municipal.

Segue em anexo o Plano de Aplicação do PART 2020 para o Município de Vila Real”.

Em 05/02/2020 o Diretor do DPGT emitiu o seguinte parecer:

“Ao Sr. Vereador concordo. Propõe-se o envio à reunião de Câmara para deliberação”.

Em 05/02/2020 o Vereador Adriano Sousa emitiu o seguinte Despacho:

“Concordo. Considerando que o valor do PART ainda não está fechado, proponho que a Câmara Municipal aprove a presente proposta, sem embargo de os valores finais serem acertados após se conhecer o valor exato a atribuir ao município de Vila Real”. -----

----- DELIBERAÇÃO: 1- Aprovar a redução em 100 % da comparticipação dos alunos não abrangidos pelo transporte escolar gratuito, nos termos do D.L. 299/84 de 5 de setembro, e a redução da tarifa do passe mensal dos Transportes Urbanos que passa de 28,20€ para 22,00€, nos termos da informação dos serviços. -----

2 - Dar conhecimento à Assembleia Municipal. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 20 de fevereiro de 2020». -----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Senhor Presidente deseja usar da palavra? -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Este é um ponto para que a Assembleia Municipal tome conhecimento, acho que estamos avançar também nesta área reduzindo onde nos é possível reduzir os preços que temos melhor. -----

----- Queremos que sejam mais ágeis, mais rápidos e que sirvam mais população. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Está aberto o período de discussão para este quinto ponto. Dado que não há ninguém que queira usar da palavra, coloco este ponto à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.** -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

SEXTO PONTO

Aprovar a alteração à Estrutura Orgânica Nuclear e Mapa de Pessoal do município, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, do nº 3 do artigo 4º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, e das alíneas m) e o) do n.º 1 do artigo 25 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2020**).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 20/02/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação: -----

-----**ASSUNTO: - Alteração da Estrutura Orgânica e Mapa de Pessoal** -----

- Presente à reunião proposta da Vereadora Mafalda Vaz de Carvalho do seguinte teor:

“Considerando que o município possui um modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, com uma estrutura nuclear constituída por:

- 2 Unidades orgânicas nucleares, lideradas por titulares de cargos de Direção Intermédia de 1.º Grau: Departamento Administrativo e Financeiro (DAF) e Departamento de Planeamento e Gestão do Território (DPGT);

- 15 Unidades orgânicas flexíveis, das quais 6 lideradas por titulares de cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau (Chefe de Divisão), 7 lideradas por titulares de cargos de Direção Intermédia de 3º Grau (Chefe de Serviços) e 2 lideradas por titulares de cargos de Direção Intermédia de 4º Grau (Coordenador de Serviço).

Considerando que a Lei 42/2016, de 28 de dezembro (LOE-2017), revogou o artigo 9º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que impunha limites ao nº de dirigentes de direção intermédia de 3.º grau.

Considerando os requisitos dos titulares dos cargos dirigentes de direção intermédia de 3º e 4º grau fixados por deliberação da Assembleia Municipal de 20/12/2012 e de 28/02/2019:

- **Designação** - Chefe de Serviços (Direção Intermédia de 3º grau) e Coordenador de Serviço (Direção Intermédia de 4º grau);
- **Área de Recrutamento** - Trabalhadores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, integrados no mapa de pessoal do município de Vila Real;
- **Remuneração** - 6º e 4º posição remuneratória da carreira geral de Técnico Superior, para os cargos de direção intermédia de 3º e 4º grau, respetivamente;
- **Requisitos do Recrutamento** - Licenciatura e no mínimo 3 anos de experiência profissional em carreiras ou categorias para cujo exercício seja exigível uma licenciatura.
- **Competências** - Coordena as atividades e gere os recursos humanos, orçamentais, materiais e tecnológicos do equipamento/unidade orgânica com uma missão concretamente definida e com as competências e atribuições cometidas aos titulares de cargos de dirigentes previstas no artigo 15º da Lei nº 49/2012, com as necessárias adaptações.

Considerando que na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprova a Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais o município de Vila Real já assumiu competências em alguns domínios, prevendo-se a obrigatoriedade, da assunção da totalidade das competências, a partir de 01/01/2021;

Considerando que no processo da criação da Empresa Intermunicipal “Águas do Interior Norte” o município teve de internalizar na DEI os serviços da ex-EMARVR: Recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos e Gestão da ETA- Estação de Tratamento de Água do Alvão;

Considerando que a gestão mais eficiente dos recursos municipais, decorrente do acréscimo de competências assumidas pelo município, e os importantes projetos em curso sob a coordenação e orientação técnica do Chefe da DEI - Divisão de Equipamentos e Infraestruturas, obriga a efetuar alguns ajustamentos nesta unidade orgânica, conferindo-lhe o nível de Departamento Municipal que já teve no passado;

Considerando que num processo contínuo de reflexão, observação e avaliação do modelo de organização, no sentido de lhe dar uma maior coerência e capacidade de resposta no desempenho das funções que deve assegurar, se constata que existem uma série de

equipamentos cuja gestão exige conhecimentos muito específicos e grande responsabilidade, e que esta tem vindo a ser assumida por técnicos da autarquia, sem que sejam titulares de cargo dirigente.

Considerando a necessidade de se conferir legitimidade e competências aos responsáveis pelos equipamentos referidos, para que possa ser assegurado:

- O cumprimento das normas regulamentares do município;
- O cumprimento das obrigações decorrentes de protocolos e outros contratos firmados entre o município e entidades públicas ou privadas;
- A aplicação de procedimentos relativos para uma melhor gestão dos colaboradores e redução e eliminação de consumos intermédios, com potencial de ganhos de eficiência na despesa municipal;
- A avaliação de desempenho (SIADAP) dos funcionários afetos a cada um dos equipamentos.

Considerando que com a criação de unidades orgânicas flexíveis, para gestão destes equipamentos, lideradas por titulares de cargos de Direção Intermédia de 4º Grau é possível estimar o acréscimo global da despesa decorrente deste exercício, tendo em consideração as remunerações dos atuais responsáveis, sendo o acréscimo mensal global estimado em 3 775 €.

Considerando as carências de trabalhadores, sobretudo Assistentes Operacionais, para reforço da DEI no exercício de funções de carácter permanente, eliminando-se tendencialmente o recurso a pessoal com Contratos de Emprego e Inserção e Contratos de tarefa;

Considerando os morosos atos administrativos inerentes aos procedimentos concursais para recrutamento dos titulares dos cargos dirigentes, prevendo-se que os provimentos venham a acontecer durante o último trimestre de 2020, cujos encargos têm um reduzido impacto no orçamento, sendo por isso suficiente a atual dotação prevista na classificação económica 01.01.04.01.

Nesta conformidade proponho que a Câmara Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 4º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto e do nº 4 do artigo 29º da Lei nº. 35/2014, de 20 de junho, conjugados com a alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. A criação da Unidade Orgânica Nuclear, liderada por titular de cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau: Departamento de Equipamentos e Infraestruturas (DEI), com as seguintes atribuições:

- Garantir as tarefas de conceção, e controlo da execução dos projetos, contribuindo para elevar o padrão de qualidade das infraestruturas municipais;
- Assegurar a construção, conservação e reabilitação dos edifícios e equipamentos municipais, designadamente os escolares e destinados a práticas culturais ou desportivas.
- Executar tarefas relativas à construção, conservação e reabilitação de infraestruturas públicas, espaços exteriores, equipamentos e edifícios pertencentes ou a cargo da Autarquia;

- *Gestão e manutenção dos espaços verdes, dos cemitérios, dos serviços recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos e da limpeza e higienização do espaço público.*
- *Gerir o parque de viaturas e máquinas e os armazéns.*
- *Promover todos os procedimentos de contratação pública destinados ao lançamento de empreitadas e à sua adjudicação.*
- *Gerir o parque de viaturas e máquinas e os armazéns.*

2. *A alteração das atribuições do Departamento de Planeamento e Gestão do Território (DPGT) que passam a ser as seguintes:*

- *Contribuir para a definição fundamentada dos objetivos de desenvolvimento, e decisões de planeamento estratégico do concelho.*
- *Assegurar a elaboração dos instrumentos de gestão do território e as atividades relativas à gestão, licenciamento e autorização das operações urbanísticas no âmbito da estratégia global do desenvolvimento municipal;*
- *Coordenar os procedimentos administrativos relacionados com a reabilitação urbana, nomeadamente preparação de candidaturas para financiamento a obras particulares;*
- *Gerir o espaço público no que respeita à ocupação da via pública e do subsolo, assegurando a articulação de todas as intervenções no mesmo;*
- *Conceber os meios e promover as medidas de proteção do ambiente;*
- *Assegurar as tarefas técnicas relativas ao controlo de poluição hídrica, dos solos, sonora e atmosférica, por iniciativa municipal;*
- *Elaborar e executar projetos de intervenção nas áreas do trânsito e transportes, contribuindo para o ordenamento da circulação, do estacionamento e para a segurança rodoviária.*
- *Assegurar a fiscalização das concessões dos Transportes Urbanos e do Estacionamento.*

3. *A criação das seguintes unidades orgânicas flexíveis lideradas por titular de cargo de direção intermédia de 4.º grau:*

Na direta dependência do Diretor de Departamento de Equipamentos e Infraestruturas:

Serviços Urbanos

Serviços de Estudos e Projetos

Na direta dependência do Chefe da Divisão de Educação, Desporto e Juventude:

Serviços de Gestão da Residência de Estudantes

Na direta dependência do Vereador da Cultura:

Serviços de Gestão do Teatro Municipal

Serviços de Gestão dos Museus Municipais

Serviços de Gestão do Arquivo Municipal

4. Que as competências e atribuições cometidas aos titulares de cargos de direção intermédia de 4.º grau (Coordenador de Serviços) sejam, com as necessárias adaptações, as cometidas aos titulares de cargos de direção intermédia, previstas no artigo 7º do regulamento orgânico deste município, sendo resumidamente as principais áreas de atuação:

Unidades Orgânicas de 4º Grau	Áreas de Atuação
Serviços Urbanos	Assegurar a prestação dos serviços das áreas de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, dos Espaços Verdes, Parques e Jardins, dos Cemitérios, da Limpeza Urbana, etc.;
Serviços de Estudos e Projetos	Assegurar a prestação dos serviços ao nível da elaboração de projetos, de medições e orçamentos para obras públicas, de topografia, da preparação de processos para a contratação pública de obras, de fiscalização de obras, etc.
Serviços de Gestão da Residência de Estudantes	Assegurar a gestão da Residência de Estudantes em articulação com a Direção Regional de Educação Norte.
Serviços de Gestão do Teatro Municipal	Assegurar a gestão do Teatro e desenvolver iniciativas de natureza cultural, fomentando o estabelecimento de parcerias com empresas, associações e outros organismos públicos ou privados.
Serviços de Gestão dos Museus Municipais	Assegurar a gestão do Museu de Arqueologia e Numismática, e da Vila Velha, e desenvolver iniciativas de natureza cultural, fomentando o estabelecimento de parcerias com associações, empresas e outros organismos públicos ou privados.
Serviços de Gestão do Arquivo Municipal	Assegurar a gestão do Arquivo Municipal e desenvolver iniciativas de natureza cultural, fomentando o estabelecimento de parcerias com associações, empresas e outros organismos públicos ou privados.

5. A alteração da denominação da Divisão de Equipamentos e Infraestruturas que passa a ser designada como Divisão de Obras Municipais;

6. Que os serviços do Aeródromo Municipal, do Gabinete Médico Veterinário e do Gabinete de Proteção Civil e Defesa da Floresta, diretamente dependentes da Presidência, sejam liderados por titular de cargo de direção intermédia de 4.º grau.

7. A criação dos seguintes 9 lugares no mapa de Pessoal:

Coordenador dos Serviços do Aeródromo Municipal

Coordenador do Gabinete Médico Veterinário

Coordenador do Gabinete de Proteção Civil e Defesa da Floresta

Coordenador dos Serviços da Residência de Estudantes

Coordenador dos Serviços de Gestão dos Serviços Urbanos

Coordenador dos Serviços de Estudos e Projetos

Coordenador dos Serviços de Gestão do Teatro Municipal

Coordenador dos Serviços de Gestão dos Museus Municipais

Coordenador dos Serviços de Gestão do Arquivo Municipal

8. *A criação de 4 lugares no mapa de Pessoal da Carreira e Categoria de Assistente Operacional – área de Cantoneiro de Vias Municipais.*

9. *A criação de 1 lugar de Encarregado Geral - Área de Equipamentos Desportivos.*

10. *As atribuições e competências das unidades orgânicas flexíveis propostas, serão posteriormente aprovadas pela Câmara Municipal como dispõe a alínea a) do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro (Regime Jurídico de Organização dos Serviços das Autarquias Locais) ”.*

-----DELIBERAÇÃO: Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, do nº 3 do artigo 4º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, do nº 4 do artigo 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, conjugados com as alíneas m) e o) do n.º 1 do artigo 25 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 20 de fevereiro de 2020». -----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, disse: Senhor Presidente, deseja usar da palavra? Faça favor. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL agradeceu e disse: Este ponto tem como objectivo, otimizar a estrutura orgânica da Câmara Municipal, em função daquilo que é a atual realidade e as exigências que se põem na Câmara Municipal. Muito obrigado. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e abriu o período de discussão sobre este ponto da Ordem do Dia. Quem quiser usar da palavra, faça o favor de se inscrever, Senhor Deputado Patrique Alves, faça o favor. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: A atual estrutura orgânica e mapa de pessoal assenta na revogação do artigo nono da lei quarenta e nove de dois mil e doze. -----

---- Dito isto, desta forma, parece absolutamente inócuo mas, se pensarmos bem, esta lei entrou em vigor porque o Governo do Partido Socialista havia levado o país à banca rota. ----

---- E salientamos que é a terceira vez na nossa vivência democrática que isto acontece. -----

---- Anos de esforço que os nossos antecessores não podem ser deitados fora, nem podemos esquecer este período tão doloroso. Mas também não podemos esquecer que vivemos no Município fiscalmente pouco amigo dos Municípios. -----

---- Ora, esta alteração propõe a criação de um novo Departamento, a criação do Departamento de Equipamentos e Infraestruturas que poderão não ter naquilo que nos foi explicado na reunião da Comissão de Finanças, impacto financeiro imediato, mas que, na nossa interpretação, reforço segundo a nossa interpretação, poderão ter impactos futuros. -----

---- Gostaríamos também aqui, Senhor Presidente, de deixar aquela que é a nossa visão, reforço a nossa visão, relativamente, a serviços que agora são internalizados no Município. -----

---- Recordo que, relativamente à questão da criação das Águas do Interior Norte nós levantamos algumas questões, nomeadamente no que diz respeito ao Know-how que ficaria na empresa e não transitaria para o Município, nomeadamente na questão da gestão de resíduos. -----

---- E, pelo que nos é dito aqui, a criação do novo Departamento resulta também, parece-nos a nós, da transição dos serviços, nomeadamente na área dos resíduos que transitaram da Emar para o Município. -----

---- E, portanto, não terá sido ou não será, parece-nos a nós, tão inócua essa migração de serviços. Levantamos a dúvida e parece-nos que o caminho que está agora a ser trilhado nos vem dar razão, obviamente, nós entendemos que o Município deve ter trabalhadores motivados, bem pagos, bem como todas as pessoas que trabalham neste concelho e no nosso país. -----

---- Não podemos aceitar de bom grado que se criem condições para aumento da despesa da forma como aqui está a ser proposto, reiterando que aparentemente no imediato isso não acontecerá e termos essa dura realidade a bater-nos à porta. -----

---- Face a isso, Senhor Presidente, nós votaremos contra esta vossa proposta. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e concedeu a palavra ao Senhor Presidente. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: No fundo a posição do CDS é: queremos os trabalhadores mais motivados, queremos os trabalhadores mais bem pagos, queremos delegação de competências, mas esses trabalhadores não têm direito a lugares de chefia, não têm direito a ganhar mais, não tem direito rigorosamente a mais nada porque nós CDS queremos continuar a explorar o mais possível os trabalhadores, nomeadamente aqueles que estão em exercício. -----

---- Essa é a sua posição, registre, não mudou. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Já que não há mais inscrições, coloco este ponto à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria** a alteração à Estrutura Orgânica Nuclear e Mapa de Pessoal do município

Apuramento dos Votos:

Contra: 1 voto do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, Patrique José Luís Alves

Abstenções: 0 votos

A favor: 44 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PS e PSD. Do PSD: 12 votos e PS: 32 votos.

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, no uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos à discussão dos dois últimos pontos da Ordem do Dia, o sétimo e o oitavo que são aprovar a celebração de contratos-programa. E utilizando a metodologia em Assembleias Municipais anteriores, propõe-se a discussão conjunta destes dois pontos, aceite por unanimidade.

SÉTIMO PONTO

Aprovar a celebração de Contrato-Programa com a Freguesias de Abaças, para apoiar a execução de investimentos na Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2020**)

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

---- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 20/02/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação: -----

-----**ASSUNTO: - Participação Financeira às Freguesias para Investimentos - Freguesia de Abaças** -----

- Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:

“Procurando garantir o financiamento necessário para a realização de algumas obras de extrema importância nas freguesias do Concelho e promovendo a desconcentração e a

descentralização, a Câmara Municipal de Vila Real, consciente das dificuldades financeiras com que as juntas de freguesia se debatem, proporciona a celebração de contratos-programa com as Juntas de Freguesia que permitirão que estas realizem as obras de imediato.

Nesta sequência e após a informação dos técnicos da Autarquia e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, proponho que a Câmara Municipal ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma lei, a celebração de Contrato-Programa com a Junta de Freguesia de Abaças, e no qual é estabelecida uma comparticipação financeira municipal de 40 000 € (quarenta mil euros) para a realização de investimento na freguesia, especificamente as obras de pavimentação em cubos na Rua do Agro em Abaças, reconstrução do Muro do Pinheiral em V. Tanha, reconstrução do Muro da Tranganheira em V. Tanha, reconstrução do Muro do Castro em Abaças, reconstrução do Muro do Caminho do Muro em Abaças, pavimentação em cubo na Rua do Barreiro em Abaças, pavimentação em cubo na Rua do Hospital em Abaças, pavimentação em cubo na Rua do Pombal em Fontelo, pavimentação em cubo da Travessa da Fonte, Rua de São Gonçalo em Abaças e pontos de informação.

A obra representa um investimento global de € 43 442 (quarenta e três mil quatrocentos e quarenta e dois euros).

Esta proposta está prevista no projeto PAM n.º 202/2018 com a classificação económica 0805010201, com o cabimento n.º 808.

MINUTA CONTRATO-PROGRAMA

Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma, é celebrado o seguinte Contrato-Programa entre:

1.º Outorgante – Câmara Municipal de Vila Real;

e

2.º Outorgante – Junta de Freguesia de Abaças;

que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.º

Objeto

Constitui objeto do presente Contrato-Programa a definição do processo de cooperação financeira entre as partes contratantes com vista à execução das obras de pavimentação em cubos na Rua do Agro em Abaças, reconstrução do Muro do Pinheiral em V. Tanha, reconstrução do Muro da Tranganheira em V. Tanha, reconstrução do Muro do Castro em Abaças, reconstrução do Muro do Caminho do Muro em Abaças, pavimentação em cubo na Rua do Barreiro em Abaças, pavimentação em cubo na Rua do Hospital em Abaças,

pavimentação em cubo na Rua do Pombal em Fontelo, pavimentação em cubo da Travessa da Fonte, Rua de São Gonçalo em Abaças e pontos de informação, cujo investimento global se estima em € 43 442, validado pelos serviços técnicos municipais.

Cláusula 2ª

Período de Vigência do Protocolo

O presente contrato aprovado na Assembleia Municipal de .../.../..., produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e cessa em 31 de dezembro de 2020.

Cláusula 3ª

Direitos e Obrigações das Partes

1. *Compete à Câmara Municipal:*

- a) *Prestar o apoio técnico que eventualmente lhe for solicitado;*
- b) *Acompanhar a execução física e financeira dos trabalhos e visar os documentos de despesa através dos serviços técnicos municipais;*
- c) *Garantir a comparticipação financeira e transferir o montante do financiamento constante da Cláusula 4ª.*

2. *Compete à Junta de Freguesia de Abaças:*

- a) *Exercer os poderes que integram a sua qualidade de dono da obra, nomeadamente a gestão administrativa e financeira do projeto;*
- b) *Promover a realização dos trabalhos e fiscalizar adequadamente a sua execução;*
- c) *Elaborar a conta final da obra, remetendo à Câmara Municipal cópia dos documentos da despesa, no prazo de 30 dias após a realização da mesma;*
- d) *Cumprir as orientações técnicas que a Câmara Municipal eventualmente apresentar;*
- e) *Não afetar a comparticipação recebida a fim diverso do referido na Cláusula 1ª;*

Cláusula 4ª

Instrumentos Financeiros e Responsabilidade de Financiamento

1. *A comparticipação financeira da Câmara Municipal é de 40 000 €, a qual será suportada pela dotação do projeto PAM nº 202/2018, com a classificação económica 0805010201, com o cabimento nº 808.*
2. *O processamento da comparticipação financeira será efetuado mediante pedido de pagamento formulado pela Freguesia e informação dos serviços técnicos municipais.*

Cláusula 5ª

Resolução do Protocolo

1. *Qualquer dos outorgantes pode resolver o presente Contrato-Programa, perante o incumprimento de alguma das suas cláusulas pela outra parte.*

2. Caso o incumprimento seja da responsabilidade da Junta de Freguesia de Abaças, a Câmara Municipal terá direito a ser reembolsada de todas as verbas transferidas ao abrigo do presente Contrato-Programa”.

----- DELIBERAÇÃO: 1 - Aprovar a minuta de Contrato -rograma.-----
2 - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração do Contrato-Programa com a Freguesia de Abaças, para apoiar a execução de investimentos na Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. –

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 20 de fevereiro de 2020». -----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTES DOIS PONTOS, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, disse: Senhor Presidente da Câmara, se quiser prestar algum esclarecimento sobre este ponto, faça favor. Não pretende. Está aberto o período de discussão sobre estes pontos da Ordem do Dia. Quem quiser usar da palavra, faça o favor de se inscrever, dado que não há nenhuma inscrição, coloco à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade a celebração de Contrato-Programa com a Freguesias de Abaças.** -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

OITAVO PONTO

Aprovar a celebração de Contrato-Programa com a Freguesias de Lordelo, para apoiar a execução de investimentos na Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2020**)

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 20/02/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação: -----

----- ASSUNTO: - Participação Financeira às Freguesias para Investimentos - Freguesia de Lordelo -----

- Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:

“Procurando garantir o financiamento necessário para a realização de algumas obras de extrema importância nas freguesias do Concelho e promovendo a desconcentração e a descentralização, a Câmara Municipal de Vila Real, consciente das dificuldades financeiras com que as juntas de freguesia se debatem, proporciona a celebração de contratos-programa com as Juntas de Freguesia que permitirão que estas realizem as obras de imediato.

Nesta sequência e após a informação dos técnicos da Autarquia e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, proponho que a Câmara Municipal ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da mesma lei, a celebração de Contrato-Programa com a Junta de Freguesia de Lordelo, e no qual é estabelecida uma participação financeira municipal de 15 000 € (quinze mil euros) para a realização de investimento na freguesia, especificamente as obras de pavimentação da Rua dos Costas, Rua da Eira, Largo do Campo e construção em granito de muro de alargamento na Rua dos Costas.

A obra representa um investimento global de € 15 130 (quinze mil cento e trinta euros). Esta proposta está prevista no projeto PAM n.º 202/2018 com a classificação económica 0805010207, com o cabimento n.º 805.

MINUTA CONTRATO-PROGRAMA

Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do referido diploma, é celebrado o seguinte Contrato-Programa entre:

1º Outorgante – Câmara Municipal de Vila Real;

e

2º Outorgante – Junta de Freguesia de Lordelo;

que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

Constitui objeto do presente Contrato-Programa a definição do processo de cooperação financeira entre as partes contratantes com vista à execução das obras de pavimentação da Rua dos Costas, Rua da Eira, Largo do Campo e construção em granito de muro de alargamento na Rua dos Costas, cujo investimento global se estima em € 15 130, validado pelos serviços técnicos municipais.

Cláusula 2ª

Período de Vigência do Protocolo

O presente contrato aprovado na Assembleia Municipal de .../.../..., produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e cessa em 31 de dezembro de 2020.

Cláusula 3ª

Direitos e Obrigações das Partes

1. *Compete à Câmara Municipal:*
 - a) *Prestar o apoio técnico que eventualmente lhe for solicitado;*
 - b) *Acompanhar a execução física e financeira dos trabalhos e visar os documentos de despesa através dos serviços técnicos municipais;*
 - c) *Garantir a comparticipação financeira e transferir o montante do financiamento constante da Cláusula 4ª.*

2. *Compete à Junta de Freguesia de Lordelo:*
 - a) *Exercer os poderes que integram a sua qualidade de dono da obra, nomeadamente a gestão administrativa e financeira do projeto;*
 - b) *Promover a realização dos trabalhos e fiscalizar adequadamente a sua execução;*
 - c) *Elaborar a conta final da obra, remetendo à Câmara Municipal cópia dos documentos da despesa, no prazo de 30 dias após a realização da mesma;*
 - d) *Cumprir as orientações técnicas que a Câmara Municipal eventualmente apresentar;*
 - e) *Não afetar a comparticipação recebida a fim diverso do referido na Cláusula 1ª;*

Cláusula 4ª

Instrumentos Financeiros e Responsabilidade de Financiamento

1. *A comparticipação financeira da Câmara Municipal é de 15 000 €, a qual será suportada pela dotação do projeto PAM n.º 202/2018, com a classificação económica 0805010207, com o cabimento n.º 805.*

2. *O processamento da comparticipação financeira será efetuado mediante pedido de pagamento formulado pela Freguesia e informação dos serviços técnicos municipais.*

Cláusula 5ª

Resolução do Protocolo

1. *Qualquer dos outorgantes pode resolver o presente Contrato-Programa, perante o incumprimento de alguma das suas cláusulas pela outra parte.*

2. *Caso o incumprimento seja da responsabilidade da Junta de Freguesia de Lordelo a Câmara Municipal terá direito a ser reembolsada de todas as verbas transferidas ao abrigo do presente Contrato-Programa” .-----*

-----**DELIBERAÇÃO:** 1 - *Aprovar a minuta de Contrato-Programa. -----*
2 - *Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração do Contrato-Programa com a Freguesia de Lordelo, para apoiar a execução de investimentos na Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.--*

----- *Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----*

----- *Câmara Municipal de Vila Real, 20 de fevereiro de 2020».* -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: votemos o oitavo ponto.

----- **DELIBERAÇÃO:** **Aprovada por unanimidade** a celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Lordelo. -----

APÓS A ORDEM DO DIA

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** disse: foi presente à Mesa da Assembleia Municipal sete petições de Municípes que têm intenção de usarem da palavra, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Real, relembro que cada Município tem o direito de falar durante cinco minutos e terão direito a resposta pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal igualmente durante cinco minutos. -----

----- **O MUNÍCIPE MANUEL CARLOS GUERRA MASSA**, No uso da palavra, disse: Exmos. Senhores Presidentes e restantes Membros da Assembleia e da Câmara Municipal de Vila Real, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

---- Após múltiplas deslocações ao Gabinete de Atendimento em que só a funcionária de serviço me atendeu; -----

---- Duas cartas e uma intimação judicial; -----

---- Uma reunião com o Senhor Doutor António Ramalho e a Senhora Doutora Catarina Peixoto; -----

---- E uma vinda nocturna e soturna na sua reta final, a esta a Assembleia Municipal em dezassete de dezembro passado; -----

---- Sou a comunicar-lhes que em dezoito de fevereiro recebi uma carta da Câmara Municipal, em que, finalmente, me facultaram grande parte dos dados que solicitei há vários meses, ainda que, com tanta areia à mistura como a que, aqui, em dezassete de dezembro, o Senhor Vereador de Ordenamento do Territórios e Urbanismo me lançou para os olhos, felizmente protegidos por uns óculos de lentes progressivas multifuncionais, prefigurando um “modus operandi” corporativista supostamente em defesa do superior interesse da Instituição Municipal, ainda que totalmente divergente e altamente prejudicial para os infelizes Munícipes contemplados. -----

----- Analisei os dados com a devida atenção e, como antevi, pude constatar na Planta de Condicionantes do PU (Plano de Urbanização), na Freguesia de Parada de Cunhos que a minha Quinta da Telheira foi integralmente classificada há muitos anos e assim continua na REN concelhia, sem qualquer perequação compensativa justa e equitativa, talvez porque nessa data não tinha dono nem provedor e possuía duas lagoas artificiais que não foram objeto Restitutio ad Integrum, como a lei das concessões mineiras obrigava e ainda obriga, mas que nenhuma Instituição Estatal ou Para-Estatal ordenou cumprir. -----

----- Ao contrário do que me tentaram impingir é obrigatoriamente a Câmara Municipal a dar o tiro de partida, competindo-lhe apresentar a nova proposta de delimitação da REN à CCDRNorte, em conformidade com o disposto nos artigos décimo a décimo sexto A do republicado Decreto – Lei número cento e sessenta e seis barra dois mil e nove de vinte e dois de agosto. -----

---- Sendo que, de acordo com a portaria quatrocentos e dezanove barra dois mil e doze de vinte de dezembro, nos termos do artigo vigésimo do Regime Jurídico da REN, podem realizar-se novas construções mesmo habitacionais e ampliar-se pré-existentes até ao limite de duzentos e cinquenta metros de área de implantação, o que, numa tipologia de moradia com rés-do-chão e primeiro andar permite uma área bruta de construção de quinhentos metros quadrados, pelo que, o limite de trezentos metros quadrados de área bruta de construção proposto nas Normas Provisórias (PU) é prepotente, folixa muitos Munícipes, e constitui, relativamente ao estabelecido no artigo trigésimo do PDM/ Zona de Vila Real, uma expropriação de direitos que, por não resultar objetiva e diretamente da Lei, determina, nos termos do número dois do artigo sexagésimo segundo da Constituição da República, pagamento da justa indemnização. -----

---- Para além da retirada do inconstitucional, limite mínimo de duzentos metros quadrados de área bruta de construção que figurava nas Normas Provisórias que foram publicadas em maio de dois mil e dezanove, mas que, na aprovação realizada aqui em agosto nesta Assembleia, já não constavam, não conseguiu enxergar uma postura dialética introspetiva e construtiva das sugestões formuladas pelos Munícipes, as quais foram de imediato rotuladas de reclamações, apenas pelo simples facto de divergirem das parametrizações autistas e autocráticas decididas pela Câmara Municipal de Vila Real. -----

----- Sem inequívoco substrato legal e objetivo e que só não foram aprovadas de rajada, porque a porra do artigo quinto do Decreto-lei número oitenta de dois mil e quinze de catorze de maio, obriga a informar e ficar dependente do povoíeu que nada percebe do

assunto e até parece apostado em desordenar o território sem qualquer ponta de urbanidade. -----

---- Referiu o Senhor Presidente da Câmara Municipal conforme consta a página cento e vinte e nove da ata número dezanove de dois mil e dezanove de dezassete de dezembro, não ter nenhum problema ideológico relativamente ao PDM ou PU e que apenas transferiu para os serviços a responsabilidade de negociar com a CCDR o uso dos solos e cumprir religiosamente a Lei, e pese as diferentes camisolas que temos vestidas, até acredito em Vossa Excelência, só que desses serviços em quem delegou terem sido mais papistas que os dois papas juntos, o Papa Francisco na área executível e o Emérito Papa Bento dezasseis, e propuseram servidões versus limitações administrativas mais penalizadoras que as impostas pela REN, ou seja, bom de área bruta de construção para pré-existência e assuntos de lavoura, não permitindo em terrenos agrícolas novas construções estritamente e sobretudo habitacionais, configurando estas restrições um abuso de direito que afeta os meus direitos subjetivos (e de muitos outros Municípios), pelo que, de acordo com a lei, exijo que esse direito administrativo arbitrário e discricionariamente exercido pelos serviços da Câmara Municipal de Vila Real, seja exercido com equilíbrio lógico e racionalidade, sob pena de promover a impugnação direta do Plano de Urbanização, em conformidade com o disposto no número dois do artigo sétimo do Decreto – Lei número oitenta de dois mil e quinze de catorze de maio e alertar a comunicação social para os filhos versa abortos que no figurino atual a Câmara pretende fazer em mulheres alheias. -----

---- Sei que não há contraditório autorizado no âmbito do Regimento pelo que, caso haja resposta por quem de direito, agradeço seja obrigatoriamente referido se os malefícios administrativos supra-referidos poderão ser corrigidos, ressuscitando em sua substituição os aspetos plasmados nos números um e dois do artigo trigésimo do PDM de Vila Real, publicado em vinte e dois de março de dois mil e onze, a bem de todos os infelizes contemplados e se eventualmente este Executivo considera corrigir a título de perequação compensatória o atual enquadramento ecológico da Quinta da Telheira, ou se, pelo contrário, qualquer semelhança das mintas proposições com a realidade é pura coincidência.

---- Permita-me o Senhor Presidente e a restante Mesa desta Assembleia considerem alargar um pouco os cinco minutos destinados a cada intervenção do público. -----

---- Muito obrigado, e a todos um bom fim-de-semana. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu pedia ao Senhor Vereador Adriano Sousa que pudesse responder às questões que aqui foram abordadas. Muito obrigado. -----

---- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ADRIANO SOUSA)** agradeceu e disse: Eu vou ser muito sintético, este assunto já foi aqui abordado na sessão da Assembleia Municipal de



dezassete de dezembro de dois mil e dezanove. -----
As questões que foram aqui levantadas e que estão aqui em ata são praticamente aquelas que foram agora apresentadas. -----

----- E aquilo que me apraz registar é o seguinte: -----

Primeiro, a questão da delimitação da competência da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte, portanto, a Câmara Municipal ao contrário do que foi referido aqui, não tem que iniciar o processo de delimitação da REN, é à Comissão de Coordenação que compete fazer essa delimitação. -----

--- Segundo, pareceu-me aqui também que, com o regime da REN e com o regime dos terrenos agrícolas porque as exceções de REN e as exceções da RAN têm que ser solicitadas às Comissões respetivas e não à Câmara Municipal. -----

--- Eu, se quiser construir num terreno que seja Reversa Agrícola Nacional, tenho que pedir a desafetação desse terreno e o pedido de desafetação é feito pelo requerente à Comissão Regional da Reserva Agrícola competente. A Câmara Municipal não tem que desafetar terrenos da RAN nem terrenos da REN. -----

--- Agora, a questão da Quinta da Telheira que, por acaso, nas plantas de condicionantes do Plano Diretor Municipal que foi publicado em dois mil e onze é óbvio que a Quinta está toda classificada como REN, mas não foi a Câmara Municipal que a classificou como REN, foram os Serviços da Administração Central que fizeram essa classificação. -----

---- Ao fazer, se houver algum pedido de indemnização a fazer, tem que ser feito ao organismo da Administração Central. -----

--- É isso que eu tenho a dizer, não tenho que acrescentar rigorosamente mais nada àquilo que foi neste momento referido. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passaríamos ao requerimento da Munícipe Senhora Dona Magda Sofia Serrasqueiro Berta Lourenço faça o favor. -----

---- **A MUNÍCIPE MAGDA SOFIA SERRASQUEIRO BERTA LOURENÇO**, No uso da palavra, disse: Boa noite a todos, venho falar-vos da Panificadora do Arquiteto Nadir Afonso ou da história da morte de um edifício do movimento moderno de arquitetura do século XX de uma oportunidade perdida para a cultura e economia da cidade. -----

---- Começo por citar um provérbio árabe que se aplica ao que se passou e que depois vou apresentar uma linha de tempo explicando este histórico. -----

---- “Quem quer fazer algo, encontra sempre uma maneira, quem não quer fazer, arranja desculpas! é este o fio condutor da minha comunicação. -----

---- Em mil novecentos e sessenta e cinco tivemos o privilégio de ter a Panificadora Nadir Afonso em Vila Real, sei que funcionou, ouvi histórias de pessoas que trabalharam lá, foram muitas as pessoas com quem falei, só que, em mil novecentos e noventa, no início da década de noventa a fábrica encerrou. -----

----- Em mil novecentos e noventa e seis, entrou um pedido de informação prévia requerido pela administração da Panificadora para construir um edifício de habitação, provavelmente para valorizar aquele terreno, o qual obteve parecer positivo com a possibilidade de demolir e construir sobre a fábrica existente. -----

----- Não sei quem era o Presidente na altura, nem me interessa, estou a falar do presente e do futuro. -----

----- Em dois mil e um, aquele terreno foi adquirido pela empresa Pecarmeí do Senhor José António Meireles. -----

---- Em dois mil e três, corrijam-me se estiver errada, o Plano de Pormenor de Tourinhas prevê a demolição e construção de um bloco de habitação naquele local, Plano que hoje sabemos, já não está em vigor. -----

----- Em dois mil e seis, a empresa Pcarmeí entrega um projeto para construir um bloco de habitação que foi aprovado, mas que não avançou por falta de interesse do dono. -----

----- Em dois mil e treze, a arquiteta Carolina Rodrigues fez na sua tese de mestrado sobre a Panificadora, sei que existem cinco ou seis teses sobre o edifício, a tese dela tinha como título “Panificadora de Vila Real um moderno condenado à morte”, infelizmente, acertou no futuro. -----

----- Na tese, referia que o edifício se encontrava abandonado, sem qualquer tipo de vedação a resguardar o imóvel de usos clandestinos. -----

--- Tínhamos um caso de abandono de património versus interesse imobiliário, um edifício em estado de ruína consentida, disserta sobre a problemática do património. -----

----- A população e as entidades políticas não reconhecerem a necessidade da sua preservação. -----

---Trata-se de um terreno valioso e atrativo para rentabilização imobiliária. Os interesses económicos sobrepõem-se aos valores patrimoniais. -----

---- Por falta de proteção patrimonial oficial, por quem desconhece a sua cultura e a sua história, faltou verdadeira vontade política para proteger este património, o que se traduziu numa perda para a cidade, do ponto de vista urbano, arquitetónico, social e cultural. -----

----- Este podia ter sido um elemento estratégico para criar uma nova dinâmica para reativar a economia urbana. -----

---- Este edifício tinha boas condições de iluminação era um espaço de grande versatilidade, tinha uma estrutura aberta flexível, espaços amplos fáceis de adaptar a novos usos. -----

----- Outras cidades protegeram estes edifícios de caráter industrial, temos exemplos em Portugal de pólos empresariais, incubadoras de empresas, pólos de indústrias criativas, museus de património industrial ligados ao turismo industrial, vários exemplos em Portugal e noutras cidades. -----

----- Podia ter sido criado um novo ciclo económico mais sustentável, criando soluções que garantissem a permanência, a reutilização, conservação e revitalização daquele edifício. ----

----- Em alternativa há uma unidade comercial de grande dimensão, que pertence a uma multinacional, o Lidl, quando podíamos ter um edifício dedicado ao desenvolvimento local. --



----- Em cinco de maio de dois mil e catorze, o Lidl entregou um projeto de aditamento ao edifício já existente com uma pequena ampliação na fachada principal, para incluir uma área de pão quente, algo até irónico, face à história de uma Panificadora com pão verdadeiro versus o pão quente que vem congelado da Alemanha e que é aquecido, como todos sabem.

---- Em dois mil e quinze, é emitido um alvará de construção para o qual houve dois pedidos de prorrogação que foram aprovados. Ao terceiro pedido, já em dois mil e dezasseis, este foi indeferido por limite legal de pedidos de prorrogação. -----

----- O alvará caducou, em simultâneo, em dois mil e quinze aconteceu o referido Concurso de Regeneração Urbana, lançado pela Câmara Municipal de Vila Real e pela CIP, Confederação Empresarial de Portugal, este concurso foi aberto a arquitetos, para reunir ideias no Centro Histórico e também para o edifício da Panificadora. -----

----- Houve vários candidatos, vários concorrentes, houve classificados e o primeiro lugar foi um edifício com um mercado idêntico, se calhar ao que temos no Bom Sucesso no Porto, um mercado de produtos locais, mas também tinha um carácter comercial. -----

----- Um outro concorrente propôs um museu para as corridas de Vila Real, esse edifício como sabem está perto do circuito, podia ter sido uma utilização fantástica, já que a Câmara tem uma paixão pelas corridas, podia ter sido uma oportunidade. -----

----- Em doze de maio de dois mil e dezasseis, a arquiteta Ana Morgado que também fez uma tese sobre o edifício, pede a classificação do mesmo, como imóvel de interesse Nacional. ----

----- Em dois mil e dezassete, o Lidl entrega um novo aditamento ao edifício existente, que previa a construção de um piso subterrâneo para estacionamento e um piso à superfície, num total de sete mil, cento e cinquenta e oito metros quadrados, o qual foi aprovado pela Direção Regional da Cultura e pela CCDRN, porquê? Porque não tinha nada a ver com o terreno do edifício da Panificadora, a questão de ser classificado ou não era relevante porque este aditamento era só no terreno do Lidl. -----

----- Em dois mil e dezoito, o que é que acontece de significativo? **Interpelou o Senhor Presidente da Mesa**, dizendo que concluisse a sua exposição, pois, já leva o dobro do tempo daquele que é o permitido, estamos a ser tolerantes. **Continuou a Muniçipe Magda**, dizendo, se me interromperem a palavra eu voltarei e faço a segunda parte da exposição. **Interveio o Senhor Presidente da Mesa**, disse: é como a Senhora quiser, se vê que demora muito tempo, é igualdade perante todos, tem direito a cinco minutos, a Senhora já leva dez, faça favor de concluir, muito obrigado. **Continuou a Muniçipe Magda** disse: concluindo, o Lidl entregou vários projetos de aditamento, um deles em dois mil e dezoito. -----

---- Em dois mil e dezoito, o Lidl entrega um segundo aditamento, já no terreno que atualmente é do Lidl e que já estava com este processo desde dois mil e catorze, antes do tal concurso de ideias da regeneração urbana, ou seja, o Lidl já pretendia construir ali. -----

---- E o que é que acontece? A Direção Geral Cultura do Norte emite um parecer favorável condicionado, da demolição do edifício da Panificadora porque entretanto foi arquivado o seu processo de classificação, mas exigiu que fosse feita uma homenagem no edifício ao arquiteto Nadir Afonso, o que penso que vai ser explicado numa próxima intervenção. -----

----- Existe uma conferência decisória na CCDRN com a presença da Direção Regional da Cultura do Norte, com a presença do Município de Vila Real em que se decide então este parecer favorável à pretensão do Lidl. -----

----- Dia seis de fevereiro, o antigo proprietário disse ao jornal “Voz de Trás os Montes” que não tinha vendido o imóvel. -----

----- Dia dez, há uma reunião de Câmara que aprova o licenciamento e emite o alvará de construção que, neste momento, está lá afixado desde dezoito de fevereiro. -----

---- Com isto, concluo como uma frase, “O Património é um dever, o Património é um direito”. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente perante esta exposição queira usar da palavra se fizer o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Não me foi colocada nenhuma questão, não posso pronunciar-me sobre isto. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passaria a palavra à Múncipe Senhora Dona Maria Emília Pereira Simões de Abreu faça o favor. -----

----- **A MUNÍCIPE MARIA EMÍLIA PEREIRA SIMÕES DE ABREU**, No uso da palavra, disse: Boa noite a toda a Assembleia, é um prazer estar aqui mais uma vez com vocês, sou cliente frequente, como sabem. -----

----- Este livro que fala sobre o Património Cultural, foi publicado recentemente por uma pessoa que admiro muito, foi Ministro do António Guterres, que é o Guilherme de Oliveira Martins e que, para mais, é o atualmente Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian. É um livro que custa só três euros e quinze e peço perdão pela publicidade, tem cerca de cem páginas, isto quer dizer que quase todos vocês podem lê-lo tranquilamente, não é assim muito pesado. -----

---- Então, é muito interessante porque, por exemplo, logo no início tem uma frase muito interessante: “o património seguro como primeiro recurso do compromisso democrático, em prol da dignidade da pessoa humana, da diversidade, constitui um capital cultural, resultante do engenho do trabalho de mulheres e homens, tornando factores desenvolvimento e de incentivo à criação”. -----

--- No fim tem uma coisa muito interessante, para todos aqueles que se ocupam do património, que é a chamada “Convenção de Faro” e, porque, foi assinada por cinco e que trata exatamente sobre o valor do património para a sociedade. -----

---- Eu trouxe este livrinho, exatamente porque penso que o que se tem passado ultimamente aqui no nosso Município tem efeito, a mim como muitos outros, aplicável porque uma das coisas que está aqui escrito é que nós temos o dever de defender o nosso património. -----

-- Eu estou aqui, exatamente por isso, e estou aqui porque gostei até muito de ouvir o

Senhor Presidente fazer referência àquilo que se passa com as obras na Avenida, na nossa Avenida que está a ser objeto de uma reestruturação paisagística. -----

---- Eu tive ocasião de discutir o Plano de Urbanização, o PU referente a isto, de estar nessa Assembleia e recordo-me, portanto, perfeitamente que, como unidade de arqueologia que eu coordeno na UTAD, ter recordado que era muito importante que ao fazer essas obras que se fizesse uma coisa que é, chama-se acompanhamento arqueológico, pois é, é que, ao fazer intervenção na Avenida, era necessário acompanhamento arqueológico, porquê? Porque a Sé é um monumento Nacional, ainda não foi arquivado esse processo, ainda é. Ora, eu regresssei do estrangeiro e fiquei muito surpreendida quando diversas pessoas que falaram sobre isto e é precisamente sobre isso que eu estou aqui. E gostava muito de saber o estado da questão, quem é o arqueólogo, quem é a empresa, quem é que está a fazer isso porque, realmente, nós nunca tivemos ocasião de saber quem eram e depois gostava também que se lembrassem que não se trata só, foi recentemente publicado que se viam ossos aqui ao pé da Capela da Misericórdia, isso não é só um arqueólogo, é preciso também um antropólogo sabem? É um bocadinho mais complicado ainda. -----

---- E então o que é que acontece? Não sei, isso é a internet e, é por isso que eu estou aqui, estou a questionar, estou a fazer estas questões. Eu acho que é muito importante que nunca se falou do património cultural, é preciso dizer que é verdade, que nós perdemos a Panreal, mas eu posso-vos dizer já uma coisa, que fique bem claro e que fique na ata, eu vou abrir todos os processos que estão lá e que estão lá arquivados. Sabem quais são? O Liceu aqui, o Liceu Camilo Castelo Branco, os Correios, posso vos garantir aqui que eu vou abrir esses processos de classificação, todinhos, as gravuras da Mão do Homem vão ser abertas também, vai ser aberto tudo isso porque, eu sinto que é meu dever fazer aquilo que está aqui escrito na Convenção de Faro, como cidadão a lutar. -----

---- Eu vou-vos dizer uma coisa, nós, jamais, Nadir Afonso sempre e mais. Sabem o que é que eu desejo, desacelera Vila Real, desacelera, pensem em vez de fazer. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Também não tenho nada a dizer, não foi colocado nenhuma questão, **ouve-se a Senhora Arqueólogo Emília Simões**, foi sim quem é a empresa, quem é o arqueólogo, **Senhor Presidente**, há sim, faça favor Senhor Vereador. -----

---- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ADRIANO SOUSA)** agradeceu e disse: Relativamente à questão da Avenida Carvalho Araújo, eu importa-me referir que a CCDRN aconselhava que a Avenida tivesse o acompanhamento arqueológico. -----

---- Não foi preciso ninguém dizer-nos, foi a entidade que tutela essas matérias que emitiu um parecer e que recomendava que a obra fosse acompanhada por um elemento, a ser acompanhado por um arqueólogo, inclusive já houve uma visita da Direção Regional da Cultura do Norte aqui às obras, pode fazer esse pedido por escrito. -----

----- No momento não há qualquer informação de ossos, nem de espinhas, nem de nada, sinceramente, não tenho qualquer informação, mas se, porventura, se a Senhora tiver é óbvio que deve colocar. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passaria a palavra à Múncipe Senhora Dona Laura de Assunção Rodrigues Esteves Afonso faça o favor. -----

----- **A MUNÍCIPE LAURA DE ASSUNÇÃO RODRIGUES ESTEVES AFONSO**, No uso da palavra, disse: Boa noite Senhor Presidente, a todos os presentes, o nosso muito obrigado. -----

--- Um povo sem história é um povo que não existe e a história de um povo faz-se de memórias, faz-se do seu património e das suas vivências. -----

--- Aristóteles disse que a política devia ser uma atividade nobre, mas nem sempre essa atividade é nobre. -----

--- Quando se pretende a submissão de um povo, remetendo o povo à ignorância, leva ao não ter consciência da sua cultura, do seu património e refiro-me aqui ao processo da Panreal como seria evidente. -----

--- E devo dizer que todo este processo é muito pouco claro. A Direção Geral de Património Cultura diz que, porque a Câmara Municipal e o proprietário se opõe à classificação e, aqui, a Direção Geral do Património e Cultural comete um erro porque a Direção Geral do Património e Cultural devia defender o património e não está a defender aquilo para que é mandatada. -----

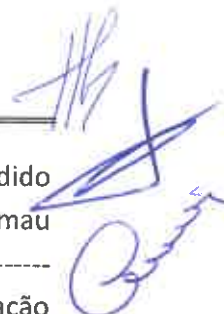
--- Mas, e porque é que este processo é pouco claro, porque nós, tendo acesso ao contrato de promessa de compra e venda, temos aqui uma alínea que diz: “o prédio se encontra onerado com procedimento de classificação como bem de interesse público.... sob o artigo vinte e sete de dois mil e dezassete, zero cinco, zero oito e que a promitente vendedora se compromete a obter o cancelamento do mesmo antes da data da assinatura do contrato definitivo, objeto do presente contrato de promessa de compra e venda”. -----

--- Ora, um particular jamais se poderá arrogar a comprometer-se de um cancelamento de um assunto estritamente da Administração Pública, coloca-nos várias interrogações e lembro que, várias vezes, nós pedimos informações inclusivamente evocando o direito de resposta da Câmara Municipal e não obtivemos qualquer tipo de resposta relativamente ao processo. -----

--- Uma vez que a Direção Geral do Património, ao cancelar porque era esse o interesse do proprietário e da Câmara, aconselhou que a Câmara Municipal a classificasse de interesse municipal e, a estrutura foi danificada por uma retro-escavadora a meio da noite, portanto, umas demolições ilegais. -----

--- E apresento os argumentos porque a Panificadora Nadir Afonso no quadro de arte português e a raridade da obra arquitetónica, o valor intrínseco do edifício exemplar representativo da linguagem modernista aplicada a um programa industrial e a permanência da estruturas principais do edifício e a existências.....-----

--- E acrescenta mais, todas as presentes demolições ilegais, o eventual arquivamento do



processo baseado no mau estado de conservação e perda de integridade pode ser entendido como um sinal de que causar danos a um imóvel para impedir é um mau sinal e um mau precedente do quadro global das políticas de salvaguarda do património cultural. -----

---- A resposta a esta lei em situações é a possibilidade de por obras de conservação obrigatórias, artigo número quarenta e cinco de dois de dois mil e um e é também o mecanismo apontado ao Conselho da Europa da convenção para a salvaguarda do património arquitetónico da Europa que Portugal ratificou e a possibilidade dos poderes públicos intimarem o proprietário de um bem, ou, no caso que não as faça, tendo sido, muito raro, contudo a utilização deste mecanismo. -----

---- E a Direção Geral do Património conclui que o esforço de salvaguarda do património relativamente à criação de factos consumados que minam a autoridade do estado. O valor intrínseco do imóvel que apesar de afetado na sua integridade ainda conserva a maior parte da estrutura das formas originais que mais se pode evidenciar. Só para dizer que isto pode ser consultado no site, portanto, um documento oficial.-----

---- Bom, sendo assim, o Senhor Presidente constantemente refere da necessidade que a Câmara não tem possibilidade de adquirir o edifício, ora, nós nunca pedimos isso, nós apenas pedimos que fosse classificado, a compra, como aliás que eu saiba há vários edifícios que, já aqui falamos, que são património municipal e não são da Câmara. -----

Vamos considerar também o Museu da Vila Velha uma ruína porque veio uma tempestade e levou-lhe o telhado. Vamos considerar o Museu de Arte e Tecnologia de Lisboa o MAAT, veio também uma tempestade e levou-lhe parte da cobertura, também é uma ruína, **interpelou o Senhor Presidente da Mesa**, dizendo, Dona Laura tem de terminar se fizer o favor, **continuou a Dona Laura**, disse: vou terminar. -----

---- Contrariamente ao que a Câmara Municipal de Vila Real deveria fazer não exigiu ao Lidl que conservasse, que restaurasse, que reaproveitasse o edifício e, fizesse, não, a Câmara optou pela demolição e acresce a isso que a Secretária de Estado da Cultura faz uma declaração ilegal, ao propor a colocação de um painel de Nadir Afonso, na parede do supermercado, uma vez que, como se fosse atribuir uma substituição do edifício fazendo este trabalho, tendo umas coisas na rotunda, não sei bem o que é, isto é de um amadorismo atroz e de um mau gosto que seria assassinar por duas vezes Nadir Afonso. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu vou-me repetir e vou repetir e vou voltar a dizer o que já aqui foi dito. Há uma coisa que a Doutora Laura Afonso não pode fazer que é insinuações. -----

---- Eu sou muito claro em tudo aquilo que digo e não lhe admito insinuações. -----

---- E, vamos lá à clareza, a única carta que existe, assinada por mim, à Direção Geral do Património Cultural, data de vinte e três de janeiro de dois mil e dezassete e passo a ler: ---

---- “A designada panificadora de Vila Real é um imóvel num estado de degradação muito avançado”, é verdade ou não é? É. -----

---- “O Plano de Pormenor de Tourinhas, aprovado na década de noventa, previa a sua demolição e a construção no mesmo local de um edifício de uso misto, comércio, habitação”. São factos, é verdade ou não é? É. -----

---- “Aprovar o respetivo projecto, mas, por vicissitudes várias, tal pretensão nunca chegou a concretizar-se, desde então, vimos vindo a assistir a uma degradação progressiva e acentuada do imóvel. -----

---- Hoje podemos mesmo afirmar que a panificadora tal como se encontra, constitui-se e apresentando sérios riscos para a saúde pública e é um espaço propício à prática de toxicodependência. -----

---- Inconvenientes pela sua gravidade nos levam a tomar esta iniciativa, por sabermos a existência de um pedido de classificação do imóvel nessa Direção Geral que nos impede de tomar o imóvel. -----

---- Face ao exposto, vimos solicitar a Vossa Excelência se digne promover a sua apreciação com carácter de urgência, a fim, de podermos estancar, o mais rapidamente possível, os graves inconvenientes que a situação atual do imóvel acarreta para a Cidade de Vila Real. ----

---- Certo da vossa compreensão, subscrevo-me com os meus cumprimentos”. -----

---- Com a Direção geral do Património e Cultura, quer isto dizer que nós nem defendemos a classificação e nem defendemos a não classificação, constatamos factos, factos que são inequívocos, aquele imóvel à entrada no estado em que estava não se justificava para Vila Real. -----

---- Depois de um relatório preliminar recebemos uma decisão definitiva da Secção do Património, Arquetónio e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura, dizendo que o imóvel, dado o seu estado de degradação, não era à apreciação. -----

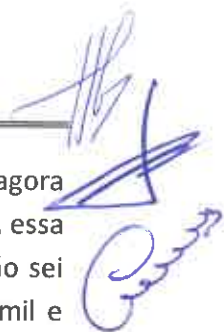
---- Portanto, o processo foi arquivado e não classificaram o edifício como imóvel de Interesse Nacional. -----

---- Dito isto, e tendo em atenção que o único documento que existia, data que diz claramente que o Plano de Pormenor, dizia claramente que, a padaria podia ser demolida e que poderia ser construído ali um edifício de quatro pisos, eu imagino que a Direção Regional da Cultura, quando diz que a Câmara Municipal de Vila Real era contra era porque a Câmara ia aprovar o Plano de Pormenor. Da minha parte não tinha outra posição que não esta que aqui referi. -----

---- Dito isto, é verdade que nos foi solicitado que o imóvel fosse classificado como Património de Interesse Municipal. -----

---- E nós, para classificar aquele imóvel de Interesse Municipal, tínhamos que lhe dar um uso, tínhamos que comprar, tínhamos que reabilitar porque aquele imóvel no estado de degradação em que estava era uma lixeira à Porta da Cidade de Vila Real. -----

---- Como não tínhamos capacidade para intervir, para comprar, para reabilitar, entendemos não classificar o imóvel como de Interesse Municipal. -----



---- É uma opção que sempre assumi com clareza e com transparência, aqui não há, já agora uma pergunta, há Fundação Nadir Afonso? Essa Fundação tem com certeza património, essa Fundação teve com certeza opções, pode agir pelo menos desde da sua fundação, não sei quando é que a Fundação se criou, porque é que só em dois mil e quinze ou dois mil e dezasseis se lembraram daquele imóvel? Porque é que será que só se lembraram daquele imóvel naquela altura? Se houve alguém que o tentou proteger e encontrar soluções até foi a Câmara de Vila Real. -----

---- A Câmara Municipal de Vila Real lançou um concurso de ideias e tentou com a Associação Industrial Portuguesa, tentou que alguém pegasse nessa ideia, agora, aquele não é um património público, eu não posso dispor de um património privado como muito bem me apetece. -----

---- E, portanto, entendemos que, não havendo meios para adquirir o imóvel que não devíamos classificar como de Interesse Municipal, aliás, tínhamos muita dificuldade de o fazer, já aqui disse isto e, volto reafirmá-lo com clareza, com transparência e com toda a honestidade. -----

---- Há um histórico, é preciso enquadrar isto no histórico. Esse histórico começou com o Plano de Pormenor de Tourinhas. Nesse histórico há que considerar aquela rotunda para utilização daquela via. Houve tempo, muito tempo para os poderes públicos, os poderes privados tentarem reabilitar aquele imóvel e não o deixarem chegar ao estado de degradação em que ele se encontrava. -----

---- Não houve ninguém, ninguém se pronunciou, ninguém disse nada, a Câmara Municipal já liderada por mim, teve esta iniciativa, infelizmente, não houve ninguém privado que avançasse com outra solução e, depois, da Direção Regional da Cultura do Norte (falha de gravação). -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passaria a palavra ao Múncipe Senhor Luís Miguel Ferreira Pontes Martins faça o favor. -----

---- **O MUNÍCIPE LUÍS MIGUEL FERREIRA PONTES MARTINS**, No uso da palavra, disse: Boa noite Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara e toda a Vereação, Senhores Deputados, a todos os presentes. -----

---- O assunto que aqui me traz tem a ver com as podas que, têm vindo a ser feitas nos últimos dois meses mas, antes queria falar na questão dos atarraques. -----

---- Onde é que se fazem atarraques? Na agricultura faziam-se atarraques no castanheiros sobretudo nas enxertias, faziam-se no Salgueiro, a poda na cabeça do Salgueiro era conhecida no atarraque de cabeça de Salgueiro e sabemos que é por causa dos vimes que saem depois o Salgueiro, saem muito na vinha do enforcado, agora menos por que à vinha de vinho verde que começou a ser mais importante. -----

---- E, portanto, atarraques, nós efetivamente, temos na nossa memória alguma coisa de atarraques na agricultura, ainda existe alguma coisa no castanheiro mas, mesmo no castanheiro é uma prática que já tem trinta ou quarenta anos, está ultrapassada, no

castanheiro há uma enxertia logo ao segundo ou terceiro ano e a árvore é formada a partir daí porque sabemos que, na própria agricultura atual o atarraque é sempre uma má prática.

---- Não se fazem atarraques na vinha, não se fazem atarraques em fruteiras e qualquer bom livro, qualquer boa publicação técnica sobre estas matérias sabe, explica-nos que, de um atarraque só resultam problemas. -----

---- Dou-vos um exemplo em concreto, Braga, Braga é uma cidade onde se faziam as rolagens, muito bem, agora, eu estou a acompanhar e essa situação começou a entrar em desuso porque aquilo não era uma boa prática. Eu estou a acompanhar um conjunto de situações em Braga e se calhar conheço muito bem o que se passa e, efetivamente, a consequência das rolagens só nos traz problemas, ao nível das patologias, ao nível da segurança é uma falácia quando nos mostram que a causa ia fazer a rolagem, fazer esse tipo de atarraques por questões de segurança, é consequência de uma rolagem é precisamente o oposto, os ramos que depois vão crescer muito mais inseguros, quando nos mostram a morte das raízes. -----

---- A primeira consequência que nós fazemos é logo o declínio da raiz principal, isso é de imediato, de imediato não, leva tempo e as pessoas não vêem logo a causa-efeito. -----

---- Mas, se nós queremos fazer boas práticas e é importante que uma Capital de Distrito opte por boas práticas, como parece que houve, então, usem documentação técnica e pelo menos demonstrem porque a bibliografia assim nos fala. -----

---- Nós não temos tanta bibliografia assim, séria, a bibliografia séria, isso não é viável. -----

---- A minha questão vai muito neste sentido, este tipo de práticas incorretas é para continuar? Porque nós temos que zelar em fazer boas práticas e não como aconteceu no jardim da Estação, porque não foi só o problema do empreiteiro, há ali também problemas de projeto porque o empreiteiro não muda a orientação de uma vala onde há cortes de raízes, com a danificação de todas aquelas árvores. -----

---- Mas a situação das valas que foram feitas agravaram o processo. -----

---- Está aprovado cientificamente, há imensa publicação nacional, estrangeira, há muitos técnicos e no meu caso em concreto, as más práticas vão continuar? -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Com a sua autorização eu responderia muito rapidamente. -----

---- Eu conheço um Presidente de Câmara que está constituído como arguido por questões de árvores e que mataram pessoas, portanto, as boas ou as más práticas obrigam-me a ter sempre em consideração o seguinte: -----

---- Primeiro as pessoas, primeiro as pessoas, em segundo as pessoas, em terceiro as pessoas, em quarto as pessoas, sempre as pessoas e fazer aquilo que alguns consideram as más práticas, outros consideram boas práticas, vamos continuar a fazer porque a nossa prioridade são e serão sempre os cidadãos, as pessoas e a sua segurança. -----

---- Eu estranho muito que só saiba das árvores que caíram do lado de lá, coladas ao muro do Taveira da Mota e não se pronuncie sobre as árvores que não tiveram intervenção rigorosamente nenhuma, algumas até no meio do parque infantil que caíram, exatamente no mesmo lugar e, por exemplo, não Parque Florestal caíram dezenas de árvores, na Universidade caíram árvores e a pergunta que eu faço é se alguma dessas árvores cair e matar alguém, quem é o responsável? -----

---- Ora, pode ter a certeza absoluta que a prioridade sempre será os cidadãos e se houver necessidade de cortar árvores e se houver necessidade de fazer podas mais severas, vamos continuar a fazê-las. -----

---- E quero-lhe dizer que ainda há dias estive em Braga e vi podas exatamente iguais a estas, vejo em todo lado podas muito severas iguais a estas, somos nós que estamos a caminhar certo ou são ou outros, ouço opiniões para todos os lados. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado faça o favor. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Eu penso que está esclarecido no Regimento que os partidos também têm cinco minutos para falar, espero só gastar cinco minutos, espero contar com a benevolência do Senhor Presidente. -----

---- A minha intervenção já estava preparada, está escrita, calha que acabou por estar aqui uma das pessoas que eu refiro, a pessoa que eu refiro nesta intervenção, nomeadamente a Doutora Laura Afonso, que nos veio aqui dizer coisas do género, “política pouco nobre”, “submissão de um povo, projeto muito pouco claro”, interrogações e falta de informação por parte do Município”, “Secretário de Estado com parecer ilegal”. -----

---- Dada a limitação temporal nesta parte da Ordem do Dia, tentarei ser muito sintético e, por isso, como vos disse, escrevi esta intervenção. -----

---- Todos temos direito à discordância e à manifestação. -----

---- O problema, na minha opinião, acontece quando a discordância dá lugar a acusações e suspeições lançadas sobre a Câmara Municipal e sobre a política em geral. -----

---- Na minha opinião, quem o faz sem o provar, deveria ser responsabilizado. Mas quem são os acusadores? Um dos principais é a Fundação Nadir Afonso? E quem a gere? -----

---- Atenemos a esta Fundação, cuja intervenção nos faria acreditar numa ética sem mácula. E ao contrário desta, que foi aqui feito há pouco, eu decidi trazer documentos. -----

---- A Fundação foi criada em dois mil e dois. Consultando hoje o seu sítio de internet, encontramos a seguinte informação sobre os seus órgãos sociais: -----

Doutora Laura Afonso – Presidente da Fundação;

Doutora Laura Afonso – Presidente do Conselho de Administração;

Doutora Laura Afonso - Presidente do Conselho Fiscal;

Doutora Laura Afonso – única colaboradora da Fundação;

Doutora Laura Afonso - está no *site* da internet.

---- É a primeira vez na minha vida que vejo uma organização em que o Presidente do Órgão Executivo é, simultaneamente, Presidente do Órgão Fiscalizador e ainda Colaborador. -----

---- Não me parece muito transparente, mas adiante, que não temos tempo. -----

---- Continuando a consultar o *site*, encontramos o relatório de gestão de contas, documento fundamental. Infelizmente, o último disponível é o de dois mil e quinze, o que mais uma vez não abona muito à transparência da Fundação. Mas, lendo o documento, há uma informação que salta à vista, na página vinte e oito, “a Fundação é a única proprietária de uma empresa hoteleira, a “Período Azul –Atividades Hoteleiras e Artísticas, Lda”. Está na internet. -----

---- Esta empresa, constituída em janeiro de dois mil e onze, apesar de ter um capital social de apenas cinco mil euros, construiu um Hotel em Boticas, no valor de três milhões de euros.

---- Este Hotel fica localizado ao lado do Centro de Artes Nadir Afonso. -----

---- Eu poderia divagar sobre a diferença entre os cinco mil euros e os três milhões de euros, mas a dúvida é apenas uma. -----

---- Sendo a Panificadora de Vila Real tão relevante, estando devoluta há tantos anos, porque não recebeu a Panificadora este hotel, inaugurado em julho de dois mil e catorze? Não seria uma excelente oportunidade para homenagear Nadir Afonso e salvar um tão importante exemplar da sua arquitetura? -----

---- Não estaria a empresa da Fundação a cumprir o seu propósito? -----

---- Não faria sentido no ponto de vista do negócio, dadas a dimensões relativas de Vila Real e de Boticas? -----

---- E, aqui vou, talvez a resposta seja que ninguém tem nada a ver com isso e que os investimentos privados só aos privados dizem respeito. Tal como respondeu o Lidl, sobre o seu investimento na antiga Panreal, resposta que motiva todo este burburinho. -----

---- Ou, então, talvez a resposta seja mais complexa. Analisemos alguns documentos públicos: -----

---- Em dois mil e dez, eu sei que agora não interessa, **interpelou o Senhor Presidente da Assembleia**, dizendo que, não quero intervenções na assistência, se não mando evacuar a assistência, deixem concluir como concluíram os outros, **continuou o Senhor Deputado**, dizia eu, em dois mil e dez, ainda não existia Centro de Artes Nadir Afonso, nem Hotel em Boticas. -----

---- Neste ano, de acordo com o Portal de Contratação Pública, o Município de Boticas decidiu comprar o projeto do parque de estacionamento do futuro Centro e dos anexos. -----

---- A escolha do fornecedor, por ajuste direto (sem concurso), com o valor de quarenta e cinco mil euros, recaiu sobre uma empresa de Cascais a ADNA DOMUS, Lda.. -----

--- À mesma empresa, em dois mil e doze, é também ajustado diretamente o projeto do Jardim do Tournal, que abarca o espaço do Centro de Artes Nadir Afonso, no valor de mais vinte e dois mil, cento e vinte e cinco mil euros, totalizando sessenta e sete mil cento e vinte e cinco euros. -----

----- E que empresa é esta, a ADNA DOMUS, de Cascais? De acordo com o *site* do Ministério da Justiça, tem apenas dois sócios: Artur e Augusto Afonso, filhos de Nadir e Laura Afonso e, tal com esta, membros dos órgãos sociais da Fundação Nadir Afonso. -----

---- E falando da Fundação, a generosidade do Município de Boticas estende-se também a esta entidade. -----

---- Em agosto de dois mil e onze, e novamente por ajuste direito, o Município de Boticas decidiu contratar a Fundação Nadir Afonso, para a promoção e divulgação do Centro de Artes Nadir Afonso, que apenas seria inaugurado em dois mil e treze. Uma antecipação notável, de dois anos! O valor do ajuste direto, neste caso, foram setenta e quatro mil e novecentos euros. Um valor muito curioso, já que, com apenas mais cem euros, se o valor tivesse atingido os setenta e cinco mil, o ajuste direto teria que ser convertido num concurso público. -----

---- Que sorte teve a Fundação, que assim não teve concorrência. -----

---- Recapitulando, o Município de Boticas contratou, sem concurso, uma empresa privada propriedade de dirigentes da Fundação Nadir Afonso, que daí retiram, naturalmente os seus lucros, para projetarem o espaço público, onde outra empresa privada, esta propriedade da Fundação Nadir Afonso, viria a instalar um hotel e a explorá-lo comercialmente. Aliás, um dos sócios da ADNA DOMUS é também o Gerente da Período Azul, Lda. Que vos parece este exemplo de transparência? -----

---- Pelo caminho, entrega com dois anos de antecedência à Fundação setenta e quatro mil e novecentos euros para promoção de algo que não existe, dá-lhe subsídios e, ainda em junho de dois mil e dezanove, compra dezanove mil e trezentos e cinquenta euros, mais iva, de alojamentos, no Hotel da Empresa ADNA DOMUS. -----

---- É confuso? Nada disso, é claríssimo! De facto, o Hotel nunca poderia vir para a Panificadora de Vila Real. A importância do arquitecto foi ultrapassado por questões de ordem muito menos artística. -----

----- Assim se compreende que algumas pessoas vejam fantasmas onde eles não existem. Eventualmente julgarão que todas as autarquias se comportam da mesma maneira que conhecem bem, e assim, permitem-se acusar indevidamente quem se comportou com transparência e lisura neste processo. -----

---- O tempo não me permite ir mais longe, Senhor Presidente, mas entregarei toda esta documentação pública que reuni ao Senhor Presidente da Câmara, para que lhe dê o destino que julgue adequado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passaria a palavra ao Múncipe Senhor Maxim Simões de Abreu Jaffe faça o favor. -----

----- **O MUNÍCIPE MAXIM SIMÕES DE ABREU JAFFE**, No uso da palavra, disse: Boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Assembleia e público presente. ----

----- Falou-se aqui de preocupação com os cidadãos e de clareza. -----

----- Eu sou pai de uma aluna de sete anos da Escola Básica do Douro, tenho estado bastante preocupado com rumores sobre a alimentação escolar dos alunos. -----

---- A alimentação escolar tem uma importante influência da saúde e cultura alimentar das nossas crianças agora e no futuro. -----

---- Em geral, vendo a ementa escolar da minha filha, nem sequer mediterrânica portuguesa, que é conhecida mundialmente por ser saudável. A título de exemplo, é mais fácil encontrar entre os menus, massa, em vez das batatas que são uma “coisa” bastante transmontana. ----

---- Fiquei a saber que não foi muito claro desde o início, é feito por uma empresa através de um contrato, a ITAU. -----

---- Neste sentido, como tenho tido muita dificuldade em ter esclarecimentos na Escola através da empresa noutros meios, venho aqui, por esses esclarecimentos. -----

----Onde? Quais ingredientes são comprados no Município? Qual o valor pago dos, um e quarenta e seis que eu pago ao Município, quanto desse valor é pago à ITAU por refeição? -

---- Que não é pago à ITAU? (falha de gravação) este por nós encarregados de educação? ----

---- Também fiquei a saber que, como tenho as minhas preocupações, pensei que a minha filha pudesse levar a sua própria alimentação, a alimentação para o refeitório, queria que confirmassem essa questão e, se sim, qual o motivo? -----

---- Com base em informações que tenho encontrado, através de portais administrativos e dados estatísticos portugueses, já que por outro meio não encontrei o valor (falha de gravação) e noventa cêntimos, eu pago um e quarenta e seis, devo lembrar. -----

---- Acreditam que esse valor é suficiente para fornecer uma refeição adequada às nossas crianças? E para onde vão, com base nesta estimativa, pode ser que o valor seja diferente, mas acredito que seja dentro desta faixa, o que acontece a este valor? -----

---- Estas são as minhas perguntas, Panreal para sempre, desacelera Vila Real. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Já percebi que isto não tem nada a ver com refeições, tem a ver com outras coisas, mas pronto, deixe-me dizer-lhe uma coisa muito rápida. -----

---- Nós quando chegamos à Câmara Municipal abrimos um concurso internacional, desse concurso internacional resultou esta empresa a ITAU que ganhou deste concurso. -----

---- As refeições são feitas no Centro Escolar do Douro, há uma cozinha específica, (houve-se muito barulho), **interpelou o Senhor Presidente da Assembleia**, dizendo, ninguém o interrompeu quando o Senhor fez a sua intervenção, portanto, queiram ouvir o que o Senhor Presidente tem a dizer, **continuou o Senhor Presidente da Câmara**, dizendo, as refeições são feitas no Centro Escolar, existe uma cozinha específica para que isso aconteça, não temos reclamações praticamente nenhuma, quando há, criamos uma comissão, um munitadu, que tem um representante de cada Agrupamento, um representante de cada Associação de Pais, a Câmara Municipal e a Nutricionista. -----

----- Esta Comissão vai respondendo há questões que nos vão sendo levantadas e, como digo, praticamente não temos tido reclamações. -----

---- Sobre as outras questões, se deixar a morada ou qualquer contacto, os serviços responder-lhe-ão com todo o cuidado a todas as suas dúvidas. -----

----- Repito, não temos reclamações nenhuma, se à área em que estamos significativamente e este mecanismo do munitadu permitiu que tal viesse acontecer, foi esta. Beneficiamos da construção do Centro do Douro, da cozinha que lá foi instalada, deste acompanhamento dos pais, deste acompanhamento dos agrupamentos, portanto a percepção global que temos é que este serviço melhorou significativamente. -----

---- Percebo que possa haver outros entendimentos, rumores é o que existem mais e eu conheço rumores imensos e até estranhos, mas se deixar um email para resposta ou endereço, nós teremos todo o gosto em lhe responder por escrito a todas estas questões e, até em pô-lo em contacto, se julgar, adequado e, se o seu espírito for realmente esse, com esta comissão com a munitadu que lhe explicará todos este processo. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passaria à última intervenção, o Município Senhor Fernando Manuel Gonçalves de Gouveia faça o favor. -----

----- **O MUNÍCIPE FERNANDO MANUEL GONÇALVES DE GOUVEIA**, No uso da palavra, disse: Boa noite, não trouxe intervenção feita porque a minha vida profissional não me permite, mas espero não me perder muito. -----

----- É com pena que venho aqui. É a segunda vez que entro neste Salão Nobre e custa-me que seja para me manifestar contra algo promovido por um executivo Socialista. -----

---- A primeira vez que aqui entrei foi em mil novecentos e setenta e seis, era aqui a assembleia de voto. Eu tinha quatro anos, vim com a minha mãe, ela pegou em mim e quem pôs a cruz fui eu, e foi uma cruz no PS. -----

---- Eu sempre apoiei o PS e custa-me muito, é com vergonha que o digo, que quando foi o projeto do Polis eu manifestei a minha oposição, sem dúvida, mas desta vez hesitei, hesitei e hesitei em manifestar a minha oposição, sempre na esperança de que o bom senso prevaleceria. Pensei que a estupidez estava só no outro lado, mas não, é geral. Em parte por causa da minha vida profissional, em parte porque acreditava que a estupidez era só do outro lado, eu fiquei calado. -----

---- Na semana em que começou a destruição na Avenida, talvez perante o choque de ver aquilo, eu pus um post no Facebook. Agora o que eu venho aqui falar não é sobre isso, é relacionado com isso. -----

---- Esta semana foi posto nos tapumes da Avenida uma campanha de desinformação, com simulações de como supostamente vai ficar. Eu sei que a culpa não é do executivo, aquilo é o arquiteto e acredito quando o Presidente diz que segue os especialistas, infelizmente, seguiu um desses arquitetos que não respeitam o que já existe e depois enganam a população. Assisto a pessoas que vão lá, olham as imagens virtuais e dizem «Está muito bonito, vai ficar bonito». Vocês dizem que estas obras vão trazer uma nova vida à Avenida, mas eu digo, não

é uma nova vida, é “Second Life”: aquilo não é a realidade, nem sequer a antevisão da realidade que vai ser, aquilo é ficção. -----

--- Olho as imagens: o edifício da “Galeno” não tem tapumes no primeiro andar, tem vidrinhos; a “Tasca do Alemão” não tem o azulejo a cair, está tudo perfeito; os anúncios de estilos diferentes que causam confusão visual, que estão estragados como na escola de condução por cima da “Gomes”, na simulação não existem: nem sequer estão perfeitos, simplesmente não existem; não existem toldos, que na realidade estão encardidos, estão tortos; tudo isso não existe. E além do mais até lá estão umas “gajas” bem jeitosas. -----

--- E o que acontece é que as pessoas . . . Interpelou o **Senhor Presidente da Assembleia**, dizendo, Senhor Fernando, eu queria que o Senhor fosse objetivo e colocasse as questões em concreto, **continuou o Senhor Município**, dizendo, Se vocês fizessem, com o novo design, exatamente o mesmo exercício de “limpagem virtual”, as pessoas diriam «Que bonita é a nossa cidade!» -----

--- Se vocês pegassem nas revistas, numa foto da Bárbara Guimarães depois de apanhar coça . . . **Interpelou de novo o Senhor Presidente** dizendo, o Senhor não está a ser conciso, o Senhor tem dois minutos para terminar a sua exposição, **continuou o Senhor Município**, dizendo, Não sei porque é que sou o único a ser cortado logo. Certo. Dizia eu, pegavam nas fotos, limpavam-lhe as rugas e as nódoas negras com “Photoshop” e depois diziam que o mérito é do “Calcitrin”. O projeto do Belém Lima é o “Calcitrin” desta cidade: em vez de “Photoshop”, tem simulações do que nunca vai ser. O exemplo perfeito é o dos arbustos da Praça do Município, que lá estão substituídos por árvores de grande porte que sabem que é impossível pôr, porque por baixo é o parque de estacionamento. Aquilo é só para enganar, as pessoas olham para ali e dizem «Que bonito vai ficar!», mas não. -----

--- Finalmente, desejava saber o que vão fazer para promover o nosso património, por exemplo, evitar a degradação da chamada “Casa de Diogo Cão”, um edifício que penso que é privado, mas penso eu que é, e se não é deveria ser, de interesse municipal ou público. -----

--- Para acabar, depois desta coça que foi assistir às vossas tricas políticas, de parte a parte, eu sinceramente já não estou com cabeça para isto, mas tinha muito mais para dizer. -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente faça o favor. -----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Vejo com agrado que alguns edifícios estejam com obras, obras inacabadas, é o caso do edifício que fica imediatamente a seguir à Câmara Municipal, a seguir ao “Clube” que está a ser recuperado, também o edifício do “Clássico” vai ser recuperado. -----

--- Ainda vai iniciar este, todo aquele edifício, venha a ser recuperado e temos a perceção, uma perceção clara de que a obra pública tem induzido algumas obras privadas na recuperação de algum património. -----

--- Por exemplo, passo a publicidade, a “Casa Lapão”, há ali duas ou três recuperações naquela Rua de casas que estavam abandonadas e, portanto, temos alguma expectativa de

que esta intervenção no espaço público vá induzir também a que os privados possam intervir. -----

---- Temos também expectativa de que esplanadas, toldes, publicidade, de forma uniforme, não direi completamente uniforme, mas de forma consensual para ser aplicada na Avenida. -

---- O grande projeto que beneficiou de fundos é de facto a Central de Biel, tivemos apoio comunitário, tivemos mecenato privado e, também temos dinheiros públicos, a primeira intervenção cerca de oitocentos mil euros para termos acesso e para restringirmos. -----

--- Temos também o que chamamos passadiços que já está em execução, já foi entregue e estamos na expectativa até com a armada e com o exército de poder apresentar um projeto para a requalificação e, contactando também o privado que é o dono da casa dita “Diogo Cão”, aliás, chegamos a ter a perspectiva de, juntamente com o Estado Angolano, fazer uma Associação, uma Fundação, algo que nos pudesse, mas Angola entrou em convulsão, em crise, infelizmente não conseguimos avançar. -----

----Mas, ainda há dias, levamos o Senhor Ministro da Defesa que visitou Vila Real à “Casa Diogo Cão” e chamamos-lhe atenção para a necessidade, em conjunto, de encontrarmos uma solução para a reabilitação daquele imóvel. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Concluídos os assuntos desta Assembleia, anuncio a leitura da **minuta da Ata** pelo Senhor Primeiro Secretário, a qual, após votação, **foi aprovada por unanimidade**. -----

-- Senhoras e Senhores Deputados muito obrigado pelo vossa paciência, vosso esforço e pela vossa tolerância, boa noite a bom regresso a vossas casas. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

---- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram duas horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove fevereiro de dois mil e dezanove.

---- A presente ata vai ser assinada, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 57º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do artigo 79º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Real, aprovado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Junho de dois mil e dezoito. -----

O PRESIDENTE:

O PRIMEIRO SECRETÁRIO:

A SEGUNDA SECRETÁRIA: